

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PROHIS)

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

**OS PAVÕES NA TERRA DAS ARARAS: HOMOSSEXUALIDADES
MASCULINAS EM ARACAJU-SE (1974-1985)**

São Cristóvão (SE)

2026

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

OS PAVÕES NA TERRA DAS ARARAS: HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS
EM ARACAJU-SE (1974-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder, orientado pela Profa. Dra. Célia Costa Cardoso.

São Cristóvão (SE)

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586p Silva Junior, Romero Romulo da
Os pavões na terra das araras: homossexualidades masculinas em Aracaju – SE (1974-1985) / Romero Romulo da Silva Júnior; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, SE, 2026.
130 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. História - Estudo e ensino – Sergipe. 2. Ditadura - Brasil. 3. História – Sergipe. 4. Homossexualismo. 6. Movimentos sociais. I. Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 94(81).88

ROMERO ROMULO DA SILVA JÚNIOR

OS PAVÕES NA TERRA DAS ARARAS: HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS
EM ARACAJU-SE (1974-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Aprovado em 28 de abril de 2026.

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso (UFS)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. José Vieira Cruz (UFS)
Examinador Interno

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras (UFAL)
Examinador Externo

Dedico esta dissertação a todas as vítimas das políticas sexuais LGBTfóbicas da ditadura civil-militar brasileira. Estas páginas foram escritas em voz alta para contrariar o silêncio que impuseram às vossas existências.

AGRADECIMENTOS

Às minhas avós, Maria Adi e Sônia Maria que me ensinaram sobre o amor. Aos meus pais, Luciene e Romero, que me deram asas. À minha irmã, Amanda, por toda cumplicidade. Ao meu sobrinho, Everton, que me inspira a continuar. Aos amigos, Beatriz, Elson, Flávia, Henrique, Ícaro, Joana, Lara, Maria, Murilo, Nilda e Priscila, pela companhia e o privilégio de poder admirá-los de perto. À Profa. Dra. Célia Costa Cardoso pela confiança e orientação, aos membros da banca avaliadora, Prof. Dr. Elias Veras e Prof. Dr. José Vieira, bem como aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS). Aos membros da Associação Dialogay de Sergipe pela recepção e auxílio no desenvolvimento do Caderno de Memórias Transviadas. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Eu determino que termine aqui e agora
Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo
Determino que termine em nós e desate
E que amanhã, que amanhã possa ser diferente com elas
Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções
E que eu possa viver nelas, através delas, em suas memórias.

– Linn da Quebrada, 2017.

RESUMO

Seria um equívoco afirmar que a ditadura inaugura, no Brasil, a homotransfobia como política de Estado, mas é evidente que houve uma preocupação mais afinada, a partir do governo dos militares (1964-1985), em coadunar essas duas instâncias, reprimindo as “dissidências” de gênero e a sexualidade. Objetiva-se, portanto, compreender em que medida as homossexualidades expressaram uma ameaça aos poderes hegemônicos e como a política sexual foi mobilizada na organização de regras proibitivas contra esses cidadãos, bem como se deu a prática dessa repressão durante a ditadura civil-militar. A partir disso, investigamos como se organiza uma cultura homossexual no país e se há uma politização ampla dessa identidade, a partir do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Considerando a ênfase nas investigações em regiões centrais, buscamos ampliar as fronteiras, visto que o estado de Sergipe prescinde de estudos mais especializados. Esta pesquisa, portanto, requer examinar: como são construídas as memórias das homossexualidades masculinas na cidade de Aracaju, a partir da composição do seu gueto e das suas táticas de oposição, frente à abertura política (1974-1985)? Tendo em vista esse período o qual se iniciou a distensão política da ditadura e a organização do MHB. Para alcançar tal proposição, mobilizam-se os conceitos de poder, política sexual, memória, homossexualidades, entre outros, e realiza-se a investigação dos testemunhos, por meio do Caderno de Memórias Transviadas, de homossexuais que viveram na capital, vivenciando não só a violência militar, mas também o surgimento de uma identidade e de seus movimentos organizados. Além disso, exploram-se documentos escritos produzidos pelo governo, por organizações homossexuais e pela imprensa da época, disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), no Arquivo Nacional (Brasil) e no Acervo Jornais de Sergipe (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe).

Palavras-chave: História de Sergipe; Memória; Ditadura civil-militar; História do Movimento LGBT+ brasileiro.

ABSTRACT

It would be a mistake to claim that the dictatorship inaugurated homotransphobia as a state policy in Brazil; however, it is evident that, starting with the military government (1964–1985), there was a more articulated concern to align these two spheres, repressing gender “dissidence” and sexuality. The objective, therefore, is to understand to what extent homosexualities were perceived as a threat to hegemonic powers and how sexual politics was mobilized in the organization of prohibitive rules against these citizens, as well as how this repression was carried out during the civil-military dictatorship. From this perspective, we investigate how a homosexual culture was organized in the country and whether there was a broad politicization of this identity, particularly with the emergence of the Brazilian Homosexual Movement (MHB). Considering the emphasis of previous research on central regions, this study seeks to expand these boundaries, given that the state of Sergipe lacks more specialized studies. Thus, this research aims to examine how the memories of male homosexualities in the city of Aracaju were constructed, based on the formation of its “ghetto” and its tactics of opposition during the period of political opening (1974–1985), when the dictatorship began its process of political liberalization and the MHB was organized. To achieve this objective, concepts such as power, sexual politics, memory, and homosexualities, among others, are mobilized, and testimonies are analyzed through the *Caderno de Memórias Transviadas*, produced by homosexual individuals who lived in the capital, experiencing not only military violence but also the emergence of an identity and its organized movements. In addition, written documents produced by the government, by homosexual organizations, and by the press of the period are examined, available at the Edgard Leuenroth Archive (UNICAMP), the National Archives (Brazil), and the Sergipe Newspapers Collection (Historical and Geographical Institute of Sergipe).

Keywords: History of Sergipe; Memory; Civil-military dictatorship; History of the Brazilian LGBTIA+ movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 2, 1981.	86
Figura 2- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 2, 1981.	86
Figura 3 - Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 3, 1981.	89
Figura 4 - Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 4, 1982.	90
Figura 5- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 5, 1982.	91
Figura 6- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 6, 1982.	91
Figura 7– Cartaz do show “Variedades”	92
Figura 8– Contracapa do Boletim do Dialogay de Sergipe, nº 5, 1982.....	93
Figura 9 - Convite Ciclo de Conferências na Associação Sergipana de Imprensa.	95
Figura 10 - Lançamento do "Lampião da Esquina" em Aracaju/SE (1980).....	108
Figura 11 - Lançamento do "Lampião da Esquina" em Aracaju/SE (1980).....	108
Figura 12 - Contracapa Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 6, 1983	114

LISTA DE SIGLAS

ABIG	Associação Brasileira de Imprensa Gay
AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEV/SE	Comissão Estadual da Verdade
CODI	Centro de Operações e Defesa Interna
CS	Convergência Socialista
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI	Destacamento de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Política Federal
EBGHO	Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados
EGHON	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste
FASC	Festival de Artes de São Cristóvão
GATHO	Grupo de Atuação Homossexual
GDS	Grupo de Dialogay de Sergipe
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e outros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MHS	Movimento Homossexual Sergipano
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – “NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS”: O PODER E A POLÍTICA SEXUAL EM TEMPOS DITATORIAIS.....	25
1.1 A homossexualidade: um sintoma do seu tempo	25
1.2 - A terra dos “hombrés”: a matriz cisgênera e heterossexual da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).....	33
1.3 – “Paulada nas bonecas”: o exercício da política sexual	40
2 – A QUESTÃO “GUEI” NO BRASIL: DA CULTURA HOMOSSEXUAL AO MOVIMENTO ORGANIZADO	51
2.1 – “Primavera nos dentes”: a cultura homossexual masculina brasileira	51
2.2 - À luz do <i>Lampião da Esquina</i> : da imprensa alternativa à politização das identidades homossexuais	57
2.3 - “Gay unido é guei alerta e livre!”: a distensão política em Sergipe e o surgimento do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS).....	73
3 - DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS EM ARACAJU: FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS	97
3.1 – A “virada testemunhal” e os caminhos possíveis para Arquivos LGBT+.....	97
3.2 – Caderno de Memórias Transviadas.....	103
3.2.1 – “Em Aracaju a viagem era grande e eu adorava”	104
3.2.2 – “Mamãe, ali é a AIDS?”	106
3.2.3 – “Papai dizia: se eu tiver um filho viado, mato ou expulso de casa”	109
3.3 – Os pavões na terra das araras: homossexualidades masculinas na capital sergipana	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

José Magalhães Pinto, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 1969, escreveu a Manuel Emílio Guilhaon, chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, recomendando a instauração de uma comissão de investigações. No memorando, sob o carimbo de “secreto”, recomendou a investigação rigorosa de “casos comprovados de homossexualismo de funcionários do Ministério suscetíveis de comprometer o decoro e o bom nome da Casa”¹. Para ele, tal conduta era passível de enquadramento dentro dos recentes dispositivos outorgados com o Ato Institucional nº 5, de 1968, em vigor há pouco mais de um mês antes de sua recomendação.²

Em resposta ao ministro, meses depois, foi encaminhado o Relatório Secreto da Comissão de Investigação Sumária no qual consta uma relação nominal de funcionários, de diplomatas a serventes, a serem investigados e punidos com aposentadoria compulsória. Dentre as condutas incompatíveis, a homossexualidade aparece como primeira enumerada e na sequência, como razões de equivalente dissenso, a embriaguez, a indisciplina, o abandono de cargo, o estelionato, entre outros. Além disso, recomendou-se que os suspeitos de práticas homossexuais fossem submetidos a exames físicos e psiquiátricos, bem como punidos funcionários que se omitiram em denunciá-los.

Para a Comissão, o bom funcionamento do Itamaraty passava pela manutenção de condutas profissionais decentes. Embora a homossexualidade não seja, em si, uma incapacidade laborativa, justificava-se sua contenção visto que comprometia a integridade do Serviço Exterior brasileiro, caracterizavam-na como uma “incontinência pública escandalosa”. O caso do Itamaraty revela o policiamento sobre as homossexualidades³ que culminou em perseguição e repressão dentro da ditadura civil-militar (1964-1985). Violência que não surge no período, mas dentro dele ganha contornos próprios em uma articulação do conservadorismo e do anticomunismo.

¹ BRASIL. Arquivo Nacional. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR_DFANBSB_Z4_AGR_PES_0193_d0001de0001.

² BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Suspende garantias constitucionais e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

³ O termo “homossexualidades” era utilizado na época como uma designação para se referir a todas as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, a saber gays, lésbicas, travestis, entre outros.

Na visão militar, as homossexualidades constituíam um erro moral, além de um risco de subversão que levaria à “revolução dos costumes”. A associação das homossexualidades com a chamada “subversão” das esquerdas, a degenerescência e o comunismo internacional, antecede ao próprio golpe civil-militar de 1964. Com a instauração do novo regime político, entretanto, as forças policiais puderam recorrer a uma tradição de vincular sexualidades dissidentes à ameaça de segurança e a prejudicar a viabilidade econômico-cultural do Brasil.⁴ Os militares, assim, discursavam a favor da conservação de uma integridade nacional, a qual passava não só pela reorganização política e econômica do país, mas também moral. A defesa da nação assume um papel narrativo caro aos militares, os quais, no âmbito comportamental, estavam preocupados em conservar valores normativos que integram noções de moral e bons costumes. O discurso autoritário, portanto, age em razão do objetivo nacional, de uma vontade única – em contrapartida aos discursos alternativos, de grupos minoritários, que são marcados justamente pela diferença.⁵

Discursos contra hegemônicos que, por sua vez, ganham força na segunda metade da década de 1970. Sendo isso possível, a partir da mobilização de uma ampla frente de oposição às forças ditatoriais em um período de efetivação da política de “distensão, lenta, gradual e segura”, orquestrada no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), e continuada no governo do seu sucessor João Figueiredo (1979-1985) com a chamada Abertura Política, e em Sergipe, a promoção da liberalização política deu-se com os governadores José Rollemberg (1975-1979), Augusto Franco (1979-1982) e Djenal Queiroz (1982-1983). Destacamos, nesse contexto, uma parte da juventude que diante de uma certa liberdade vigiada, vai executá-la por meio da contracultura; explorando o corpo, a sexualidade, as drogas, as fronteiras de gênero.

Neste cenário de questionamentos dos valores da cultura dominante, florescem “saídas do armário” como a publicação do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), na cidade do Rio de Janeiro. Com o fim da censura prévia, o impresso foi formado por jornalistas, intelectuais e artistas declaradamente homossexuais. O *Lampião* era parte da categoria de jornais alternativos que se opunham ao autoritarismo por meio da contestação dos costumes, em favor das liberdades sexuais.

⁴ COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFSscar, 2021.

⁵ Cf. FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

Na edição de fevereiro de 1981 do *Lampião*, o artista plástico Darcy Penteado, membro do conselho editorial, escreveu sobre o ativismo na região Nordeste. Ao tratar da capital sergipana, animado, comenta: "Aracaju, bem ao contrário, anda fervendo de assumidos e de ativistas em embrião [...] Os sergipanos sem dúvida estão dispostos a levantar bandeiras"⁶. Dois meses depois, na edição de abril de 1981, uma coluna exclama "Em Aracaju, elas são capazes"⁷ ao noticiar a realização do 9º *Baile dos Artistas* para o qual se sugeria assumir a sua verdadeira "sexualidade guei" no ano seguinte.

A capital foi cenário da agitação entre jovens homossexuais, os quais, liderados por Wellington Andrade, deram origem ao Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), em 1981. Esse, era um espaço seguro para socialização entre pares, leituras e discussões sobre sexualidade, além de mobilizar forças políticas de ação para o Movimento Homossexual de Sergipe (MHS).

Ibarê Dantas, por outro lado, ao tratar da Tutela Militar em Sergipe (1964-1984), ressalta que o afrouxamento das práticas repressivas se manifestava mais nos discursos, pois os instrumentos coercitivos permaneciam em vigor e sem data de revogação.⁸ Isso é evidente com a Operação Cajueiro⁹ que, mesmo na "distensão", revelou o lado mais violento do regime político em Aracaju. O estado de tensionamento, contudo, entre a permanência das forças ditatoriais e a tímida retomada das liberdades democráticas, marcou a abertura política nacional, e particularmente, Sergipe.

Nesse sentido, buscamos discutir a experiência das homossexualidades na cidade de Aracaju, compreendendo a organização social desses sujeitos em seu gueto e em torno de uma identidade homossexual, no contexto político e cultural de abertura democrática e de emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Nesse cenário,

⁶ PENTEADO, Darcy. Veredas Tropicais Crônica de uma rápida viagem ao Nordeste encantado. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, n. 33, fevereiro de 1981, p. 3. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 29 set de 2023.

⁷ Em Aracaju elas são capazes. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, n. 35, abril de 1981, p.11. Disponível em: https://www.grupodignidade.org.br. Acesso em: 25 de set 2023.

⁸ DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe: 1964-1984*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

⁹ A Operação ocorreu na cidade de Aracaju, em fevereiro de 1976. Às vésperas do carnaval, foram presos e torturados suspeitos de se articularem para reorganizar em Sergipe o extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para aprofundar o tema, veja: CRUZ, José Vieira da. "*Tempos difíceis*": os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011; NUNES, Ronaldo de Jesus. *Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, [S. l.], v. 1, n. 54, 2024; ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. YouTube, 04 jan. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 03 dez. 2025.

objetivamos examinar os efeitos políticos de suas táticas discursivas e organizacionais frente à remanescente repressão militar em Sergipe (1974-1985).

Não obstante, no levantamento bibliográfico das principais obras relativas ao tema, dentro do nosso recorte temporal e espacial, denotamos uma escassa produção historiográfica, tendo poucos trabalhos acessíveis à consulta, entre os quais destacaremos os principais. O primeiro, *Itinerários e "lutas": o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*, de Marcos Ribeiro de Melo, é uma tese de doutoramento em Sociologia, defendida em 2013, na Universidade Federal de Sergipe.¹⁰ A tese investiga o itinerário de vinte e cinco ativistas LGBT+ sergipanos entre os anos de 1981 e 2012, averiguando questionamentos do surgimento da mobilização homossexual em Sergipe à contemporaneidade na qual o estudo foi produzido. O autor compreende que os primeiros momentos da luta estiveram associados à afirmação identitária e que, ao longo do tempo, parte para uma institucionalização da luta, com diferentes composições entre suas lideranças, frentes de luta e formas de engajamento.

O segundo, é um trabalho de dissertação de mestrado da mesma instituição, defendido no ano de 2021, por Max Wesley Santos Cardoso, denominado *Por uma história do Movimento Homossexual em Sergipe: da Comunidade Católica Homossexual no final dos anos de 1970 à formação do Grupo Dialogay (1981-1983)*.¹¹ A partir da compreensão da pluralidade dos movimentos homossexuais, o autor busca recompor o histórico do movimento homossexual em Sergipe a partir da estrutura de oportunidades culturais, sociais e políticas que permitiram a formação do Grupo Dialogay de Sergipe, de sua origem, em 1981 a 1983.

Tanto Melo (2013) quanto Cardoso (2021) buscam compreender o Movimento Homossexual Sergipano (MHS), a partir do GDS, e enveredam nesse aspecto mobilizador das homossexualidades. Melo, estuda o engajamento das lideranças dos Movimentos Homossexual e LGBT+, buscando analisar menos as instituições do que os indivíduos que o formam. Ao tratar do período que nos interessa, o autor destaca que a primeira onda do movimento local era formada por membros de origens sociais baixas e com um certo

¹⁰ MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e "lutas": o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

¹¹ CARDOSO, Max Wesley Santos. *Por uma história do movimento homossexual em Sergipe: a comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do grupo Dialogay (1981-1983)*. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

gosto pela política. Essas duas características evidenciam diferenciações entre os membros do movimento local, quando comparados à intelectualizada apartidária de classe média, que conduziu o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Tanto Cardoso (2021) quanto Melo (2013), todavia, problematizam os movimentos na região sudeste como parâmetro nacional.

Cardoso (2021) contesta ainda, a compreensão do surgimento do jornal *Lampião da Esquina* e do Somos como eventos fundadores do MHB. Para ele, são experiências importantes, mas não criadoras como se pretendeu fazer acreditar.¹² A relação do *Lampião* com o GDS, por exemplo, era de interdependência e não de hierarquia organizacional. Logo, o autor busca ampliar a leitura do MHB como uma variedade de mobilizações simultâneas, distribuídas pelo país, que o discurso de pioneirismo acaba homogeneizando.

Tendo isso em vista, a partir de um estudo memorialístico da Comunidade LGBTQ+, investigaremos como o gueto se caracterizava e, em qual medida, constituiu-se enquanto um espaço de consolidação da identidade homossexual em Aracaju. Bem como foi possível, dada à repressão contínua durante a “distensão política”, ir além do gueto, mobilizando uma identidade política.

Para Elias Ferreira Veras e Joana Maria Pedro, a historiografia brasileira, a partir da segunda metade do século XX, introduziu novos problemas e novos sujeitos, mas as experiências de indivíduos pertencentes a categorias de orientações sexuais e de gêneros dissidentes ocuparam um lugar marginal nessas produções, como tema de menor importância.¹³ A história social brasileira, a princípio, privilegiou três perspectivas principais: a história social da família, a história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão.¹⁴

Há uma tendência mais recente, por outro lado, de pesquisas sobre as homossexualidades, a partir da mobilização da História social. A exemplo da obra *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (1999), do historiador brasilianista James Green, que investiga a homossexualidade masculina nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, desde sua manifestação pública ao controle social

¹² CARDOSO, op. cit., p. 19.

¹³ VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. *Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil*. Florianópolis: Revista Tempo e Argumento, v. 6, n.13, p. 90-109, set./dez. 2014.

¹⁴ Cf. FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

sofrido, contribuindo para uma área pouco explorada pela História social brasileira. Green convoca os pesquisadores, ao reconhecer o limite do seu estudo, dada a dimensão geográfica do Brasil e as diferenças regionais, a ampliar as investigações para diferentes abrangências.

Diante disso, coloca-se também em questão a relação entre a ditadura e as homossexualidades. Buscando compreender não só como os dispositivos de repressão agiam em função de uma patrulha sexual, mas também como as homossexualidades se organizavam e discursavam naquele contexto, como na obra *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (2021), organizada por James Green e Renan Quinalha. Indicando, portanto, uma renovação epistemológica da escrita da história ao problematizar sua matriz heterossexista e recuperar memórias transviadas.

A resistência de corpos transviados, em gênero e/ou sexualidade, durante a ditadura civil-militar¹⁵ no Brasil, é uma potencialidade temática dada a constante omissão desses como sujeitos históricos. De tal modo, a narrativa do gueto, do pecado, do subemprego, da patologia e até mesmo da criminalidade, construiu um imaginário social que ratifica discriminações e violências até hoje. No país que ainda ranqueia entre os mais violentos para pessoas LGBTIA+¹⁶, a importância de levantar o recorte temático está em reivindicar, através da historiografia, uma nova perspectiva na qual se recupere e se registre memórias que corroboram com a reflexão sobre a legitimidade dessas existências. Ademais, o fato de esse não ser um recorte comum nos trabalhos acadêmicos e nas próprias ações de justiça e de reparações, como as Comissões da Verdade, demonstram como a naturalização da violência contra esses corpos ainda é uma questão a ser explorada e esclarecida.

Logo, o estudo proposto contribui para o desenvolvimento da História das Homossexualidades, sobretudo no recorte brasileiro pretendido, possibilitando novos

¹⁵ O uso do termo ditadura civil-militar, neste estudo, evidencia a compreensão que parte da sociedade civil também articulou a ideologia militar para além do Estado. Nesse sentido, ao pensar a política sexual e seu exercício, é indispensável avaliarmos como ela foi praticada para além do domínio das instituições do Estado, sobretudo por compreendermos o poder a partir da teoria foucaultiana. Para melhor aprofundar o debate: CARDOSO, L. C.; MOREIRA, B. de O. *1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura*. Crítica Histórica, UFAL, ano 15, v. 15, n. 29, jan. 2024.

¹⁶ Foram assassinadas, no Brasil, uma pessoa LGBTIA+ a cada 32 horas em 2022. Cf. GASTALDI, Alexandre; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

debates e entendimentos. Além disso, combate generalizações e a ênfase dada a essas investigações em regiões centrais do país e, nessa busca, procura contribuir para ampliar as fronteiras da investigação, explorando o recorte sergipano que prescinde de estudos mais especializados na análise da documentação primária. A pesquisa justifica sua relevância científica, nesse sentido, ao seguir uma tendência de renovação epistemológica da historiografia, explorando a relação entre a ditadura e as homossexualidades, bem como ao contribuir para a descentralização dessas investigações, definindo uma delimitação espacial pouco explorada.

Diante do exposto, a pesquisa está vinculada à linha de pesquisa relações sociais e poder. Considerando, assim, que não é possível prescindir das vivências homossexuais e as diferenciações desse grupo em suas relações sociais, bem como da articulação do poder, em suas variadas manifestações, como fenômenos explicativos para o problema proposto. A fim de cumprir nossos objetivos conduziremos nossa investigação dentro das dimensões da História Social, com enfoque na abordagem da História Oral e dentro do domínio da História das Homossexualidades. Para tanto, destacamos os principais conceitos e ferramentas teóricas que as fundamentam. Primeiramente, mobilizando a discussão teórica e, em seguida, os aspectos metodológicos, bem como as fontes necessárias.

Conforme Daniel Borrillo, a heterossexualidade, ao ser posta como padrão moral normativo e ideal, condiciona uma forma específica de dominação, o heterossexismo. Esse conceito, caro à nossa argumentação, é definido como a crença na existência de uma hierarquia de sexualidades na qual heterossexualidade ocupa posição superior e qualquer outra sexualidade é considerada acidental, incompleta, perversa, patológica, criminosa, imoral ou até mesmo destruidora da civilização.¹⁷ Ponderando, no entanto, sua incompletude, ao não dar conta das dissidências de gênero, pontuamos também a existência de uma hierarquia diante dos papéis de gênero no qual a cisgeneridade ocupa posição privilegiada.

É impossível pensar, segundo o antropólogo Edward Macrae, uma história universal da homossexualidade visto que o seu significado tanto em termos de resposta social quanto em termos de identidade individual só pode ser compreendido dentro de um

¹⁷ BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

contexto histórico específico.¹⁸ Os significados sociais e subjetivos sobre as identidades homossexuais, portanto, não são estanques e variam de acordo com cada contexto no qual determinada identidade se manifesta. Por tal razão, dentro do recorte temporal da referida pesquisa, entendemos como identidade homossexual “uma organização da personalidade e uma maneira de se relacionar com o mundo baseado numa certa representação de si, fundamentada em categorizações sexuais geradas pela cultura em que se inserem”.¹⁹

Aqui compreendemos que as categorizações sexuais estão a par com o enquadramento em categorias de gênero. Embora sejam coisas distintas, são identidades cuja formação se encaminharam dentro do mesmo universo social e por isso, para as concepções da época, eram a mesma coisa. Tendo isso em vista, para evitar anacronismos, optamos aqui em utilizar o termo “homossexualidades” para nos referirmos a uma categoria geral de indivíduos com sexualidades e papéis de gênero “dissidentes”.

Incorporamos em nossa leitura sobre o autoritarismo brasileiro e seu sistema repressivo o argumento de Carlos Fico sobre a “utopia autoritária”²⁰. Isto é, a ideia de que os militares eram capazes e preparados para aniquilar os dissensos em prol da inserção do país em uma “legítima democracia”. O autor pensa, assim, a “utopia autoritária” como resultado da expressão do sistema repressivo em duas dimensões: a primeira, de viés saneador, visava extinguir ameaças comunistas; a segunda, de base pedagógica, buscava suprir a sociedade brasileira, educando e defendendo dos ataques à “moral e aos bons costumes”.²¹

Como podemos inferir, a partir de sua base saneadora, o contexto autoritário tinha interesse em reprimir as homossexualidades de maneira particular. O que se localiza e nos interessa neste ponto é o exercício da política sexual. Na visão de Renan Quinalha, o regime se constituía enquanto uma “ditadura hetero-militar” no qual as práticas sexuais e comportamentais eram também afetadas pelo Estado o qual exercia uma política sexual, ou seja, a esfera cotidiana e íntima era objeto da regulação e do controle militar.²² Logo,

¹⁸ MACRAE, Edward. *A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da “abertura*. Salvador: EDUFBA, 2018.

¹⁹ Ibid., p. 121.

²⁰ Maria Celina D’Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Cf. D’ARAUJO, M. C. et al. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Carlos Fico toma a expressão de empréstimo para pensar as dimensões repressivas do regime. Cf. FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

²¹ FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.39.

²² QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

“ainda que o Estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e práticas sexuais, sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um locus privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades”.²³

A disposição da estrutura repressiva em torno das sexualidades passava pela articulação, nos aparelhos legais, de noções vagas e subjetivas de moralidade. Não é possível, alinhados a isso, pensar o argumento moralista dos militares, que giravam em torno da salvaguarda da ordem sexual, dissociado da política. A hegemonia de padrões de conduta que definem o que é aceitável é fruto de determinada distribuição social do poder e, se tratando da ditadura brasileira, política e moral são duas faces complementares do projeto de repressão.²⁴

É preciso, no entanto, pensar que a repressão não era objeto de excelência somente do Estado militarizado, mas também irradiava da própria sociedade civil em suas relações interpessoais. De tal modo, para além dos aparatos estatais, o controle se revelava nas relações cotidianas de poder. Orientamo-nos, assim, a pensar o poder a partir da teoria foucaultiana, isto é, como algo difuso; “não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”.²⁵ O conceito, nesses termos, nos é útil para examinar tanto a sociedade civil aracajuana quanto o próprio gueto homossexual.

O “gueto homossexual” era compreendido como lugares da cultura homossexual, onde existiam mais condições para exercer a própria sexualidade e atravessar fronteiras de gênero, constituído por bares, discotecas, saunas e espaços afins de socialização.²⁶ Tomamos, por fim, como espaço para ação política, o movimento social como um sistema de ação fundada, sobretudo, na solidariedade de seus membros e nos métodos expressivos dessas identidades.²⁷ Segundo Maria da Glória Gohn (2011), para investigar os movimentos sociais, é preciso buscar as redes de articulação que eles estabelecem na prática cotidiana e indagar, perante a conjuntura histórica, os modos como se constroem uma cultura política.²⁸ À vista disso, o testemunho dos sujeitos que faziam parte dessas redes revela um diagnóstico sobre aquela realidade social, bem como o que ainda não se documentou sobre os fazeres

²³ QUINALHA, op. cit, 2017, p. 24.

²⁴ Ibid., pp. 41- 42.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024, p. 101.

²⁶ Cf. MACRAE, op. cit, 2018.

²⁷ SOUZA, Rafael de. *"Saindo do gueto": o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

²⁸ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista brasileira de Educação, v. 16, 2011, pp. 335-336.

propositivos de suas movimentações organizadas. A incorporação dessa perspectiva permite compreender que o testemunho não se limita a uma narrativa individual, mas ao complexo horizonte das experiências socialmente compartilhadas, como veremos.

Diante da discussão que propomos sobre a memória, em nosso quadro teórico, pensamos então a articulação metodológica dessa por meio da História Oral. Essa abordagem é vantajosa na medida em que nos possibilita o encontro com testemunhos inéditos, permitindo diferentes interpretações sobre o passado. Para perscrutar melhor o gueto homossexual aracajuano, portanto, é preciso enquadrar as memórias daqueles que o compunham. Como Seligmann-Silva nos aponta, a uma era de violência e crimes corresponde também uma nova cultura do testemunho, justamente porque o testemunho pode servir como caminho para construção de uma nova identidade pós-catástrofe.²⁹

Para tanto, seguiremos metodologicamente o trabalho com as fontes orais de acordo com os seguintes passos: 1. Preparação do roteiro semiestruturado para entrevistas; Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); 3. Realização das entrevistas e gravação em áudio; 4. Tratamento do acervo (transcrição, revisão e análise); 5. Construção de um Caderno de Memórias Transviadas. Ademais, quanto às fontes textuais, procederemos deste modo: 1. Historicização das fontes, compreendendo o contexto histórico de produção (de onde se fala), a natureza editorial (quem fala e para quem) e as tendências da produção (o que se fala); 2. Curadoria dos objetos, através da leitura e do apuramento das temáticas mais relevantes à discussão, bem como seu fichamento. Por fim, análise crítica de todo material apurado de acordo com as necessidades de cada tipologia e do aporte teórico-metodológico necessário.

No primeiro capítulo, *“Na terra dos homens, paulada nas bonecas”*: o poder e a política sexual em tempos ditatoriais, discutiremos de que modo a ditadura civil-militar se tornou um espaço de vigilância e repressão das sexualidades e examinar essa prática, tendo como ponto de partida a invenção da homossexualidade no século XIX e sua instrumentalização política em experiências históricas do século XX. Através da produção bibliográfica preexistentes, refletiremos sobre o que é a sexualidade e como se deu a invenção do “homossexualismo” enquanto uma categoria clínica no século XIX. Ademais, como experiências históricas brasileiras instrumentalizaram politicamente esses discursos. Discutiremos o que é a matriz heterossexual e a política sexual, além de como suas manifestações, dentro do contexto autoritário da ditadura brasileira, foram

²⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022, p. 195.

responsáveis por organizar regras proibitivas para expressões de gênero e sexualidades não normativas. Analisaremos, por fim, o exercício da política sexual na prática, compreendendo quais os mecanismos de articulação da repressão (censura moral, operações policiais, entre outras) e sua consonância com a sociedade civil.

O segundo momento, *A questão “guei” no Brasil: da cultura homossexual ao movimento organizado*, busca compreender não só como se manifestava a contracultura e a identidade homossexual masculina no país, a partir de sua contracultura, mas também o seu processo de politização dentro dos grupos organizados, em especial na experiência do Dialogay de Sergipe (1981-1983). Para atingir o objetivo, analisaremos três eixos fundamentais. No primeiro, abordaremos como, a partir da contracultura e das práticas cotidianas de resistência, organizou-se uma cultura homossexual que questionava as normas sociais, desafiava os padrões morais e construía novos significados em torno da homossexualidade. Destacaremos, segundamente, o papel do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) e do grupo *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual* na consolidação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), reconhecendo neles os pilares de uma militância nascente. Por fim, no terceiro eixo, analisaremos o contexto sergipano, a partir do surgimento do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), o qual representou as demandas locais e suas especificidades diante do cenário nacional.

Nosso último capítulo, *Memórias sobre ditadura e homossexualidades masculinas na cidade de Aracaju*, dedica-se a discutir a memória, a partir do testemunho oral, como possibilidade de construção de uma historiografia do Movimento LGBTIA+. Além de compreender a composição social do gueto homossexual na capital sergipana e a construção de uma identidade homossexual por meio do enquadramento da memória. Elaboraremos, primeiramente, considerações teóricas sobre o trabalho com memórias transviadas. Refletiremos sobre a escrita historiográfica e o lugar social do historiador, discutindo a memória, a partir da virada testemunhal, como possibilidade de construção de uma historiografia do Movimento LGBTIA+. Elaboraremos um Caderno de Memórias, a partir das experiências de homens homossexuais em Aracaju, identificando como se deu a construção de uma identidade gay na capital e como se organizavam os espaços de socialização frente não só a política sexual, como também a epidemia da AIDS no recorte temporal do estudo. Discutiremos, por fim, como são construídas as memórias sobre as movimentações homossexuais na cidade de Aracaju, a partir das experiências locais.

Os argumentos são fundamentados a partir da bibliografia apresentada e das fontes recolhidas no Fundo SOMOS, do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/UNICAMP), no Acervo digital Jornais de Sergipe, do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), no Acervo Lampião da Esquina, do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC), no Fundo Serviço de Censura de Diversões Públicas, do Arquivo Nacional (Brasil). Quanto às suas formas, além das edições do jornal, são cartas, correspondências, ofícios, boletins, entre outros produzidos por grupos homossexuais organizados, pela imprensa e o Estado. Além disso, no Caderno de Memórias Transviadas, produzido a partir das entrevistas realizadas.

Convém ressaltar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe via Plataforma Brasil, sendo aprovada sob o Parecer nº 7.484.785, conforme CAAE nº 85585424.9.0000.0383. Cumprindo, desse modo, os termos da resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 e da resolução nº 510/16, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares a mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005).

1 – “NA TERRA DOS HOMBRES, PAULADA NAS BONECAS”: O PODER E A POLÍTICA SEXUAL EM TEMPOS DITATORIAIS

“E pensavam que o que tinha ocorrido antes era passado e, que por apego à tranquilidade, davam o assunto por encerrado; e, no entanto, estavam dentro, dentro das coisas antes, e nos mantinham ali dentro também, e, assim, sem o saber, continuávamos o que eles eram”.

– Elena Ferrante (2015)

1.1 A homossexualidade: um sintoma do seu tempo

O século XIX foi cenário de grande florescimento científico. Nomear, definir e classificar deram o ritmo, com avanços teóricos e metodológicos, na construção do saber sobre o mundo. O racionalismo, herança iluminista, deu a tônica na produção e sistematização dos conhecimentos. Os avanços, no entanto, não se desenrolaram sem uma íntima articulação com o discurso dominante.

Em certo ponto, aquele fazer científico estava mais empenhado em justificar as práticas colonialistas e legitimar o poder instituído do que apurar dados cientificamente neutros e admissíveis. O suposto saber técnico era, na verdade, atravessado pelos interesses de manutenção da ordem. O ideário “científico”, assim, longe de ser um dado objetivo, ordenava práticas e políticas sociais a favor dos interesses de quem os produzia. No Brasil, por exemplo, isso foi evidente no pós-abolição com as teorias raciais e o desenvolvimento de políticas de embranquecimento. Não é uma sociedade que se torna racista ao compreender cientificamente o perfil da população negra e difundir ideais de inferioridade racial, mas uma sociedade que, sendo racista, busca justificar a discriminação a partir do discurso científico, pois é da ordem racial estabelecida que depende sua manutenção.

No ritmo de nomear, definir e classificar, por vezes, o cientificismo oitocentista foi meramente um dado refletor das ideologias dominantes. O “homossexualismo” é uma categoria criada pelo discurso produzido pela ciência médica no final do século XIX. Em um movimento que, catalisado pelo racionalismo e empirismo, estava concentrado em buscar as razões explicativas para a incidência de sexualidades “dissidentes”. A homossexualidade seria, assim, uma desordem natural, anatômica ou psíquica cuja

manifestação requeria a submissão ao diagnóstico e tratamento. Se hoje entendemos que as relações sexuais-afetivas entre o mesmo gênero, no entanto, não são uma manifestação patológica em que medida a ciência conseguiu classificá-las como tal?

A tradição judaico-cristã é percussora, no ocidente, na discriminação de relações homossexuais. Foi o cristianismo, ao situá-los fora não só da salvação, como também à margem da natureza, que legitimou a hostilidade.³⁰ A condenação de práticas sexuais “dissidentes” é justificada a partir da mitologia cristã e seus registros bíblicos, como a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra. Sob fogo e enxofre, as cidades foram dizimadas, segundo a narrativa do Velho Testamento, em razão da prática de pecados sexuais entre pessoas do mesmo gênero.

Há controvérsias quanto as passagens bíblicas e suas interpretações, mas o que convém ressaltar é o seu uso e as consequências dele derivadas. Logo “até o século XVIII todas as disposições penais, sem exceção fazem referência ao mito de Sodoma para justificar as punições a gays e lésbicas”.³¹ O “desvio sexual” do sodomita³², no entanto, era menos uma questão de salvação individual do que uma ameaça à ordem social. O Estado, assim, enquanto uma fábrica de regulações sexuais, atravessado pela Lei judaico-cristã, organizou e executou diversas políticas de repressão, a partir do Império Romano, ao homoerotismo; “religião católica e direito liberal combinaram-se para produzir um aparato de regulação que enquadrava as homossexualidades ora como pecado, ora como crime”.³³

No Brasil, a título de exemplo, esse atravessamento é evidente nas práticas coloniais através da inquisição, organizada pelo Santo Ofício, no qual o “pecado nefando” constituiu uma das principais preocupações dos inquisidores. Com a expansão portuguesa e o reinado de Dom Sebastião, o regimento de 1574, na “Lei sobre o pecado de Sodomia”, atribuiu o incremento do “pecado contra a natureza” ao Reino lusitano.³⁴ O “pecado nefando”, assim, constituiu uma das principais preocupações dos inquisidores, repressão que antecede a própria colonização do país:

³⁰ BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 43.

³¹ Ibid., p. 54.

³² Sodomita designa práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o termo surgiu a partir de interpretações bíblicas sobre a cidade de Sodoma cujos habitantes eram considerados pecadores, entre outras coisas, em razão de suas sexualidades.

³³ QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p.49.

³⁴ MOTT, Luiz. *Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia*. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 5, nº 10, pp. 99-122, 1985.

Às vésperas da descoberta do Brasil as Ordenações Afonsinas, além de condenarem o homossexualismo (sic) com a pena de morte, filosofavam a matéria: ‘Sobre todos os pecados, bem parece ser o mais torpe, sujo e desonesto, o pecado da sodomia e não é achado outro tão aborrecido ante Deus e o mundo, como ele...’ sendo a causa do Dilúvio universal, da destruição das cinco cidades contíguas a Sodoma e Gomorra, motivo da extinção da Ordem dos Templários etc... portanto, nada mais prudente que El Rey precavesse seu Reino de tantos perigos: ‘Mandamos e pomos por lei geral que todo homem que tal pecado fizer, seja queimado e feito per fogo em pó, por tal que já nunca de seu corpo possa ser ouvida memória’.³⁵

Ao analisar a historiografia de Sergipe, durante a colônia, e documentações respectivas ao recorte temporal, Luiz Mott investiga as ações do Santo Ofício em Sergipe. Dentre as dezenas de confissões analisadas, a sodomia aparece frequentemente como justificativa para o açoite.³⁶ Entre os casos citados, destacamos Marcos Tavares, de 22 anos:

‘Por ter consumado o pecado nefando algumas 15 vezes, sendo agente e paciente’. Sua sentença foi lida no Auto de Fé de 19 de agosto de 1593, ‘em presença do Sr. Visitador, Acessores, muitos religiosos, cabido, das justiças, de grande concurso de gente e povo’, estando o réu descalço, desbarretado, vestido ordinariamente – ‘em corpo’, cingido com uma corda e com uma vela acesa na mão. Após todo este humilhante ritual, no dia seguinte, o pobre mameluco foi publicamente açoitado - provavelmente da Sé até o porto de embarque, e degredado por 10 anos para Sergipe de S. Cristóvão. Conclui a sentença com a famigerada piedade inquisitorial: ‘Respeitando ser menor de 25 anos, por ser mameluco e outras considerações pias que se tiveram, usando de misericórdia, o relevam das penas de direito e ordenações que mandam que os tais delinquentes sejam queimados...’ Teve ainda de pagar \$738 pelas custas de seu processo.³⁷

Todavia, se em um primeiro momento o cristianismo produziu, por meio de um discurso teológico, o pecado/desordem da criação divina como ferramenta para deslegitimação de sexualidades não normativas. Foi, sobretudo, da ciência médica, a partir do século XIX, a tarefa de revestir esse discurso de uma suposta racionalidade que explicasse não só a condição da natureza que incidia sobre esses sujeitos (origens do sintoma) como também os meios de lidar (prevenção/tratamento/cura dos sintomas): nomeando e categorizando.

³⁵ MOTT, op. cit., p. 102.

³⁶ MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: Fundesc, 1989.

³⁷ Ibid, p. 6-7.

A prática sexual, naquele contexto, entre pessoas do mesmo gênero deixa de ser uma condição revés a natureza humana, em razão da contradição aos desígnios divinos (sodomia) e passa a ser, ainda como revés, uma patologia (homossexualismo). A antiga hostilidade religiosa contra os sodomitas encontra nova vitalidade na inferiorização e até mesmo o extermínio dos indivíduos considerados não mais como pecadores, mas como perversos e perigosos.³⁸ O que destacamos é como uma mesma prática, o homoerotismo, mobiliza a produção de diferentes sentidos ao longo do tempo. A sexualidade é, deste modo:

“O nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade, subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.”³⁹

Menos um dado biológico do que um dispositivo histórico organizador de determinada estrutura de saber e de poder é a sexualidade. A heterossexualidade e a homossexualidade não são identidades universais e atemporais, mas categorias discursivas incorporadas ao real, a partir do século XIX, em posições antagônicas e hierárquicas das quais emanam uma lógica organizadora da realidade social.⁴⁰

Se antes o sodomita era um pecador, no ritmo de produção de um saber sobre o sexo, ele passa a ser um paciente. A compreensão da sua homossexualidade não estava mais atrelada a perspectiva teológica e as explicações divinas, mas a uma lógica médica que buscava no corpo, e mais tarde na psiquê, as origens da “inversão”. Diante do instinto sexual “fez-se análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afeta-lo; atribui-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias.”⁴¹

Nesse cenário, em 1862, na Alemanha, o jurista Karl Heinrich Ulrichs elaborou novos termos dentro de uma teoria que defendia o sexo entre os mesmos gêneros. O *uranismo*, como ele chamava a homossexualidade masculina, era defendida como uma prática natural, uma espécie de terceiro sexo, que não deveria ser coibida juridicamente pois era uma manifestação da própria natureza.⁴² Foi inclusive em uma carta, em 6 de

³⁸ BORRILLO, op. cit., p. 64.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024, p. 115.

⁴⁰ Ibid., p. 82.

⁴¹ Ibid., p. 114.

⁴² QUINALHA, op. cit., p. 57.

maio de 1868, escrita pelo médico húngaro Karl Maria Kertbeny a Ulrichs, que os termos homossexual e heterossexual, foram utilizados pela primeira vez.

Costumeiramente nos deparamos com a leitura da heterossexualidade como uma essência inerente a todos os sujeitos humanos cuja transgressão é passível de correção. Jonathan Ned Katz nos aponta, no entanto, que a (hetero) sexualidade é um *status* histórico relativo e instável.⁴³ Segundo o autor, “os termos heterossexualidade e homossexualidade significam, assim, modos historicamente específicos de dominar, pensar sobre, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres”.⁴⁴

A preocupação que atravessava, desde as justificativas religiosas às científicas, era a questão da reprodução humana. O próprio termo heterossexual quando surge, em 1982, nos escritos do Dr. James G. Kiernan, aparece como uma perversão sexual, contrária as normas reprodutivas do sexo.⁴⁵ Só posteriormente, a partir dos escritos de Richard Von Krafft-Ebing, o termo heterossexual

Passou a significar uma sexualidade relativa ao sexo oposto totalmente desvinculada da reprodução. Seu uso do termo heterossexual começou a afastar sua discussão sobre o sexo do ideal reprodutivo vitoriano e leva-la na direção da norma erótica moderna do sexo diferente. Seu texto é de transição, situando-se em um espaço entre o vitoriano e o moderno. O uso de Krafft-Ebing da palavra *hetero-sexual* para significar um erotismo normal de sexo diferenciado indicou um primeiro afastamento histórico da centenária norma reprodutiva. Seu uso dos termos *hetero-sexual* e *homo-sexual* ajudou a tornar a diferença entre os sexos e o eros as características distintivas básicas de uma nova ordem social, linguística e conceitual do desejo. Seu *hetero-sexual* e *homo-sexual* ofereceram ao mundo moderno dois erotismos de sexo diferenciado, um normal e bom, outro anormal e ruim, uma divisão que viria a dominar nossa visão do século XX do universo sexual. Segundo essa teoria moral-biológica, os indivíduos não são responsáveis por sua perversão sexual não reprodutiva inata – ou, conseqüentemente, por sua atração erótica pelo outro sexo voltado para a procriação [...] A ideia de uma determinada orientação sexual fisiológica (*sadia* ou *doentia*, *normal* ou *anormal*) tornou-se uma hipótese dominante da teoria sexual moderna. No século XX, essa bioética determinista afirma que a heterossexualidade é um fato imutável da natureza – uma norma estabelecida naturalmente.⁴⁶

Essas teorias morais-biológicas compreendiam que havia uma relação íntima entre a anatomia e a psicologia. O que destacamos, no entanto, é como a categoria homossexual (tanto quanto a heterossexual) é histórica - por vezes, imprecisa - e variável. É preciso, portanto, ao tratar da sexualidade humana, desfazer a gramática biologizante. Não se trata

⁴³ KATS, Jonathan Ned. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, p. 25.

⁴⁴ Ibid., p.24.

⁴⁵ Cf. KATS, op. cit., 1996, p. 31.

⁴⁶ Ibid., p. 40, grifo do autor.

do ato sexual, das diferenças anatômicas ou dos processos reprodutivos em si, mas de como esses elementos são mobilizados historicamente no controle do sexo e dos seus prazeres.⁴⁷ Trata-se, antes, de como o corpo é apropriado discursivamente pela sexualidade e as políticas sexuais disso derivadas. O sodomita, o invertido sexual, o pederasta, entre outros, são sintomas dos diferentes arranjos históricos nos quais essas categorias são produzidas. Se na condenação do sodomita o contraste operante era entre a fecundidade e a esterilidade, na repressão à homossexualidade é no erotismo entre sexos diferentes que o contraste reside, como veremos a partir do século XX.⁴⁸

Durante os anos de 1930, vai florescer no Brasil uma produção médica sobre a homossexualidade. “É durante os anos 30 – este curioso momento de institucionalização do ideário moderno e de afirmação do autoritarismo, bem como maior difusão de ideias da psiquiatria europeia da virada do século XIX para o XX – que uma bibliografia mais rica vai aparecer”.⁴⁹ Diversos médicos foram responsáveis por tirar a discussão sobre sexualidade do campo moral, religioso ou jurídico e inserir no campo da medicina. Essa posição é evidente nos escritos de autores nacionais como Afrânio Peixoto (1876-1947), Leonídio Ribeiro (1893-1976), José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), Estácio de Lima (1897-1984), entre outros.

Para Peixoto, “em vez de anatematizar e fazer chover o enxofre e os raios sobre a Sodoma e a Gomorra dos vícios contra a natureza, mais inteligente será, compreendendo esse erro, tratar de corrigi-lo. Em vez da condenação, um diagnóstico e o devido tratamento”.⁵⁰ O médico espanhol Gregório Maraño (1887-1960), por sua vez, aponta que esses sujeitos deveriam estar submetidos a jurisdição médica e não a legal, pois há uma razão biológica em seus defeitos sociais.⁵¹

Esses autores foram responsáveis por mobilizar a discussão da sexualidade do campo jurídico para o médico; pediam ao invés de castigo, tratamento. Apreender a etiologia da homossexualidade, no entanto, foi um esforço médico que priorizou menos reconhecer a legitimidade dessa condição do que corrigi-la. Toda essa discussão era

⁴⁷ Cf. KATS, op. cit., 1996.

⁴⁸ Ibid, p. 49.

⁴⁹ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O direito de curar: a homossexualidade e a medicina legal no Brasil dos anos 30”, 1994, p. 103.

⁵⁰ RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 13, n. 3, p. 498-511, 2010, p. 511.

⁵¹ MARAÑO, Gregório. *Una clasificación de los homosexuales desde el punto de vista médico legal*. Revista de criminología y policía científica / órgano oficial de la Dirección de Investigaciones, Identificación y Pasaportes. Santiago: La Dirección, 1937-1955. 13 volúmenes, año 1, número 2, (diciembre 1937-enero 1938), p. 4-5.

composta por um conjunto de preocupações “eugênicas” as quais apontavam para a necessidade de uma atenção especial a ser dedicada à criança e à estrutura familiar, num momento de ordenamento de uma nova ordem social”.⁵²

O Brasil vivia um período de “afirmação institucional de um *paradigma moderno*”⁵³, no qual se organizava um ideal político e social republicano, que encontra no discurso médico a legitimação das práticas higienistas. A medicina se torna uma ferramenta para resolução dos problemas sociais, afirmando-se como agente saneadora. Havia uma necessidade, assim, de higienizar as cidades não só materialmente, diante das ameaças sanitárias, mas também moralmente. Em uma relação estreita entre moralidade e cidadania, a homossexualidade figurou no país, mais uma vez, como questão política:

A crescente preocupação no meio médico e legal acerca da homossexualidade e suas manifestações permanentes visíveis inspiraram propostas de reformulação do código penal [...] A homossexualidade em si mesma deixará de ser considerada um delito criminal desde a promulgação do Código Penal Imperial de 1830. Após a formação do Estado Novo, em novembro de 1937, os juristas encarregados de reescrever o Código brasileiro de 1890 pensaram em incluir uma cláusula, inicialmente sugerida em 1933, que penalizaria atos homossexuais consentidos entre adultos com mais de um ano de prisão. Embora a cláusula tenha sido omitida na redação final, o debate sobre a lei revela os modos divergentes pelos quais os profissionais abordavam esse tópico social.⁵⁴

A lógica do sadio/ normal/ decente /moral /hetero vs doente/ anormal/ pervertido/ imoral/ homo é contínua nos estudos sobre sexualidade e domina também boa parte do século XX. Em um texto distribuído por alunos da Faculdade de Itatiba (SP), intitulado “Homossexuais”⁵⁵, por volta da década de 1980, veiculavam-se os supostos aspectos clínicos da homossexualidade masculina e feminina, o discurso definia o comportamento homossexual como uma “atividade erótica entre dois indivíduos do mesmo sexo” de caráter patológico que se manifestaria de acordo com as experiências de vida dos sujeitos. Admite-se, para eles, uma “pré-homossexualidade” a qual seria induzida a partir das relações parentais. Tanto a mãe quanto o pai influenciariam no desenvolvimento da sexualidade dos filhos, a partir do modo como essas relações eram estabelecidas. Assim, entre os aspectos clínicos da homossexualidade masculina, destacavam:

⁵² PEREIRA, op. cit., p. 129.

⁵³ Cf. Ibid.

⁵⁴ GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2022, p. 230.

⁵⁵ Fundo SOMOS. *Homossexuais*. SOMOS PDE DH D.001 DOC. 001 [s/d]. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP). Estadual de Campinas, Campinas.

Mães que demonstram intimidades excessivas, possessividade dominação e super-proteção podem favorecer o filho pré-homossexual pois ela se alia ao filho contra o pai e, quase sempre, prefere-o ao marido. A mãe faz confidências e partilha de intimidades com o filho. Interfere nos interesses heterossexuais do filho na infância e adolescência. E o pai, por sua vez, geralmente é uma pessoa desligada, pouco carinhoso e tende a discutir com a esposa [...] A mãe homossexualmente indutora tem muita ligação com o filho e articula o seu comportamento patológico com a necessidade natural que o filho necessita de carinho, proteção e ligação com a mãe. Manipulando, assim, a capacidade de desenvolvimento e sensibilidade heterossexual.⁵⁶

Quanto aos aspectos clínicos da homossexualidade feminina, eles proponham como possíveis origens do desejo ao mesmo sexo: a sedução na infância por uma pessoa do sexo oposto que resultaria em repulsa; intensificação do complexo de Édipo a partir de um pai sedutor que aumentaria a ansiedade e repressão ao desejo heterossexual; continuidade de uma fase bissexual da infância; defesa contra hostilidade materna e o problema edípiano; ausência materna; inveja do pênis e fatores sociais. Além disso, atestavam que a lesbianidade poderia estar ligada à esquizofrenia e aos distúrbios de caráter.

Essa interpretação da homossexualidade como uma doença evidencia, na verdade, um sintoma próprio do fazer científico do período no qual essa categoria é elaborada: a biologização dos fenômenos humanos. A natureza da homossexualidade foi interpretada, sobretudo, por uma ordem moral e não um dado científico neutro.⁵⁷ Com a ascensão de um regime-médico sexual e a caça as sexualidades periféricas, como argumenta Michel Foucault, houve uma especificação dos indivíduos. Com efeito, o homossexual, a partir do século XIX, ganha uma morfologia, uma anatomia e uma fisiologia. Nada do que ele é escapa à sua sexualidade, trata-se de um processo de disseminação dessa no real, incorporando-a nos sujeitos.⁵⁸

A homossexualidade, portanto, é umas das categorias que surgem na tentativa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo os quais não só nomeiam o objeto, mas o constroem. O que se destaca, nesse sentido, são as estratégias de poder que se manifestam a partir desse saber sobre o sexo na segunda metade do século XIX e perduram no século seguinte. Nomear tem, nesse contexto, sobretudo, duas funções: primeiramente, categorizar os indivíduos (heterossexual/homossexual); e, a partir dessas categorias,

⁵⁶ Fundo SOMOS. *Homossexuais*. SOMOS PDE DH D.001 DOC. 001 [s/d]. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP). Estadual de Campinas, Campinas.

⁵⁷ BORRILLO, op. cit., 2011, p. 63.

⁵⁸ FOUCAULT, op. cit., 2024, pp. 48-49.

controlar a experiência social (normal/anormal). Com isso, o discurso médico é também orientador da experiência social, dentro das quais essas categorias vão sendo administradas. Tratava-se, assim, não apenas de uma teoria cientificamente insuficiente e abusivamente moralizadora, mas de pressupostos com ampla dispersão e profunda implantação.⁵⁹

As práticas sexuais não carregam um valor por si mesmas, mas se qualificam a partir de categorias, artificiais e instáveis, mobilizadas em um determinado tempo e espaço a partir de diferentes negociações. Não à toa argumentamos que nossos corpos são tecidos discursivos, visto que mesmo a homossexualidade não sendo um sintoma *per si* da biologia humana - uma vez que não há no corpo uma marca física ou genética que legitime tal afirmação – o discurso sobre ela incide materialmente nesses corpos. É o discurso, portanto, e não a afirmação material do corpo, que negocia a posição social que os sujeitos ocupam dentro da experiência social. Se o final do século XIX e o início do século seguinte é marcado pela criação do homossexual, a partir da segunda metade do século XX, essa categoria vem a ser ressignificada em torno de uma identidade e de um projeto político próprio, como veremos.

1.2 - A terra dos “hombrês”: a matriz cisgênera e heterossexual da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

A construção de sexualidades desviantes, anômalas, imorais e/ou criminosas serviu, em diversos contextos históricos, para o agenciamento político. Essa perspectiva moralizadora foi pano de fundo para o desenrolar de interesses dos poderes políticos. Não sem razão, Foucault ressalta que “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias”.⁶⁰ Isto é evidente na carta a seguir:

Há alguns dias li em carta enviada a essa Redação, um protesto de certas entidades, contra o Inamps, por constar na sua relação de doenças, o homossexualismo [...] Causa repugnância, nojo mesmo, ver protestos desta ordem. Que tipo de sociedade é esta que vivemos? Será que ela está moralmente doente? Não creio. Os doentes são um reduzido número, que dentro de sua morbidez, com suas mentes deterioradas e degeneradas, pensam viver num mundo em decomposição [...] assim como o leproso, o tuberculoso,

⁵⁹ FOUCAULT, op. cit., 2024, p. 129.

⁶⁰ FOUCAULT, op. cit., 2024, p. 112.

o homossexual também convive no dia-a-dia, aceito pelos demais como um inditoso, sobre o qual recaiu o azar da doença. Espero que o Inamps continue catalogando o homossexualismo como doença e que ainda vá além, instalando um serviço especializado para tratamento desses pobres enfermos.⁶¹

A repugnância e o nojo diante das “deterioradas” e “degeneradas” mentes homossexuais, as quais protestavam contra a classificação da homossexualidade enquanto doença, emitida na coluna Opinião do *Jornal Zero Hora*, revela a cultura homofóbica predominante no Brasil. A categoria homossexual, mobilizada no texto do jornal enquanto uma doença, é menos uma afirmação científica legítima do que a sobreposição de um discurso moralizador dominante no período, como vimos antes. Tendo isso em vista, buscaremos compreender qual a lógica organizadora da sexualidade dentro do discurso autoritário no país frente à ditadura?

A ditadura civil-militar, instituída com o golpe de Estado de 1964, é um dos traços mais recentes do autoritarismo à brasileira. Na década de 1960, instalou-se no Brasil um poder centralizado no executivo, apoiado em leis de exceção (Atos Institucionais e Atos Complementares) e na militarização da vida cotidiana.⁶² A necessidade do desenvolvimento, integração e segurança nacional, a partir de uma modernização conservadora, deram o tom dos governos militares. Os mesmos também estiveram empenhados em disciplinar (a partir propaganda política), vigiar (por meio do Serviço Nacional de Informações) e reprimir (mediante a polícia política).

O êxito do golpe civil-militar de 1964 e as consequentes décadas de ditadura, para além das diversas circunstâncias históricas, estiveram fundamentadas no caráter autoritário da sociedade brasileira. Lembrar da ditadura como uma organização política necessária, vide as memórias do poder que a consideram como “revolução”, e não um momento de exceção e violação de direitos básicos, revela a indistinção com os valores democráticos e a mentalidade autoritária que contamina e disputa a memória nacional.

Marilena Chauí nos chama atenção para o modo como a sociedade brasileira, em seu autoritarismo, tem a cidadania como um privilégio de classe - que é tanto concedida quando retirada pela classe dominante - a qual tem horror as contradições sociais e, em razão disso, produz uma ideologia de indivisão e união nacional.⁶³ Os contrassensos são, assim, “disciplinados” por meio da violência repressiva do Estado. Para os dominantes,

⁶¹ Jornal Zero Hora, 20 de agosto de 1982, p. 6.

⁶² CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 321.

⁶³ CHAUÍ, op. cit, p. 326.

Uma crise nunca é entendida como resultado de contradições latentes que se tornam manifestas pelo processo histórico e que precisam ser trabalhadas social e politicamente. A crise é sempre convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando a ordem social e política. Caos. Perigo. Contra a “irracionalidade”, a classe dominante apela para técnicas racionalizadoras (a célebre “modernização”), as tecnologias parecendo dotadas de fantástico poder reordenador e racionalizador. Contra o “perigo”, representado sempre pela manifestação explícita das classes populares, os dominantes partem em busca dos agentes “responsáveis pela subversão”, isto é, iniciam a caça às bruxas que ameaçam a “paz nacional” e a “união da família brasileira”. Finalmente, contra o “caos”, a classe dominante invoca a necessidade da “salvação nacional”.⁶⁴

No contexto antidemocrático, o autoritarismo ganha novos contornos. O Estado não só renova seus aparelhos repressivos, como é o caso de órgãos como a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), como os cria, a partir de decretos como o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. A militarização dos governos, a partir do discurso “revolucionário”, reorganiza o autoritarismo em seu caráter mais impetuoso. Nos interessa então compreender por quais razões a sexualidade tende a ser alvo dessa violência.

O Ato Institucional Nº 1, de 9 abril de 1964, destinava-se a assegurar “os meios indispensáveis à obra *de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil*, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a *restauração da ordem interna*”.⁶⁵ Humberto Castelo Branco (1897-1967), em seu discurso de posse, afirmou “meu governo será o das leis, o das tradições e *princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira* [...] A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela *elevação moral*, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do governo”.⁶⁶ Para Arthur da Costa e Silva (1899-1969) “a Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, *um posto de comando moral*”.⁶⁷ Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), por sua vez, acreditava “que a grandeza do Brasil *depende muito mais da família que do Estado*, pois a consciência nacional é feita da alma

⁶⁴ Ibid., pp. 332-333.

⁶⁵ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1964). Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Acesso em: 17 de março de 2025.

⁶⁶ *Discurso de posse de Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da república em 15 de abril de 1964*, grifo nosso. Disponível em <https://gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/50.pdf>. Aceso em: 19 de ago de 2025.

⁶⁷ *Discurso de Posse de Arthur da Costa e Silva como Presidente da República em 15 de março de 1967*, grifo nosso. Disponível em <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/01.pdf>. Aceso em: 19 de ago de 2025.

de educador que existe em cada lar”. Médici ainda completa, em seu discurso, a necessidade proteger a “unidade familiar, pedra angular da sociedade”.⁶⁸

O cargo de Presidente da República, entre os discursos analisados, é compreendido como um posto moral. Seu exercício, portanto, está integrado aos princípios da “alma brasileira” cuja aspiração - o desenvolvimento político, econômico e social - requer o apoio indispensável da “unidade familiar”. A família é elevada, enquanto “pedra angular da sociedade”, como um núcleo mais importante para o estabelecimento da consciência nacional do que o próprio Estado. Assim,

A “união da família brasileira” (isto é, um elemento do espaço privado definido como elemento central do espaço público) e a “salvação nacional” conduzem, via de regra, à “pacificação nacional”, isto é, aos golpes de Estado e às ditaduras (velhas ou “novas”). Numa palavra, a preservação do que poderia ser público e contraditório se faz negativamente por redução ao privado (a “família brasileira”) e à indivisão (a “pacificação nacional”). Como se observa, o autoritarismo político se organiza no interior da sociedade e através da ideologia; não é exceção, nem é mero regime governamental, mas a regra e expressão das relações sociais.⁶⁹

“Elevação moral”, “alma brasileira”, “unidade familiar”, entre outros. Todas essas expressões não aparecem por acaso, elas articulam ideologicamente o autoritarismo no país. Luís Fiorin sinaliza que, entre os militares, “o *mecanismo semântico* básico do discurso é a “universalização abstrata”, ou seja, a negação das diferenças, para afirmar uma unidade superior, que engloba contrários e contraditórios”.⁷⁰ Embora o mecanismo semântico militar apele para a universalização, na prática as divergências estiveram submetidas à disciplina, vigia e repressão. A universalização, nesse sentido, aparece como objetivo que os aparelhos autoritários estiveram empenhados em construir; a “unidade superior” era menos uma afirmação dos contrastes do que uma operação de esmaecimento desses.

Como vimos, a reconstrução moral é uma das preocupações dos militares. Mas qual ameaça pairava contra os princípios morais da “alma brasileira”? Quais condutas feriam moralmente a ordem interna da sociedade? Quais desvios intimidavam o núcleo familiar parental? Diante de quais identidades os dispositivos normativos eram desestabilizados? São diversas as respostas possíveis a essas questões. Nos interessa

⁶⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Discurso de posse na Presidência da República*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

⁶⁹ CHAUI, op. cit., p. 332-333.

⁷⁰ FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, p. 74, grifo nosso.

respondê-las, no entanto, a partir de uma ameaça iminente à terra dos *hombr*es: as bonecas.

É preciso compreender que a cisgeneridade e a heterossexualidade são matrizes ideológicas que organizam os padrões de moralidade; do mesmo modo que a família, enquanto propósito, é o arranjo que resguarda esses valores. Assegura-los, na perspectiva militar, era preservar a segurança nacional e prevenir a dissidência política. Para eles a família representava a “principal célula de resistência ao avanço de ideologias espúrias”.⁷¹ A constante afirmação de uma superioridade da cisgeneridade e da heterossexualidade é fruto de uma forma específica de domínio, o cisheterossexismo.⁷² Esta forma de poder, subjugadora, categoriza o indivíduo e impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele.⁷³

A “Revolução Brasileira de 31 de março de 1964” pretendia, para eles, resguardar a liberdade e o respeito à dignidade humana combatendo ideologias contrárias às tradições do povo brasileiro.⁷⁴ O povo esse, todavia, compreendido como uma parcela da população; haveria um povo brasileiro legítimo, salvaguarda dos valores nacionais, e os outros. A busca por uma unidade nacional não passava pela aderência dos outros, mas à extinção. Deste modo,

É muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”.⁷⁵

⁷¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Processo GAB nº 100.045*. Rio de Janeiro, 18 jan 1978.

⁷² O termo “heterossexismo” foi cunhado por Daniel Borrillo na obra *“Homofobia: histórica e crítica de um preconceito”* (2010). Para o autor, trata-se de uma forma de dominação específica “que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização”. Compreendendo, no entanto, a insuficiência do termo, acrescentamos a ele o prefixo cis de cisgênero. Trata-se, portanto, de uma dominação na qual não só a heterossexualidade ocupa uma posição superior como também a cisgeneridade, pois é imprescindível não descartar as opressões de gênero e como elas estavam articuladas às políticas sexuais.

⁷³ FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 247.

⁷⁴ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1964). *Ata Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Acesso em: 17 de março de 2025.

⁷⁵ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), p. 301.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Ciências do Comportamento, na década de 1980, em mais de quarenta cidades do interior de São Paulo e outros Estados, pretendeu levantar o grau de preconceitos raciais e sexuais dos brasileiros. Segundo Jacob Pinheiro Goldberg, diretor da pesquisa, embora pretendesse “checar o lugar comum de que o brasileiro é um homem afável, tolerante, cordial e sem preconceitos [...] atingimos um ponto doentio, mórbido da sociedade”.⁷⁶

Foram distribuídos mil questionários nos quais continham sete perguntas: “Você acha superior, igual ou inferior: 1. O negro; 2. O homossexual; 3. A mulher; 4. O judeu; 5. O velho; 6. O jovem; 7. O homem”. Quando questionados sobre os homossexuais: 33,7% das respostas apontaram como inferior. 52,7% como igual. 3,9% como superior e não souberam responder 9,6%.⁷⁷

De acordo com Goldberg, a pesquisa contou com muitas dualidades pois muitos entrevistados preenchiam o questionário no quesito igualdade, embora fizessem comentários, aos entrevistadores, que revelavam um pensamento oposto. Logo, o resultado das fichas era impreciso pela pouca franqueza nas respostas. De qualquer forma, ainda que com respostas veladas, o maior preconceito apresentado foi contra os homossexuais com um percentual de 33,7%, quase três vezes maior que o segundo lugar, o preconceito contra os judeus, com 12,7%.⁷⁸

A *Revista Manchete*, por sua vez, encomendou à LPM-Burke, ainda na década de 1980, uma pesquisa buscando medir o grau de preconceito existente na sociedade brasileira em relação aos homossexuais.⁷⁹ Quando questionados se essa era uma forma aceitável de sexualidade, 65% dos homens e 57% mulheres responderam que não. Entre os entrevistados, 44% dos homens e 47% mulheres consideraram a homossexualidade uma chaga social. No que diz respeito a união entre homossexuais, 67% dos homens e 53% das mulheres responderam que essa não poderia permitir uma vida social normal. Do mesmo modo, 34% dos homens e 20% das mulheres afirmaram considerar a homossexualidade como um desvio de conduta.⁸⁰

Ao serem questionados sobre como reagiriam se o filho (a) fosse homossexual, 4%, entre homens e mulheres, confirmaram que repreenderiam severamente.

⁷⁶ FUNDO SOMOS. [s/t] [s/p]. PI D. 001 DOC 506, 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁷⁷ Ibid, [s/p].

⁷⁸ Ibid. [s/p].

⁷⁹ FUNDO SOMOS. *O que o brasileiro pensa do homossexualismo?* SOMOS PI D.001 DOC 252, [s/d], pp. 113-114. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁸⁰ FUNDO SOMOS. *O que o brasileiro pensa do homossexualismo?* SOMOS PI D.001 DOC 252, [s/d], pp. 113-114. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

Responderam que mandariam a um médico 15%, tanto de homens quanto de mulheres. 2%, dos homens, tomariam horror. 62% dos homens e 64% das mulheres, por sua vez, tentariam corrigir a tendência ao passo que somente 11%, entre homens, e 12%, entre mulheres, aceitariam normalmente. Não responderam ao questionamento, por fim, 6% dos homens e 5% das mulheres.⁸¹

Com a chegada dos militares ao poder, a cultura a homofóbica dos brasileiros, evidente nas pesquisas citadas acima, foi associada a defesa contra o “desastre cultural”, supostamente promovido pelas forças de oposição. A partir da associação entre homossexualidade e subversão foram executadas diversas políticas de perseguição. Em nome da segurança nacional, essa associação foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia militar e têm as suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930.⁸² Sob tais circunstâncias,

As ideias que relacionavam a homossexualidade à subversão tanto influenciavam os participantes dos cursos da Escola Superior de Guerra, um centro ideológico fundamental para o regime militar, quanto informavam a linha política das agências de repressão, desde o Sistema Nacional de Informações (SNI), Destacamento Operações Internas (DOI) – Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), passando também pelas divisões de censura de televisão, teatro, filmes e imprensa. No final dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – “pederastas”, alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional. Agentes do SNI e da Polícia Federal incluíam nos seus relatórios sobre subversão detalhes sobre pessoas que relacionavam diretamente o comportamento sexual com o perigo que representavam ao Estado. Detalhavam assim as pessoas vistas como ameaçadoras: “consta ser pederasta”, “uns afirmam ser o nominado homossexual”, “é elemento homossexual” ou “é elemento homossexual passivo”.⁸³

Se a homossexualidade/transexualidade eram condições que ameaçavam os valores estruturantes do corpo social. Logo sua repressão, frente a ameaça que representavam, era legítima. Seria um equívoco afirmar que a ditadura inaugura no país a homotransfobia como política de Estado, mas é evidente que houve uma preocupação mais afinada, a partir do governo dos militares, em coadunar essas duas instâncias, reprimindo as “dissidências” de gênero e sexualidade. No cultivo dos “bons costumes”,

⁸¹ FUNDO SOMOS. *O que o brasileiro pensa do homossexualismo?* SOMOS PI D.001 DOC 252, [s/d], p. 114. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁸² BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), p. 301.

⁸³ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), p. 302.

os militares estiveram então preocupados, entre outras coisas, com o controle dos corpos e a higienização social. Tanto o gênero quanto a sexualidade foram instrumentalizados como ponto de apoio para manobras políticas.

As categorias de gênero e de sexualidade não são padrões universais e atemporais, não são um princípio organizador em todas as sociedades e não estão fixos em categorias binárias, antagônicas e hierárquicas. Questionar esse pressuposto, no entanto, cria um tensionamento nas relações de poder estabelecidas; o que caracteriza o “poder” aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos), seu exercício é um modo de ação de alguns sobre outros.⁸⁴

O cisheterossexismo é uma matriz da ditadura civil-militar brasileira responsável por promover um sistema de diferenciações cujo objetivo é a manutenção dos valores conservadores, institucionalizando-se e instrumentalizando-se por meio do Estado militar. Isso é possível pois segundo Foucault, “poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado”.⁸⁵ Como então lidar com essas categorias, a partir do pressuposto da normatividade cisgênera e heterossexual, senão por meio da assepsia social? É, nesse sentido, que se estabelece o exercício de uma política sexual entre os militares: “na terra dos *hombres*, paulada nas bonecas”.

1.3 – “Paulada nas bonecas”: o exercício da política sexual

“Trinta homossexuais cortam os pulsos em pacto de morte”. O caso foi noticiado, em 26 de novembro de 1978, no jornal *Notícias Populares*, nº 5.122. Trinta travestis cariocas organizaram um pacto de morte em um Departamento de Polícia no estado do Rio de Janeiro. As prisões arbitrárias, sob a acusação de vadiagem, eram comuns no cotidiano das transexuais. Aquela ocasião, no entanto, as detidas combinaram de cometer suicídio em massa como forma de protesto contra a detenção. Vânia, líder da ação, encontrou no plano uma forma de deixar os policiais com a consciência doendo para o resto da vida. Todas desferiram, assim, navalhas contra os próprios pulsos. Se o socorro

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

p. 242.

⁸⁵ Ibid., p. 247.

médico não fosse rapidamente providenciado, muitas mortes teriam acontecido naquela cela. As trinta travestis, apesar de salvas, deixaram o xadrez inundado de sangue.⁸⁶

“Matou irmão porque era homossexual”. Essa manchete estampou a edição nº 6.487, de 27 de janeiro de 1983, do jornal *Notícias Populares*. De acordo com a notícia, “Eduardo Bitá de Paula, 23 anos, matou, a golpes de enxada, seu irmão Carlos Henrique, dois anos mais moço [...] Eduardo, agora foragido, matou, segundo a polícia, por não se conformar com o fato de seu irmão, conhecido por Cleide, ser homossexual”.⁸⁷

“Suicidou-se porque era homossexual”. A tragédia ganhou destaque no *Jornal de Sergipe*, edição nº 1.462, de 8 de junho de 1983. Lucas Cerqueira estaria muito revoltado por ser vítima de discriminação social pelo fato de ser gay. O jovem dizia, segundo consta, “ser uma covardia não enfrentar a morte de frente, cara-a-cara, pois em sua opinião o suicídio é um ato de bravura e não uma covardia, ao contrário do que pensa a sociedade que persegue e marginaliza um ser humano pelo simples fato de ser homossexual”.⁸⁸

“Ninguém se preocupa com a gente; só as manchetes dos jornais”, desabafou a travesti Sílvia durante o enterro de sua amiga Solange.⁸⁹ O exercício da política sexual, durante a ditadura, é a expressão de uma das faces do autoritarismo brasileiro: a homotransfobia, que precede o próprio contexto antidemocrático, como vimos, mas no qual ela é recrudescida. A política era justificada a partir dos discursos sectários - que tem suas origens na religião, na medicina, na psicologia, no campo jurídico e que constituem a base da mentalidade preconceituosa da sociedade civil – os quais colocavam orientações sexuais e identidades de gênero não normativas como ameaça de subversão.

O sintoma inventado pela ciência do século XIX, ganha ares de adoecimento moral no século XX. Mudam-se as nomeações, os supostos arranjos biológicos, as disciplinas que buscam dar conta de sua origem, seus meios de prevenção e suas consequências sociais. Mantém-se constante, entretanto, a violência como forma de tratamento. O desabafo de Sílvia resguarda uma dor de toda uma comunidade: quem estava preocupada com a violência direcionada aquela população? As manchetes, aliás,

⁸⁶ FUNDO SOMOS. *30 homossexuais cortam os pulsos em pacto de morte*. PI D.001 DOC. 011, 26 de nov de 1978. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁸⁷ FUNDO SOMOS. *Matou irmão porque era homossexual*. PI D.001 DOC. 525, 27 de jan de 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁸⁸ FUNDO SOMOS. *Suicidou-se porque era homossexual*. PI D. 001 DOC 485, 27 jan de 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

⁸⁹ FUNDO SOMOS. *Travestis querem providencias no caso do silicone*. SOMOS PI D.001 DOC. 490, 7 de fev de 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

menos do que preocupadas, estavam interessadas na espetacularização do falecimento daqueles sujeitos. Nada além da continuidade da violência pós-morte.

É claro que as categorias de gênero e a sexualidade eram, naquele período, de difícil separação. As nossas noções contemporâneas nos permitem fazer a distinção entre essas duas categorias, dentro de um aspecto teórico relevante, de maneira mais bem definida. Aquele período as identidades trans, sobretudo, eram uma categoria mais flexível, o próprio reconhecimento dos sujeitos nessa passava por uma leitura mais complexa e desafiadora. O tom dos periódicos, no entanto, ao ignorar a identidade de gênero das vítimas, revela menos um desconhecimento sobre essas questões do que um descuido intencional em corroborar com a violência sobre aqueles corpos.

O desabafo de Lucas Cerqueira, em sua carta póstuma, considerou o suicídio como ato de enfrentamento à discriminação social. Caso semelhante, foi o de Niccucia Bianchi e Vânia da Silva, o casal enfrentou um fim trágico: a morte de Vânia após cair do *hall* do terceiro andar e a culpabilidade do crime atribuída a Bianchi. A princípio a morte foi registrada também como um caso de suicídio, na delegacia de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Diferente do caso de Lucas Cerqueira, em que foi rejeitada a hipótese de homicídio alegada pela família, uma carta de declaração amorosa entre a vítima e sua companheira foi suficiente para o delegado do caso acusar uma morte suspeita, dando a entender que se tratava de um crime passionai.

O jornal *Lampião da Esquina*, em junho de 1979, noticiou: “Niccucia pode até ser culpada – embora, como diz com tranquilidade seu advogado (...) nada exista que a incrimine; o que não se pode é condená-la a partir da única prova que a Justiça tem contra ela: *o fato de que ela é lésbica*”.⁹⁰ Em ambos acontecimentos, as famílias intervieram na tentativa de incriminar os companheiros das vítimas, apontar a homoerotismo como um impasse que impedia a realização de um casal legítimo e salvaguardar as memórias dos falecidos longe da homoafetividade.

Diante das notícias, atestamos que assegurar a própria existência passou, mais ou menos perto, pela descontinuidade da vida como forma de resistência às relações de poder. O campo de controle do saber e a intervenção do poder, no entanto, não está somente as voltas com os sujeitos sobre os quais seu último acesso é a morte, mas com

⁹⁰ SILVA, Aguinaldo. *Ninuccia é acusada de homicídio, mas só provam que ela é lésbica*. *Lampião da Esquina*, grifo nosso. Rio de Janeiro: n. 13., jun de 1979, p. 8. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

seres vivos e o poder que se exerce sobre eles no nível da própria vida, isto é, a biopolítica.⁹¹

Nesse sentido, a favor da moral e dos bons costumes a ditadura realizou uma verdadeira temporada de caça aos “imorais”. As preocupações com a resistência armada e assaltos a bancos por organizações de esquerda, sobretudo após 1968, trouxeram novas políticas de policiamento para o espaço público através da presença de policiais nas ruas como forma de intimidação.⁹² Os alvos, no entanto, nem sempre eram os criminosos de modo que essa prática cerceava a liberdade em territórios onde vingava a homoafetividade e a travestilidade. De acordo com Quinalha, essa violência ditatorial foi exercida a partir de um contexto de *hipernomia* autoritária, isto é, “não se tratava apenas de opor um estado de fato do de direito, ou de sobrepor a lei pela força, mas de manipular um emaranhado legislativo e administrativo de acordo com os interesses políticos do regime”.⁹³ Além disso, “a subjetividade de aplicação da contravenção penal de vadiagem fazia com que estereótipos como os de travestis, gays e lésbicas tornassem alvos preferenciais da polícia”.⁹⁴

A lei de vadiagem, nesse contexto, foi ponto de um de articulação fundamental para a perseguição policial. No Estado Novo, sob governo de Getúlio Vargas, o decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, em seu artigo 59, definia que “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” era uma contravenção relativa à política de costumes cuja pena podia variar de quinze a três meses. A origem da Lei das Contravenções Penais remonta ao início do período republicano cuja política de controle instituiu a vadiagem enquanto crime.

Para Ocanha, “a contravenção penal de vadiagem atua de forma a expor um modelo padrão de trabalhador com carteira assinada, que é reconhecido pelo Código Penal perante o vadio”.⁹⁵ Em um contexto de grande desigualdade social e altos índices de desemprego, a maior parte da população brasileira estivera sujeita ao enquadramento. Especialmente, a parcela da população que sofria, para além das mazelas da desigualdade

⁹¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024, p. 154.

⁹² OCANHA, Rafael Freitas. *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. H. (Eds.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.150.

⁹³ QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 61.

⁹⁴ OCANHA, op. cit, p. 151.

⁹⁵ OCANHA, op. cit, p. 155.

do sistema, a discriminação acerca de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Mônica Valéria, em entrevista, denunciava “prendem a gente à toa. Documento de bicha pobre é grade. Eles põem a gente no camburão e falam pro Comissário que a gente é vagabunda, mesmo com documento, carteira assinada na bolsa”.⁹⁶

A admissão em empregos formais era uma questão para aquela minoria. Em certa ocasião, o Departamento de Polícia Federal, por meio de seu diretor Moacir Coelho, baixou uma instrução normativa que vedava homossexuais, sob alegação de atentarem moral e aos bons costumes, de se candidatarem à Academia Nacional de Polícia.⁹⁷ Tanto o impedimento de ocupar cargos públicos quanto a aposentadoria compulsória desses foram pontos de apoio na articulação da repressão. Os empregados nesses cargos eram obrigados a viver na discrição e a terem suas relações afetivas em sigilo, dado o risco de sofrer demissão ou represálias em caso de exposição. Viver plenamente a liberdade sexual, assumir-se e dar pinta, coibia a realização profissional. A inserção no mercado de trabalho formal exigia o silenciamento em torno das relações afetivas e o seguimento de uma conduta normativa.

Diante da hostilidade do mercado de trabalho, havia o enclausuramento de parte dessa comunidade em guetos profissionais. Esses guetos, onde não havia carteira de trabalho assinada, eram espaços potenciais para o enquadramento e as violências policiais. Ou seja, havia um sistema de repressão que se retroalimentava (discriminação/expulsão dos espaços de trabalho formal/ inserção em guetos profissionais/enquadramento por lei de vadiagem); tendo sempre como finalidade o controle dos modos de vida desses corpos e sua disciplinarização.

Fora do mercado de trabalho formal, as travestis, sobretudo, eram as principais vítimas das rondas policiais. A prostituição era uma oportunidade de sustento, por meio dela financiava-se inclusive a própria transição, diante dos tratamentos hormonais e procedimentos estéticos que surgiam no momento. Sem carteira assinada e enquadradas na contravenção penal, elas eram um alvo fácil do ponto de vista jurídico, além de, em termos de moralização do ambiente urbano, serem as principais acusadas de degenerar os valores normativos.

⁹⁶ ‘Mônica Valéria’, uma vida em segredo. Lâmpião da Esquina. Rio de Janeiro: nº 07, dez. 1978, p. 10. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

⁹⁷ FUNDO SOMOS. *Moacir Coelho veda DPF aos homossexuais*. SOMOS PI D.001 DOC. 497, 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

As noções de decência pública abriam margem para ações arbitrárias. Isso era possível, segundo James Green, devido ao caráter abrangente dos critérios do Código Penal, a partir dos quais juízes podiam punir ações “indecentes” ou “inapropriadas”, e a legalidade da polícia para prender quem não declarasse trabalho ou domicílio certo.⁹⁸ Embora o código penal brasileiro não condenasse a homossexualidade, havia mecanismos jurídicos que permitiam sua perseguição. A articulação legal dava força as ações policiais, pois “a Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977, alterou o Código Penal ao definir que todos os tipos de infrações penais, como furto por exemplo, deveriam ser afiançáveis, exceto a vadiagem e a mendicância”.⁹⁹ De tal modo,

Constata-se que a Justiça tinha como finalidade dar um julgamento moral ao vadio, estabelecer uma sentença de condenação ao estilo de vida, além de indicar o modelo de trabalhador com carteira de trabalho a ser assinada (...) A contravenção penal de vadiagem era somente o argumento jurídico que autorizava a ação da polícia civil, fundamental para a utilização de tal instrumento, uma vez que o flagrante era dado por essa instituição. Nas detenções realizadas por rondas, os indivíduos que não portavam documentos ficavam detidos por diversos dias sem a formação de inquérito e comunicação ao juiz de Direito. Eram as chamadas prisões para averiguações, que não tinham respaldo legal da Justiça e que demonstravam a força da polícia perante a população desempregada e os empregos informais.¹⁰⁰

Rondas policiais ocorriam em diversas cidades do país, a partir da monitoração do gueto e da promoção de uma limpeza “moral”. Em São Paulo, o delegado José Wilson Richetti foi líder das Operações Limpeza e Rondão. Era preciso, para ele, tirar da rua os “pederastas, maconheiros e prostitutas” pois certa noite havia se deparado com uma cena desrespeitosa que não podia se repetir, a qual descreveu revoltado: “dois homens se beijando em público”.¹⁰¹ Em apenas uma semana de operações, plano conjunto entre a política civil e militar, foram presas mais de 1.500 pessoas no centro paulista.

O plano de combate aos homossexuais e as travestis, na cidade de São Paulo (SP), foi noticiado pelo Jornal *Lampião da Esquina*, na sua vigésima sexta edição. A contracapa do jornal trazia a expressão “Pega pra capar!” acompanhada de fotografias de travestis sendo detidas, revistadas e presas sob a descrição “cenas da caça aos travestis, um esporte

⁹⁸ GREEN, JAMES. “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2015.

⁹⁹ OCANHA, op. cit., p. 157.

¹⁰⁰ Ibid., pp. 157-158.

¹⁰¹ TREVISAN, João Silvério. *São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti*. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 26, jul. 1980, contracapa. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

que a polícia paulista vem se entregando com todo o empenho de que dispõe”.¹⁰² A travesti Sandra, em entrevista, relata sobre sua experiência na detenção: “me mandaram limpar a delegacia todinha e depois me botaram numa cela com mais de 20 marginais, me obrigaram a dar pra todo mundo, homens que nem tomavam banho. Caso eu não fizesse o que eles queriam acabavam me dando porrada”.¹⁰³

As rondas eram realizadas com o apoio dos moradores e comerciantes os quais promoviam abaixo-assinados pedindo intervenção policial e as executavam para além das ruas. Alinhados com os valores conservadores, hotéis e bares, por exemplo, não permitiam, muitas vezes, demonstrações públicas de homoafetividade. O jornalista Edson Nunes, nesse cenário, apenas por dar a mão a outro homem, foi parar na prisão no estado de Minas Gerais. Segundo Edson, enquanto estava no bar começou a conversar com outro homem e, no embalo do papo, acabou lhe dando as mãos. O comportamento foi o suficiente para que o gerente interviesse, retirando a cerveja da mesa e adiantando a conta. Nunes, ao tentar contestar, recebeu como resposta uma ligação para polícia que, por sua vez, os conduziu até a delegacia.

Reconhecido por seu trabalho de denúncia aos crimes de homofobia, o jornalista foi recebido sob a ordem “vem cá, que agora você vai conhecer o que é repressão” e sofreu um espancamento, na frente de outros vinte detidos, ficando com três costelas fraturadas e marcas de um mini soco inglês na testa.¹⁰⁴ “Você é jornalista, é? Você não é o primeiro a ser espancado aqui, não. A gente gosta de espancar jornalista, e você ainda é bicha, pô”, diziam, segundo ele, com a certeza da impunidade. Em seu depoimento Nunes relata:

Eu me vi, de repente, completamente impotente, fechado por aquelas paredes, e o resto do mundo não existiu. E nas mãos de um louco, que ali era o dono do mundo. Poderia me matar e ninguém ia saber, como muitos morrem por aí. Eu olhava o cara me espancando, olhava nos olhos dele e eu acho que isto diminuiu o ímpeto dele, pois parecia querer ir muito além. Eu creio que vi algo em mim diferente. De repente, ele perguntou “Você quer apanhar mais?” Eu disse: não, já experimentei, não quero mais. Por favor, não bata mais em mim, não. E ele atendeu o pedido e parou (...) A dor maior era a moral (...) porque ali deu pra ver como o ser humano pode se ver perante a morte. Eu descobri que não havia lei, direito, justiça, não havia nada. Simplesmente existia a violência e ela era a lei.¹⁰⁵

¹⁰² Lampião da Esquina. Contracapa da edição. Rio de Janeiro: n. 26, jul. 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

¹⁰³ MOREIRA, Antônio Carlos. *Um passeio na Zona*. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 32, jan. 1981, p. 6. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

¹⁰⁴ FUNDO SOMOS. *Por que Maluf prende tanto homossexual? – Porque ele é um homossexual enrustido*. SOMOS PI D.001 DOC. 594,12 de ago de 1984. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

¹⁰⁵ FUNDO SOMOS. *Por que Maluf prende tanto homossexual? – Porque ele é um homossexual enrustido*. SOMOS PI D.001 DOC. 594,12 de ago de 1984. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

Essa regulação dos modos de viver é justamente uma das características do exercício da política sexual no contexto antidemocrático. A legitimação dessas violências eram uma constatação possível a partir do atravessamento entre o público e o privado. Não por acaso existia uma necessidade de, para além das medidas legais, importar aos cidadãos a responsabilidade de vigiar e reprimir.¹⁰⁶ O Estado evidentemente não é o espaço de emanção do poder por excelência, ao contrário, é um dos pontos de articulação desse, pois o poder, para o pensamento foucaultiano, é uma instância diluída que provém de todos os lugares. “O poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.¹⁰⁷

A castração dos modos de viver era multiforme e contaminava a maioria dos espaços de convivência. O Edifício Canindé, no Rio de Janeiro, viveu uma eleição para novo síndico no mês de janeiro de 1979. O resultado da votação, no entanto, gerou desconfortos entre os condôminos. O síndico eleito, sargento da Marinha, baixou uma série de regras sem precedentes. Entre elas, ordenou que Verushka, residente no espaço há quatro anos, só deveria continuar a usar o elevador, único do prédio, se trocasse suas vestes por “roupas estritamente masculinas” em nome da moralização do espaço. Segundo a vítima,

“Ele me disse que não tinha nada contra mim, que me achava uma pessoa de comportamento exemplar, mas que ia ter que proibir minha entrada no prédio pelo elevador social se eu não passasse a usar roupa estritamente masculinas. “O que você entende por roupas estritamente masculinas? Ele disse: “São diferentes da que você usa”. Eu tentei explicar que era Verushka, um artista, que tinha carteira da Censura Federal (de nº 0005), que tinha passado por um tratamento de hormônios, e que minha figura só seria chocante se, ao contrário, com o tipo feminino que eu tenho, passasse a usar paletó e gravata. Mas ele não quis ouvir explicações: “Quem manda no prédio sou eu, e eu quero moralizar isso aqui”, gritou. Então eu lhe disse que quem ia tratar da questão era minha advogada.”¹⁰⁸

Tanto no caso de Edson quanto no de Verushka, é evidente o papel da sociedade civil na conservação e fortalecimento da política sexual. Em nome da estabilidade moral,

¹⁰⁶ SILVA JÚNIOR, Romero Romulo da. *Lampejos de resistência: o Jornal Lampião da Esquina frente a censura do Regime Militar (1978-1981)*. Boletim do Tempo Presente, [S. l.], v. 12, n. 05, p. 14–30, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/19369>. Acesso em: 2 abr. 2025.

¹⁰⁷ FOUCAULT, op. cit., p. 101.

¹⁰⁸ SILVA, Aguinaldo. *Síndico quer Verushka usando gravata e paletó*. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 10, mar de 1979, p.3. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

havia o interesse civil ora em reprimir ora em demandar a repressão das forças autoritárias do Estado. Entre essas forças, além das operações policiais, estava também a prática da censura. O historiador Carlos Fico, nesse sentido, investigou a participação civil, ao analisar as cartas enviadas por pessoas comuns à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).¹⁰⁹ As missivas solicitavam a censura de programas de TV, filmes, peças teatrais e demais conteúdos ofensivos aos bons costumes. A censura moral “possui um aspecto intrinsecamente político de policiamento de condutas, de limitação das liberdades, de sujeição de corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação dos desejos e mesmo de restrição às subjetividades de modo mais amplo”.¹¹⁰

A censura moral foi, portanto, uma prática de cerceamento das liberdades de pensamento e ação, a partir da lógica cisgênera e heterossexual a qual alicerçava o discurso militar. O cinema, o teatro, a literatura e os programas de televisão estiveram submetidos, a essa moralização dos costumes e a sua destruição. Em Auto de Incineração, da Seção de Censura de Diversões Públicas de Sergipe, em 1976, é registrada a queima, em forno de uma fábrica de tecidos, de mais de 120 revistas apreendidas por serem consideradas inapropriadas.¹¹¹

Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Reis (1932-2002), foi uma autora responsável por tematizar o erotismo e a lesbianidade em uma produção literária que rendeu milhões de obras vendidas. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, 36 obras foram censuradas, apenas seu livro *Eudemônia* (1949) sofreu dezesseis processos judiciais, caracterizando-a como a artista mais censurada no país durante a ditadura civil-militar.¹¹²

Em novembro de 1982, nove letras de musicais escritas por Rios foram submetidas, pela gravadora RCA ELETRÔNICA LTDA., ao DCDP. Entre os pareceres emitidos pelos censores, um é favorável à aprovação das letras, embora identifique nelas a tematização de um amor homossexual, e dois outros são contrários e vetam uma das letras musicais. Para o censor favorável, a homossexualidade decorria de vários fatores

¹⁰⁹ Cf. FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

¹¹⁰ QUINALHA, 2017, p. 38.

¹¹¹ Auto de incineração. In: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe). Relatório final [recurso eletrônico]. Organização de Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2020. 426 p. il. Ebook PDF. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/>. Acesso em: 10 de ago de 2025.

¹¹² BRASIL, 2014, pp. 304-305.

que independiam de suas expressões nas artes, além de que a mídia televisiva já difundia, sem caráter apologético, temáticas afins. Em seu argumento, evidencia-se uma absorção do contexto social e cultural brasileiro dessas manifestações afetivo-sexuais, sendo favorável a liberação de todas as letras submetidas.

A faixa de título *Artifícios*¹¹³, no entanto, recebeu pareceres favoráveis ao veto de outros dois censores.¹¹⁴ Para eles, a composição “relata uma paixão e relacionamento íntimo entre lésbicas”, além de ser “inadequada à divulgação irrestrita, considerando que a autora descreve o relacionamento homossexual entre duas mulheres”, ambos a caracterizaram como atentatória à moral e aos bons costumes. A não liberação, por sua vez, era sugerida em razão do Decreto-Lei Nº 1.077/70, de 1970, o qual decretava em seu primeiro artigo que não seriam toleradas publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes em quaisquer meios de comunicação.¹¹⁵ Para tanto, considerava-se,

“que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; (...) que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum; (...) que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira; (...) que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.¹¹⁶

Pela proteção família e dos valores éticos e contra o risco de segurança nacional. Eram essas as diretrizes que orientavam o agir das ações de repressão naquele contexto. A moralidade civil era ameaçada diante da manifestação de gêneros e sexualidades não normativas, para tanto era preciso remedia-las por meio da política sexual. O exercício dessa política passava pelo cerceamento das liberdades comportamentais e sexuais e implicava no seio familiar, nos espaços públicos, no mercado de trabalho e até mesmo no âmbito artístico.

¹¹³ Trecho da composição *Artifícios*, de Cassandra Rios, retirada do documento produzido pelo departamento de Departamento de Censura e Diversões Públicas: “Quero essa mulher/ Com um desejo louco/ e eu sei que ela me quis/ e provou quanto/ Quando tempo passou/ desde que ela me olhou/ pela primeira vez e no meu coração/sem saber acendeu uma chama de amor (...) Quanto tempo passou/ que o seu corpo e o meu/ o amor comungou e a semente irreal/ Que em seu corpo plantei/ nem sequer germinou (...) Quando tempo passou/ desde que ela partiu/ sem me dizer adeus/ e do corpo de um homem/ consegui o que eu/ nunca pude lhe dar!”.

¹¹⁴ Arquivo Nacional (Brasil). *Requerimento da gravadora RCA para aprovação das letras*, 1982. Código de referência: BR DFAN BSB NS CPR MULLMU.

¹¹⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a censura de obras cinematográficas, teatrais e de literatura e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 jan. 1970.

¹¹⁶ Ibid.

As operações policiais, a censura - cujas ações embora estatais, estiveram embaraçadas pela agência subjetiva dos funcionários públicos - e a discriminação social, por meio da homotransfobia, foram um obstáculo ao desenvolvimento da cultura homossexual no país. A agência do corpo e sua subjetividade foram ganhando espaço nas agendas políticas, a ascensão dos movimentos sociais ganhou força durante o processo de abertura política. O fim da década de 1970, portanto, viu nascer os movimentos organizados: “na terra dos *hombres*, era a vez das bonecas”.

2 – A QUESTÃO “GUEI” NO BRASIL: DA CULTURA HOMOSSEXUAL AO MOVIMENTO ORGANIZADO

*“Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra mola que resiste”*

– João Apolinário, 1973.

2.1 – “Primavera nos dentes”: a cultura homossexual masculina brasileira

De torso nu, rosto maquiado e requebrado afiado. Foi assim que Ney Matogrosso, em 1973, estreou nos palcos como intérprete da banda Secos & Molhados. O visual andrógino, a voz aguda e a ginga não estiveram imunes aos impasses da moral sexual. Em uma das primeiras apresentações do grupo, relembra o vocalista, a plateia o recepcionou em um coro furioso o qual gritava: “viado, viado”. Os quinze minutos de vaias e xingamentos, segundo Ney, não o intimaram e sua reação foi um sonoro: “vai tomar no cu” que acalmou os ânimos conservadores e retomou, sob aplausos, o prumo da apresentação.¹¹⁷

A ascensão dos Secos & Molhados contrastava com um cenário de prisões e exílios. Artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil, já haviam sido expatriados pela ditadura, a liberdade de expressão era cada vez mais constrangida. Se, para driblar a censura, a banda musicava poemas já publicados, o desbunde cênico de Ney não escapava as advertências, sobretudo, da política sexual. A subversão dos códigos morais, aliás, é uma das principais características do que denominamos cultura homossexual.

Entre as décadas de 1960 e 1970, assim, a juventude brasileira crítica ao regime e estava dividida, segundo Marcos Napolitano, entre “conscientes” e “desbundados”. Enquanto os primeiros se engajavam na politização por meio de partidos, movimentos estudantis e operários, além da própria guerrilha, a outra aderiu à vida contracultural.¹¹⁸ De qualquer forma, a contestação política e a comportamental criava um caldeirão

¹¹⁷ MATOGROSSO, Ney. *Vira-lata de raça: memórias*. São Paulo: Tordesilhas, 2021.

¹¹⁸ NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023.

cultural propício à agressão ao *establishment* e a experiências estéticas de toda ordem no país.¹¹⁹

O “milagre econômico”, durante o governo de Emílio Médici (1969-1974), apesar de afetar a maioria da população com o aumento do desemprego e da pobreza, fortaleceu a classe média e a cultura do consumo. No Brasil, isto é evidente nos espaços de socialização – sauna, bares e boates – que surgiram destinados ao público em específico e viabilizam o encontro, a troca e a identificação. Para o historiador John D’Emilio, as identidades gays e lésbicas surgem no contexto de emergência do capitalismo. Ou seja, a eminência dessas identidades

“Está associada com as relações sociais do capitalismo — mais especificamente, seu sistema de trabalho livre —, que permitiram que um grande número de homens e mulheres, no final do século XX, se denominassem gays ou lésbicas; se enxergassem como parte de uma comunidade de homens e mulheres similares, e se organizassem politicamente com base nessas identidades (...) A expansão do capital e a difusão do trabalho assalariado provocaram uma transformação profunda na estrutura e na função da família nuclear, da ideologia da vida familiar e do significado das relações heterossexuais. São essas mudanças na família que se relacionam mais diretamente à aparição de uma vida gay coletiva”.¹²⁰

Segundo Edward Macrae, as grandes metrópoles do país, nas décadas de 1950 e 1960, assistiam ao surgimento dos primeiros shows de travestis e a popularização de casas noturnas dirigidas a freguesia gay. A autonomia financeira, portanto, sobretudo de homens brancos de classe média, deu um novo caráter à vida homossexual e possibilitou de maneira, menos violenta, a “saída do armário” e o consumo de produtos destinados ao grupo específico. Apesar disso, enquanto nos Estados Unidos da América, a cultura homossexual ganhava contornos políticos, com a Revolta de *Stonewall*, em junho de 1969, sendo ponto de partida para a mobilização pelos direitos homossexuais no país. O recrudescimento do autoritarismo, no Brasil foi responsável por refrear tanto o crescimento dessa cultura tanto quanto adiar as possibilidades de luta política daquela comunidade.

O projeto ufanista de desenvolvimento acirrou as medidas de repressão, a censura e a tortura se intensificaram. De acordo com Green, “códigos morais estritos acompanharam as políticas sociais do novo governo Médici. Isso afetava exposições

¹¹⁹ Ibid., p. 112.

¹²⁰ D’EMILIO, John. *O capitalismo e a identidade gay*. Tradução de Gustavo Guimarães. Republished in LGBT Comunista, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://lgbtcomunista.org/2021/06/07/o-capitalismo-e-a-identidade-gay/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

públicas de homossexualidade e especialmente os bailes voltados à comunidade homossexual”.¹²¹ Ademais, o governo militar estabeleceu, em 26 de janeiro de 1970, o Decreto-Lei nº 1.077, que regulamentava a censura prévia a livros e periódicos. O primeiro artigo do decreto, previa que não seriam toleradas publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.¹²²

O “milagre” econômico, todavia, o qual marcou o início da década de 1970, deixou um legado de dívidas, desigualdade social e violência. A insustentabilidade da economia “milagrosa” culminou em tensões políticas e sociais que, junto a outros fatores, encaminharam a ditadura aos seus momentos finais. Com a crise do petróleo e as altas taxas inflacionárias, teve início um projeto de distensão política que orientou as políticas sucessórias. Sob a liderança de Ernesto Geisel (1974-1979) o regime recua, em algumas de suas medidas, diante do autoritarismo e dá início a um processo de retomada democrática.

A “abertura lenta, gradual e segura” foi então uma estratégia de dissolução da ditadura, mas sem ameaçar os interesses militares. Não à toa, medidas autoritárias ainda deram o tom do governo, como o Pacote de Abril de 1977. A distensão política, por sua vez, foi evidente em medidas que recuaram o autoritarismo, como a extinção do AI-5 e a revogação do banimento de exilados políticos. Transição contínua no governo sucessor, João Figueiredo (1979-1985), responsável pela abertura política.

A modernização socioeconômica, a consolidação da indústria cultural, a ampliação do acesso ao ensino superior e a abertura política, que marca a virada para os anos 1980, foram sem dúvidas responsáveis pelo fortalecimento de uma cultura homossexual no Brasil. Segundo Macrae, é especialmente após a abertura política que surgem diversos estabelecimentos diretamente voltados para o mercado gay/lésbico e compõem o gueto homossexual.¹²³ No artigo intitulado “Em defesa do gueto”, publicado em 1983, o autor comenta sobre as transformações que vinham ocorrendo:

“Saunas onde havia “caçação”, ou seja, paquera homossexual, e corriam atos sexuais já existiam há tempos. Mas, nesses lugares, o sexo era uma coisa apressada e furtiva; geralmente havia alguma forma de repressão exercida pela casa, com maior ou menor rigor. A novidade nos estabelecimentos que agora

¹²¹ GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2022, p. 382.

¹²² BRASIL. *Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970*. Dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 577, 26 jan. 1970.

¹²³ MACRAE, Edward. *A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da “abertura*. Salvador: EDUFBA, 2018.

estão surgindo está no fato de serem concebidos e claramente dirigidos a uma freguesia homossexual e encorajarem a atividade sexual; por exemplo, com a exibição de vídeos pornô homossexuais na sala de repouso coletivo. Também nas discotecas gays, embora já há algum tempo se permitisse que casais do mesmo sexo dançassem juntos, beijos ainda eram proibidos, mas aos poucos foi ocorrendo uma liberalização e agora é comum ver pares homossexuais, especialmente homens, trocando beijos “cinematográficos”.¹²⁴

O gueto homossexual era constituído por espaços de socialização onde o comportamento afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo e expressões de gênero não normativas eram permitidos sem ressalvas, geralmente bares, boates, cinemas, saunas onde se organizava uma série de códigos, etiquetas, vestimentas e comportamentos próprios daquela cultura. O gueto cresceu, como vimos, com a ascensão do mercado voltado para o público, mas, apesar do apelo comercial, foi um importante espaço para união e formação de um senso de comunidade entre pares. Para Macrae, era importante também na construção de uma autoimagem positiva pois

“Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a se ocultar, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte de amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade”.¹²⁵

Buscaremos então compreender como, a partir do gueto, se organiza uma identidade homossexual masculina no Brasil. Como vimos em nosso primeiro capítulo, a sexualidade é um discurso no qual categorias sexuais são construídas historicamente. Os primeiros passos da construção de uma identidade homossexual estiveram associados, nesse sentido, ao discurso científico. Médicos e juristas tiveram um papel fundamental na categorização da sexualidade masculina, eles contribuíram para a consolidação e a reificação dessa identidade.¹²⁶ Mas sua compreensão é alterada ao longo do tempo, como veremos a partir dos estudos de Peter Fry.

Fry começa seu argumento investigando como as identidades sexuais-afetivas entre “homens” e “bichas” falavam sobre dominação e submissão e não sobre

¹²⁴ Ibid., p. 52.

¹²⁵ MACRAE, op.cit., pp. 57-58.

¹²⁶ FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 104.

“homossexualidade” em si. O autor sistematizou essas identidades a partir de quatro componentes básicos: o sexo fisiológico, o papel de gênero, o comportamento sexual e a orientação sexual. Analisando o sistema cultural da periferia de Belém (PA), no entanto, ele concluiu que as identidades “homem” e “bicha” são diferenciadas a partir dos papéis de gênero (homem = masculino/ bicha = feminino) e do comportamento sexual (homem= ativo/ bicha = passivo). A orientação sexual, portanto, não era discriminada a partir das categorias “homossexual” ou “heterossexual” na definição das identidades sexuais da região estudada. Assim,

“Se esse sistema de classificação da sexualidade masculina e das identidades sexuais masculinas é bastante hegemônico nas classes mais baixas e no interior do país, nas classes médias das grandes metrópoles surge um sistema diferente que pode ser facilmente identificado a partir da década de 1960, quando aparece uma nova identidade sexual, o “entendido””.¹²⁷

No final dos anos 1960, segundo Fry, surge um novo sistema de classificações. Nele são classificados como identidades homossexuais masculinas, os “homens” e os entendidos”. Nesse sistema, por sua vez, as categorias são discriminadas não mais em relação ao seu papel de gênero ou comportamento sexual, mas em relação à sua orientação sexual (homem = heterossexual/ “entendido” = homossexual). Assim, a categoria “homem” é reorganizada, “o macho que se relaciona sexualmente com outro macho, mesmo “ativamente”, deixa de ser “homem mesmo” e vira “entendido” ou “homossexual”.¹²⁸ Ainda naquele período, com o advento dos movimentos de libertação homossexual, nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, organiza-se uma nova categoria sexual-afetiva, o gay. De tal modo,

“O termo *gay* vem substituir o termo “homossexual”, mas a diferença entre um e outro diz respeito, basicamente, ao seu valor social. Se o termo “homossexual” é associado ao modelo médico legal e tem conotações de patologia e de crime, o termo *gay* expressa literalmente “felicidade” e “alegria”. Ironicamente, entretanto, a taxinomia em si adquire uma legitimidade avassaladora. De vez, o modelo médico é consagrado pela sua própria criação, a subcultura homossexual”.¹²⁹

A partir da leitura de Peter Fry observamos como a sexualidade é um dado histórico em constante transformação. Uma categoria pode conter, nesse sentido, diferentes classificações dentro de um mesmo termo; a relação afetiva sexual entre

¹²⁷ Ibid., p. 93.

¹²⁸ FRY, op. cit., p. 94.

¹²⁹ Ibid., p. 104.

homens ganhou várias nomenclaturas dentro do contexto brasileiro, a depender do espaço no qual era lida. Embora a comunidade se aproprie da taxinomia herdada do discurso médico (homossexual), ela também cria seus próprios termos (entendidos, bichas, bofes, gays). Essa disputa discursiva nada mais é do que as tentativas de autoidentificação daqueles indivíduos, ora reformando o discurso preexistente, ora criando novas terminologias.

Ao passo que o discurso constitui sujeito, o sujeito também se apropria do discurso. Compreendemos que o processo de formação de uma identidade se dá justamente no saber discursivo que o sujeito se apropria, que pode ou não ser o mesmo que já o precede. Os homossexuais lidaram, sobretudo, com um discurso precedido (homossexualismo = doença) e, apropriados do termo, o ressignificaram (homossexualidade = orientação sexual). O discurso, pois, não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apropriar¹³⁰. Assim,

É precisamente porque as identidades são construídas dentro, e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos. Além disso, *elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que os signos de uma unidade idêntica*, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional.¹³¹

A busca por uma identidade homossexual, apesar do seu caráter limitador como argumenta Fry, ao conferir legitimidade a dualidade sexual (homo/hetero) – que está para além do binário, convém ressaltar – era uma forma de organizar o pertencimento dos indivíduos dentro daquele grupo social. O homossexual passa a ser um termo que define não somente um dado sexual-afetivo, mas todo um conjunto para interpretação cultural do mundo a partir das experiências compartilhadas no gueto. Edward Macrae define que uma identidade homossexual é “uma organização da personalidade e uma maneira de se relacionar com o mundo baseado numa certa representação de si, fundamentada em categorizações sexuais geradas pela cultura em que se inserem”.¹³²

¹³⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996, p. 10.

¹³¹ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.109, grifo nosso.

¹³² MACRAE, op. cit., p. 121.

Em carta enviada ao Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), mesmo após os “anos de chumbo”, em menção à artistas como Ney Matogrosso, argumentava-se: “muitos gays estão, para nosso descrédito e vergonha, brilhando na constelação artística nacional [...] Se, como soubemos, a AIDS, realmente, ataca os putos, que ela, à falta de coragem para uma sanidade moral, seja muito bem-vinda”.¹³³ Os cidadãos, detentores da “boa moral”, defendiam a morte – uma vez que o tratamento contra a AIDS naquele período era desconhecido e a doença tinha uma alta taxa de mortalidade – como alternativa à falta de “sanidade moral”.

Os homossexuais, por sua vez, sobreviviam e brilhavam na constelação pública de maneira cada vez mais assumida. A música, o teatro, a televisão, o cinema, a literatura e a imprensa envidesciam abrindo, perante as relações de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.¹³⁴ Para Foucault, “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta”.¹³⁵ Assim, se havia, por um lado, a repressão do contexto autoritário e sua cultura heterossexista, por outro, uma cultura homossexual e uma identidade gay se organizavam em sentido contrário.

2.2 - À luz do *Lampião da Esquina*: da imprensa alternativa à politização das identidades homossexuais

Em uma charge assinada por Levi, em 1980, ao visitar uma favela, o censor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) questiona a uma mãe que, prontamente, responde “Bem, éramos onze! Sendo que os quatro menores morreram subnutridos, o casal de gêmeos foi *linchado pela sociedade por serem homossexuais*, os três rapazes foram suicidados pelo esquadrão e meu marido saiu atrás do milagre brasileiro”.¹³⁶ O artista, através da ironia, sintetiza o contexto social brasileiro na virada da década. Enquanto a prosperidade econômica prometida não alcançou as classes populares, a violência, de diferentes maneiras, comprometeu a vida de milhares de brasileiros.

¹³³ Carta de 7 de outubro de 1985. In: FICO, Carlos. “*Prezada, Censura*”: cartas ao regime militar.

¹³⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 248.

¹³⁵ Ibid, p. 248.

¹³⁶ *Lampião da esquina*. Capa da edição. Rio de Janeiro: nº 28, set de 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

O linchamento do casal de gêmeos, por serem homossexuais, embora esteja no plano da ficção, contorna o tom de discriminação ao qual homossexuais eram submetidos. Nas páginas dos jornais da época é possível encontrar notícias de casos semelhantes pois a violência é um dos legados da base saneadora que estruturou ideologicamente a “utopia autoritária” no país. A imprensa marrom, aliás, foi um dos espaços onde houve grande exploração da violência contra homossexuais. Os termos “homossexual” e “travesti” apareciam sempre para identificá-los como culpados ou suspeitos, alimentando o imaginário popular que os associava à criminalidade.

As tentativas, por outro lado, de tematizar a homossexualidade longe dos estereótipos e estigmas, caíam na mira das autoridades, como foi o caso do jornalista Celso Curi em 1977. Responsável por dedicar a Coluna do Meio, no *Jornal Última Hora*, para tematizar o universo gay. Por causa da coluna, Curi foi demitido do jornal e processado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a denúncia era baseada no artigo 17 da Lei 5.520, a Lei de Imprensa.

Acusava-se o jornalista de “promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente”¹³⁷. O promotor público responsável pelo processo denunciava que Curi ofendeu de modo contínuo a moral pública e os bons costumes na coluna “cujo nome não deixava dúvidas quanto ao assunto tratado (...) defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las”¹³⁸. Embora a vida curta da coluna exemplifique como o tema era indesejado e violador para a ordem moral da época, o enfiadescimento dos costumes era inevitável. Emergia, de forma cada vez mais organizada, uma politização em torno das identidades homossexuais cujos passos foram registrados, em especial, na imprensa alternativa.

Os jornais alternativos foram um importante espaço para veiculação de notícias e pensamentos que contrapunham o autoritarismo, sobretudo em razão da censura que cerceava a grande imprensa. Jornalistas, chargistas, escritores, entre outros intelectuais, reuniam-se em grupos editoriais autônomos e produziam de maneira independente os seus impressos. Com o Decreto de Lei de 1977, de 26 de janeiro de 1970, e a instituição da censura prévia, a imprensa sofreu cada vez mais com o controle militar. Por isso, para

¹³⁷ Lampião da esquina. Conselho editorial. *Edição experimental: número zero*. Rio de Janeiro, abril de 1978. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/0-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1978/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

¹³⁸ Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi? In: Lampião da Esquina. Conselho editorial. *Edição experimental: número zero*. Rio de Janeiro, abril de 1978. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/0-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1978/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

Bernardo Kucinski, do decreto até o surgimento da política de distensão, no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram como a própria resistência¹³⁹.

Segundo Kucinski, havia duas grandes classes desses jornais. A predominantemente política cujos periódicos, em geral pedagógicos e dogmáticos, veiculavam as reivindicações dos movimentos populares e das esquerdas. E uma outra classe, a qual, a partir dos movimentos contraculturais, investiam na crítica aos costumes e ao moralismo¹⁴⁰. O advento dessa segunda classe foi possível, sobretudo, a partir da estratégia de saída “lenta, gradual e segura” do autoritarismo militar, proposta pelo general Geisel, que abrandou a prática da censura prévia. Esse contexto foi fértil para o surgimento de publicações que discutiam temas como o feminismo, a negritude, a ecologia e a sexualidade.

Nesse contexto de restauração das liberdades civis, surge o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Fundado a partir da influência de Winston Leyland, editor do jornal americano *Gay Sunshine*, que ao visitar o Brasil influenciou ativistas e intelectuais a construir uma publicação para o público gay no país. O *Lampião* era escrito por jornalistas, escritores, cineastas, tradutores, antropólogos, professores, artistas plásticos, poetas, críticos de arte, entre outros intelectuais e leitores. O conselho editorial, formado por onze membros, nomes como Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

Em sua edição número zero, a primeira coluna “saindo do gueto”, anunciava que “ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional” e argumentava o porquê de um jornal homossexual: “É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual” e ainda esclarece sua luta “nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.”¹⁴¹

¹³⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2018, p.94.

¹⁴⁰ Ibid., p. 12-13.

¹⁴¹ Saindo do Gueto. *Lampião da esquina*. Conselho editorial. *Edição experimental: número zero*. Rio de Janeiro, abril de 1978. Disponível em: [Disponível em: https://www.grupodignidade.org.br/](https://www.grupodignidade.org.br/). Acesso em: 19 de jul 2025

Os registros das primeiras publicações voltadas para o público homossexual estão concentrados no início da década de 1960. Edwad Macrae afirma que chegaram a circular 27 publicações gays no Brasil nas quais seus autores se escondiam em pseudônimos femininos. Em sua maioria mimeografados, os jornais circularam até o começo de 1970.¹⁴² Os textos veiculados tratavam do cotidiano e das redes sociais homoafetivas, além de temas comuns a grande imprensa. Havia publicações em diferentes regiões do país, apesar da circulação restrita, entre elas estavam *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, 20 de abril, *O Centro*, *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*, *Le Sophis-tique*, *O Gay*, *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*.¹⁴³

Em 1972, foi fundada a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG), a associação reunia todos os jornais gays editados no país e tinha a intenção de lutar em prol da comunidade. Para Anuar Farah, primeiro presidente da ABIG, “todos tínhamos um ideal, queríamos mostrar que éramos pessoas normais, que fazíamos o que todas as outras faziam. Normais sempre fomos, sem diferenças”.¹⁴⁴ A ABIG e os impressos que surgiram naquele momento, no entanto, foram extintos com o golpe de 1964.

O *Lampião da Esquina* surgiu como uma retomada desse ciclo arrefecido pela repressão. Com um profissionalismo técnico mais afinado do que as experiências anteriores e em um contexto político mais favorável, o *Lampião* é considerado o primeiro veículo brasileiro de ampla circulação dirigido ao público homossexual¹⁴⁵. Nas palavras de Farah, o *Lampião* era exatamente o que ele havia sonhado enquanto jornal na década de 1960.¹⁴⁶

Publicado pela “Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda” no Rio de Janeiro, o impresso circulou durante três anos no país, reorganizando o imaginário aos quais gêneros e sexualidades não normativos vinham sendo submetidos pela grande imprensa, vide o caso de Celso Curi. À luz do *lâmpião*, iluminava-se mais do que um

¹⁴² MACRAE, op. cit., p. 137.

¹⁴³ RODRIGUES, Jorge Caê. Um *lâmpião* iluminando as esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFScar, 2021, p.89.

¹⁴⁴ “*Snob*”, “*Le Femme*”... Os bons tempos da imprensa guei. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: n. 28, set de 1980, p.7.

¹⁴⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 90.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p.7.

espaço de informação, mas de organização da própria sobrevivência, o impresso foi responsável pela consolidação e afirmação da uma identidade gay. Nesse sentido,

Havia sujeitos que buscavam por meio da imprensa alternativa mobilizar a retomada de direitos civis e políticos que lhes foram cerceados, utilizando-a como ferramenta de crítica e de oposição. O que marca radicalmente a experiência alternativa do *Lampião da Esquina* é a sua organização por uma categoria de sujeitos que, embora também lutassem pela retomada dos mesmos direitos, o fazia de maneira ainda mais ampla. Mais do que retomar o que foi cerceado, lutavam por direitos que sequer ainda haviam sido concedidos (...) O *Lampião* era o veículo que criava a possibilidade de discursos nos quais os corpos transviados, dissidentes em gêneros e/ou sexualidades, fossem atravessados para além do “apesar de”, mas sim em “razão de”. Ou seja, produzia-se um jornal em razão da condição do homossexual/transsexual, no qual as próprias vivências e experiências daquele grupo ganharam espaço; seja na denúncia ao tratamento recebido pelo Estado e pela sociedade, seja na celebração do afeto e do desejo como condições legítimas¹⁴⁷.

Apesar da conjuntura mais favorável ao surgimento e a manutenção do periódico, com os processos políticos que o recuo dos militares ensaiava, a presença da repressão ainda era cotidiana. Os assinantes tinham direito a pseudônimo e envelope fechado sem identificação.¹⁴⁸ O número zero do jornal, por exemplo, foi entregue protegido por um envelope de papel pardo, como forma de não comprometer quem recebesse.¹⁴⁹ Há dois aspectos, na existência do *Lampião*, que gostaríamos de destacar: primeiro, a sua função formadora em torno de uma consciência homossexual e, em segundo, a sua capacidade de mobilizar ações políticas.

A leitura do jornal foi fundamental para a mobilização de uma afirmação homossexual. Com alcance nacional, o impresso veiculava discussões inéditas sobre sexualidade, suas colunas estimulavam a autoaceitação e a disputa dos espaços públicos por meio de uma comunicação autêntica e fiel à linguagem daquela minoria.¹⁵⁰ Além disso, o periódico divulgava espaços de homossociabilidades; festas, bares, boates e espetáculos, onde era seguro desmunhecar livremente. Se as primeiras páginas eram preenchidas por colunas de opiniões, denúncias e entrevistas que tematizavam não só a homossexualidade, como também o feminismo, a negritude e a ecologia, além da própria conjuntura política. Havia, nas páginas seguintes, seções como a “Troca-troca” e a

¹⁴⁷ SILVA JÚNIOR, Romero Romulo da. Lampejos de resistência: o Jornal *Lampião da Esquina* frente a censura do Regime Militar (1978-1981). *Boletim do Tempo Presente*, [S. l.], v. 12, n. 05, 2023. Pp.17-19.

¹⁴⁸ FUNDO SOMOS. Saiu “*Lampião*”. *Alegre, mas provocador*, 19 de abr de 1978. PI D. 001 DOC 002.

¹⁴⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 91.

¹⁵⁰ SILVA JÚNIOR, op. cit., p. 13.

“Cartas na mesa”, destinadas desde a troca de correspondências e flertes à procura de emprego entre os leitores.

A publicação, no entanto, não passou imune as críticas do público. Com um conselho editorial formado majoritariamente por homens brancos de classe média, o *Lampião* tinha um tom editorial, por vezes, equivocado. Milton Hatoum, para o jornal *Isto É*, pontua uma visão elitista “não se deve confundir o creme da intelectualidade gay do país com outras manifestações (e até publicações) que tentam glamurizar o travesti ou promover o mercado do sexo homossexual”.¹⁵¹ O tratamento dado, sobretudo, as travestis escancarava o preconceito interno daquela minoria. Em uma coluna escrita por João Antônio Mascarenhas, membro do conselho editorial, condena-se a efeminação tanto das bichas quanto das travestis, deslegitimando suas existências.¹⁵² Em carta encaminhada ao jornal, o leitor J.C.L., de Recife, então criticou:

Vou ser franco: não gostei do jornal de vocês. Digo de vocês porque não acho que ele seja de toda a classe. É meio metido a intelectual, tem pretensões. Até aí tudo bem, porque tem muita boneca por aí bancando a sabichona, indo a concerto na Sala Cecília Meireles de nariz, empinado e lencinho na lapela. Mas e o resto? E o povão? Eu acho que vocês deviam fechar mais com o bicharêu para não parecer um jornal muito elitista. Afinal, vocês podem ser até todos muito granfinos. mas o jornal não pode dar bandeira sobre isso. Onde estão os travestis? Por que não tem uma no conselho de *Lampião*? Só tem professor e artista? Que democracia é essa de vocês, onde o povo também não vota? E ainda tem uma coisa. Tem uns artigos publicados no jornal, meu Deus do céu. É como se vocês estivessem dando aulas pra gente. Atenção meninas, aprendam com a gente, que nós sabemos tudo. Assim não dá. Fiquei meio putêrrimo com isso.¹⁵³

Toda essa variedade de opiniões e posições a respeito das categorias de gênero e de sexualidade expressas no *Lampião*, tanto por editores quanto leitores, demonstra a complexidade na qual essas estavam envolvidas no período. Apesar da variedade ideológica do discurso, quando comparada a grande imprensa ou até mesmo outros alternativos, o jornal também era produzido a partir de atravessamentos do discurso dominante.

As mulheres lésbicas, os homens afeminados e as travestis vão ganhando espaço ao longo das publicações e essa é uma das características marcantes do jornal: sua capacidade de veicular opiniões contrárias ao conselho, revisar seus posicionamentos e se realinhar. Diferente do que propunha Hatoum em sua apresentação, o *Lampião*

¹⁵¹ FUNDO SOMOS. Saiu “*Lampião*”. Alegre, mas provocador, 19 de abr de 1978. PI D. 001 DOC 002.

¹⁵² MASCARENHAS, João Antônio. *Sobre tigres de papel*. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: nº 4, ago de 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

¹⁵³ J.C.L. *O povão, onde está o povão?* *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: nº 4, ago de 1978, p. 19. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

pretendia dialogar com um público diverso, apesar dos equívocos. Se, por um lado, essa maleabilidade garantiu mais inclusão e diversidade ao corpo do impresso, as divergências também ameaçaram sua vitalidade, em especial no campo político-partidário.

Fato é que os ventos favoráveis da abertura política, possibilitaram que a identidade homossexual – a despeito de suas contradições internas na interpretação cultural do mundo – vivessem o seu processo de politização. E, nesse sentido, o jornal *Lampião da Esquina*, foi um espaço fundamental para discussão e mobilização de uma frente política, a partir de sua influência na atuação dos grupos organizados. Como pontuamos anteriormente, todavia, a identidade homossexual está além de uma definição para relações afetivas-sexuais. Ser homossexual não diz respeito apenas a uma prática sexual, mas as relações de poder no qual esse discurso é produzido.

Diante da matriz cisgênera e heterossexual da ditadura civil-militar, o governo autoritário estabeleceu com a homossexualidade mais do que uma relação de violência – a partir das operações policiais, como vimos –, mas uma relação de poder. De acordo com Foucault, as relações de poder se articulam sobre dois elementos indispensáveis: que “o outro” seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação e que se abra, diante da relação de poder, um campo de respostas.¹⁵⁴ Ou seja, toda relação de poder é recíproca, na medida em que toda ação requer uma reação. Não é apenas uma ação unidirecional, mas uma ação sobre um campo de reações possíveis. Assim, onde há poder, há resistência.¹⁵⁵

O surgimento do *Lampião da Esquina* é uma das expressões dessa relação de poder que vimos analisando. Entre os seus aspectos, como apontamos, além da sua função formadora, estava sua capacidade de mobilização política e o registro de uma luta que, finalmente, ganhava contornos mais sólidos no Brasil. Responsável por noticiar a atuação dos grupos organizados e suas movimentações, incluindo uma seção intitulada “Ativismo” em seu editorial, os primeiros passos do Movimento LGBTIA+ brasileiro estão registrados nas páginas do *Lampião*. Além disso,

A maioria dos grupos homossexuais organizados tinham no jornal a força motriz porque era o único suporte, muitas vezes, de divulgação e mobilização ampla, inclusive responsável por custear reuniões entre ativistas homossexuais, como em dezembro de 1979, na ABI [Associação Brasileira de Imprensa]. O jornal otimizou o encontro de ativistas e a construção de suas

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 243.

¹⁵⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024.

respectivas organizações, foi espaço de circulação pública do Somos (SP), Somos (RJ) do Libertos (SP), do Grupo de Atuação e Afirmação Gay (RJ), do Grupo Mulheres de Porto Alegre (RS), entre outros.¹⁵⁶

Se, na década de 1950, surgiram as primeiras associações em defesa dos direitos de gays e lésbicas em outros países, como a *Mattachine Society*, em 1950, e a *Daughters of Bilitis*, em 1955 nos Estados Unidos. No Brasil, os governos militares refrearam o surgimento de programas políticos que dessem conta da demanda daquela minoria. Para Júlio Assis Simões e Regina Facchini, entre as décadas de 1950 e 1960, o país viveu um período de movimentações que possibilitaram aos homossexuais saírem do armário e se dirigirem a mudanças que ajudaram a aliviar as condições mantenedoras da vida homossexual na clandestinidade.¹⁵⁷

Os territórios de homossociabilidade, a ocupação do espaço público, as manifestações artísticas homoeróticas, a subversão dos códigos morais, a partir do próprio corpo, estavam entre as formas cotidianas de fazer política e resistência. Para Renan Quinalha, essas movimentações foram produzindo diversas formas de uniões e associativismos, desde encontros furtivos e casuais até a criação de redes de afeto e acolhimento, os quais foram fundamentais para a produção de um movimento social.¹⁵⁸ É, entretanto, diante da efervescência cultural e política no processo de abertura política, com o nascimento do *Lampião* e do Grupo SOMOS, que se registram os primeiros passos do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Edward Macrae registra que houve duas tentativas de convocação de um Congresso de Homossexuais, no Rio de Janeiro, entre 1976 e 1977, mas que fracassaram devido à repressão.¹⁵⁹ Além disso, João Silvério Trevisan, em 1976, diante da sensação de inadequabilidade, formou um grupo de discussão homossexual. Em suas memórias, o escritor narra que os participantes eram tomados pelo sentimento de culpa, advindos de suas convicções ideológicas, de tal modo que a maioria se considerava anormal por sua sexualidade. Uma questão, que viria a ser valiosa a primeira fase do Movimento Homossexual, já aparecia nas reuniões: não eram secundárias as discussões sobre

¹⁵⁶ SILVA JÚNIOR, op. cit., p. 26.

¹⁵⁷ SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

¹⁵⁸ QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 105.

¹⁵⁹ Cf. MACRAE, op. cit, 2018.

homossexualidade frente ao contexto autoritário brasileiro? Diante dessas contradições, o grupo logo se dissolveu.¹⁶⁰

Apesar do fracasso dessas primeiras tentativas, foi fundado na cidade de São Paulo, em maio de 1978, o Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais. O grupo era um espaço articulação de atividades que envolviam desde discussões sobre a sexualidades marginalizadas até ações de protesto. Naquele momento, os interesses dos membros estavam voltados, especialmente, para discussões sobre a própria orientação sexual: o que era homossexualidade? Como se manifestava? Qual a importância do assumir-se naquele contexto? Era evidente, em seus encontros, o levantamento de temas incomuns aos grupos políticos tradicionais. Para Trevisan, o modelo era “o *gay consciousness raising group* americano, através do qual se buscava uma identidade enquanto grupo social. Em todo caso, tal disposição provinha de uma firme decisão de se autogerir, tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade.¹⁶¹

O prazer como um direito legítimo, a solidariedade entre pares, o autoconhecimento gay, a contestação dos partidos e das lideranças políticas marcaram o primeiro ano de vida do grupo. Os encontros eram promovidos em subgrupos de “estudos e discussões”, “atuação externa”, “serviços”, “identificação”, “atividades artísticas”, entre outros, que, no entanto, refletiam uma ambição irrealista e que nunca chegou a ser efetiva, senão pelo subgrupo de “identificação”.¹⁶² Para Trevisan, havia uma *práxis* política em construção diante das especificidades e recusas daqueles ativistas os quais eram atacados pela direita e abastados da esquerda, gerando impotência e frustração.¹⁶³ Em certo sentido,

Todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder. Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.¹⁶⁴

¹⁶⁰ Cf. TREVISAN, Joao Silvério. Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

¹⁶¹ Ibid., pp. 326 – 327.

¹⁶² Cf. MACRAE, op. cit., 2018.

¹⁶³ TREVISAN, op. cit., 2018.

¹⁶⁴ FOUCAULT, op. cit., 1995.

Ao final de 1978, o grupo passou por uma mudança de nome e passou a se chamar Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. O nome surgiu como homenagem a uma publicação da Frente de Liberação Homossexual da Argentina, a revista Somos. A associação passou por um processo de reestruturação na tentativa de conciliar as contradições internas e organizar a luta em uma agenda política comum, além de integrar mais pessoas. Após a mudança do nome, o Somos foi convidado a participar de uma semana de debates na Universidade de São Paulo (USP) sobre “o caráter dos movimentos emancipatórios”. O *Lampião* noticiava “pela primeira vez no Brasil as lésbicas e as bichas tomaram seu espaço e vomitaram coisas há muito engasgadas; o prazer, por exemplo, foi reivindicado entre os direitos da pessoa humana, com alusões concretas inclusive ao prazer anal”.¹⁶⁵

Sobre o episódio, James Green relembra que mais de cem pessoas compareceram ao debate. De um lado, os homossexuais acusavam a esquerda de ser homofóbica, enquanto os representantes da esquerda criticavam a relevância do movimento gay. Apesar de sugerir que não existia contradição entre a luta contra a homofobia e a luta contra a ditadura, naquela noite ele assistiu a uma calorosa discussão.¹⁶⁶ Trevisan conclui que, a partir do debate na Universidade de São Paulo, o grupo se consagrou como Somos e o número de integrantes aumentou significativamente. As reuniões aconteciam na casa dos membros de maneira semiclandestina, apesar da liberalização no cenário político.¹⁶⁷ O momento também foi marcado pelo aumento de mulheres lésbicas, as quais, diante do machismo e sexismo dos homens gays, desenvolveram um núcleo próprio no interior do Somos, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista, contornando, mais uma vez, o caráter heterogêneo do iminente Movimento Homossexual.

A primeira atividade política do SOMOS, para Green, foi em defesa do jornal *Lampião da Esquina*. O jornal pairava na mira dos militares mesmo antes de sua publicação, um anúncio de seu lançamento na revista *Isto é*, gerou incomodo entre os militares os quais, ao tratarem da “imprensa gay”, argumentaram que “se é verdade que maior liberdade foi dada a imprensa dentro de uma diretriz política não é menos verdade

¹⁶⁵ TREVISAN, J. S. *Quem tem medo das minorias?* *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: n. 10, mar de 1979, p.10. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

¹⁶⁶ Cf. GREEN, James. *Escritos de um viado vermelho*: Política, sexualidade e solidariedade. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

¹⁶⁷ TREVISAN, op. cit., 2018.

que o uso exagerado dessa liberdade, deve ser coibida quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira”.¹⁶⁸

Um documento confidencial da Divisão de Segurança e Informações, do Ministério da Justiça, de 28 de novembro de 1978, caracteriza o *Lampião* como um “órgão da imprensa nanica que se dedica à promoção do homossexualismo” em razão da publicação de dois artigos “E no dia 15 a boneca morre afogada?”, de Darcy Penteado, e “Um candidato fala mais alto”, de Aguinaldo Silva.¹⁶⁹ Penteado questionava, na publicação, a indiferença dos candidatos brasileiros em relação aos homossexuais, enquanto Aguinaldo noticiava a existência de um candidato interessado naquela agenda política. Tratava-se de Baiardo de Andrade Lima, candidato a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em Pernambuco, com um programa de candidatura no qual havia itens como “a defesa intransigente dos homossexuais” e “a legalização do aborto”.¹⁷⁰

Embora, no dia seguinte, o Departamento de Polícia Federal (DPF) tenha sido pelo arquivamento do processo¹⁷¹, a troca de correspondências confidenciais evidencia a vigilância a qual a publicação era submetida. Diante dos repressores, “a publicação se configurava em um duplo problema: veiculava políticos de oposição com programas moralmente inoportunos ao regime e inquietava o público em torno da necessidade de organização de um contingente eleitoral”.¹⁷²

A despeito dos documentos confidenciais, no qual o jornal era um tema recorrente, é em fevereiro de 1979, em sua nona edição, que o conselho editorial se mostra consciente da perseguição. Um inquérito do DPF tentava enquadrá-lo na lei de imprensa sob a acusação de ofender a moral e os bons costumes. Aguinaldo Silva, em resposta, argumentou “não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo – discriminado sexualmente – para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos da segunda classe”.¹⁷³ Conforme Trevisan relembra:

¹⁶⁸ Arquivo nacional (Brasil). Processo GAB nº 100.045. Rio de Janeiro, 18 jan 1978.

¹⁶⁹ Arquivo nacional (Brasil). Processo GAB nº 100.853. Rio de Janeiro, 28 nov 1978.

¹⁷⁰ Um candidato fala mais alto. *Lampião da Esquina*: Rio de Janeiro, n. 06, nov de 1978, p. 4. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 de jul 2025.

¹⁷¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Processo GAB nº 100.853. Rio de Janeiro, 29 nov 1978.

¹⁷² SILVA JÚNIOR, op. cit., p. 21, 2023.

¹⁷³ SILVA, Aguinaldo. *Para o Brasil dos anos 2000 os “bons costumes” do século XIX*. *Lampião da Esquina*: Rio de Janeiro, n. 09, fev de 1979, p. 5. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

Já desde agosto de 1978, vínhamos sofrendo, sob acusação de atentado à moral e aos bons costumes, um inquérito policial que estava sendo levado a efeito tanto no Rio quanto em São Paulo, solicitado pelo Ministério da Justiça. A carta da Polícia Federal solicitando o inquérito referia-se a nós, editores, como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituíamos casos situados — segundo os promotores — na fronteira da medicina patológica. A carta pedia que fôssemos processados judicialmente e enquadrados na chamada Lei de Imprensa, segundo a qual poderíamos receber até um ano de prisão. Antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, fomos intimados e interrogados pela polícia, fotografados e identificados criminalmente; em resumo, a polícia já nos julgava antecipadamente culpados. No interrogatório, uma das primeiras perguntas feitas a vários dos editores era a confirmação do fato de serem homossexuais. Felizmente, os Sindicatos dos Jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo ofereceram um advogado gratuito e apresentaram todo o apoio ao *Lampião* (...) logo depois, num hábil mecanismo de transferência, a polícia exigiu os livros contábeis do jornal, visando encontrar eventuais irregularidades e fechá-lo por motivos relacionados com a Receita Federal.¹⁷⁴

O Somos foi então responsável por sair em defesa do jornal. A ação do governo era um plano para fechar a imprensa alternativa por meio da Lei de Imprensa e de auditorias fiscais, segundo Green.¹⁷⁵ James propôs, a partir do Somos, a formação de um comitê de defesa do *Lampião* e a circulação de uma petição denunciando a ação dos militares, o documento foi assinado por alguns dos principais artistas, intelectuais e opositores do regime.¹⁷⁶ Logo, em novembro de 1979, as bancas de jornal receberam uma edição cuja segunda página trazia a matéria “Somos todos inocentes” na qual se anunciou o arquivamento do processo e se agradeceu a mobilização e solidariedade dos leitores.

James Green foi um dos responsáveis por articular o Somos a outros grupos organizados. Membro da Convergência Socialista (CS), organizou junto ao grupo, uma participação em um ato no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 1979, junto ao Movimento Negro Unido. Para o historiador, esse foi a primeira vez que gays e lésbicas protestaram nas ruas do Brasil.¹⁷⁷ Segundo ele, “assim como a campanha do *Lampião*, esse evento deu aos membros do Somos, muitos dos quais jamais tinham participado em outros movimentos políticos, a confiança de ir a público”.¹⁷⁸

A relação de Green com a esquerda brasileira também é um ponto a se destacar. Aliado a CS, ele foi responsável por criar um grupo de trabalho dentro da Convergência com a intenção de elaborar ações em favor dos direitos dos homossexuais, a Facção Homossexual. O questionamento do porquê uma facção homossexual da CS foi

¹⁷⁴ TREVISAN, op. cit., 2018, p. 333.

¹⁷⁵ GREEN, op. cit., 2024, p. 58.

¹⁷⁶ Ibid., p. 58.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Ibid, p. 59.

respondido no primeiro boletim do coletivo “somos socialistas que querem levar a questão específica da opressão e discriminação do homossexual, mobilizando todos os homossexuais contra este sistema capitalista machista que nos reprime”.¹⁷⁹ No mesmo boletim, era anunciado o lançamento das *Teses para a Libertação do Homossexual*.

O documento foi escrito pelos membros da Facção Socialista e tinha o objetivo de desenvolver um plano político para o MHB tendo o socialismo como uma ideologia aliada. As teses trataram da origem da opressão homossexual, das sociedades primitivas ao capitalismo dos primeiros movimentos de libertação sexual na Alemanha, na Revolução Bolchevique e em Cuba, bem como da história do movimento nos Estados Unidos e no Brasil.¹⁸⁰ Além disso, ao discutir a opressão do homossexual brasileiro nas esquerdas e dentro da própria Convergência, propunha caminhos de militância a partir de um “Programa pela libertação homossexual”. No programa, reivindicava-se:

I - Pelo direito de organização e expressão homossexual

- a) Pelo direito de livre organização de grupos e jornais homossexuais
- b) Contra os ataques do governo e de grupos da direita aos jornais homossexuais
- c) Pelo fim da Lei de Imprensa que, entre outros artigos, contém o item da preservação da "moral e bons costumes", usado para incriminar pessoas e jornais que discutam homossexualismo.

II - Pelo fim da discriminação ao homossexual

- a) Por direitos iguais de admissão e promoção nos locais de trabalho
- b) Pelo direito de livre escolha de moradia
- c) Pelo fim do código militar que classifica a homossexualidade como doença
- d) Pelo fim do teste de admissão ao trabalho com orientação anti-homossexual.

III - Pelo fim da ideologia anti-homossexual

- a) Pelo fim da classificação psiquiátrica e médica que considera o homossexualismo como "doença"
- b) Contra a divulgação e promoção do estereótipo homossexual pelos órgãos de comunicação em geral
- c) Contra a relação promovida pelos jornais "policiais" entre homossexualidade e criminalidade
- d) Pela educação sexual nas escolas, incluindo discussões sobre homossexualidade como uma das várias formas de gratificação sexual
- e) Contra a condenação religiosa da homossexualidade como pecado ou "degradação da alma humana".

IV - Pelo fim da repressão policial

- a) Contra o controle policial aos locais frequentados por homossexuais
- b) Contra a prisão de homossexuais pelo fato de serem homossexuais
- c) Pelo fim da perseguição policial aos homossexuais e travestis.

V - Contra a exploração dos homossexuais

- a) Contra a exploração econômica nos locais frequentados por homossexuais
- b) Pelo fim do uso do homossexual como recurso de venda

¹⁷⁹ Boletim da Facção Homossexual. São Paulo, nº 01, abr de 1981. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

¹⁸⁰ FUNDO SOMOS. Teses para libertação homossexual. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

VI- Pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores como primeiro passo para o governo dos trabalhadores
 VII - Por um governo dos trabalhadores que leve a um Brasil socialista
 VIII - Por um Brasil socialista onde todas as formas de exploração e opressão sejam eliminadas.¹⁸¹

O programa pleiteava o direito de organização e expressão, o fim da discriminação nos espaços de trabalho e moradia, o fim da ideologia anti-homossexual na medicina, na mídia, na imprensa, nas escolas e nas igrejas, o fim da repressão policial e a exploração dos homossexuais. De certa maneira, essas reivindicações encontravam eco na maioria dos gays organizados naquele momento, a cisão, contudo, estava na defesa de uma agenda revolucionária. O envolvimento com a esquerda brasileira era um problema para parte do movimento homossexual.

Naquele contexto, uma parcela da esquerda compreendia a homossexualidade como uma manifestação da decadência burguesa, afastada da “masculinidade revolucionária” e que seria superada com a revolução.¹⁸² A homofobia era predominante e o foco na “luta maior” tendia a colocar questões de cunho sexual como problemas secundários. Trevisan, por exemplo, compreendia que a luta deveria seguir afastada dos partidos políticos e organizações de esquerda uma vez que, para eles, os homossexuais representavam apenas um conjunto de votos a serem manipulados. Quanto a isso argumenta, “queríamos oferecer nossa contribuição particular para a transformação das estruturas e exigíamos nosso espaço próprio, para poder florescer”.¹⁸³

A este ponto é evidente como o Somos era constituído por membros diversos os quais propunham diferentes formas e frentes de lutas. O acirramento de posições ficou ainda mais evidente ao final de 1979, com a diversidade de grupos nascidos país afora e as preparações para o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados (EBGHO). O encontro foi um espaço de profundas discussões diante das controvérsias que atravessavam o movimento, sobretudo quando houve a sugestão de os presentes no EBGHO participassem das manifestações do Dia do Trabalho. Contrário à participação, Trevisan relembra:

Durante esse I Encontro Nacional, o momento mais crucial e mais revelador as divergências foi a votação em torno de uma moção que pretendia obrigar

¹⁸¹ GREEN, James. *O Grupo Somos, a esquerda e a resistência a ditadura*. GREEN, James N. QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFScar, 2021, p.195.

¹⁸² Cf. GREEN, James N. *Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada Brasileira dos anos 1960 e 1970*. Revista anistia política e justiça de transição, 2012.

¹⁸³ TREVISAN, op. cit., 2018, p. 335.

todo o movimento homossexual a participar da comemoração do Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, num estádio de futebol da cidade operária de São Bernardo, perto de São Paulo. O grupo insuflado e inspirado pelos trotskistas propunha uma participação compulsória e irrestrita. O grupo adversário ponderava que um número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si; propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória dos grupos e sim uma decisão particular ou individual. Fui um dos que se opuseram à participação compulsória, para horror dos esquerdistas de algibeira ali presentes. (...) Ficava evidente que a esquerda eleitoreira começara a se interessar pelo movimento homossexual, a ponto de mandar emissários para nos vigiar e manter seu controle sobre nós.¹⁸⁴

Green, por outro lado, defendia a participação na manifestação. Com a derrota da moção, ele, junto a outros membros do Somos, se reuniu e formou uma Comissão de Homossexuais Pró-1º de Maio. “Contra a intervenção no ABC” e “Contra a discriminação dos/as trabalhadores/as homossexuais” diziam as faixas levantadas durante o ato. A comissão, revela Green, articulava a luta contra os oprimidos, negros, mulheres e homossexuais, além de ser um chamado à unidade da classe trabalhadora contra a discriminação.¹⁸⁵ Se para Trevisan isso significava a domesticação de um movimento que sequer havia florescido, para Green:

A manifestação do Primeiro de Maio representou um dos eventos mais importantes da minha vida, porque senti que finalmente tinha integrado dois aspectos do meu ser e, de forma bem-sucedida, liderara um pequeno, mas significativo movimento nessa direção. Ajudei outros homossexuais a compreender que eles não existiam isoladamente do resto da sociedade e me tornei parte da primeira interação política, em um clima positivo, entre gays e lésbicas e trabalhadores comuns. Foi o primeiro grande passo para que o movimento gay saísse do armário no Brasil, e esse fato deixou fundações para uma aliança estratégica com o eleitorado de esquerda. Foi necessário um bocado de coragem para todos que marcharam, porque estávamos nos deparando com um novo desconhecido, ainda que muitos dos nossos temores talvez ainda fossem infundados.¹⁸⁶

O IEBGHO colocou em xeque as contradições e dificuldades a serem enfrentadas, os acontecimentos no encontro foram responsáveis por gerar um racha no Somos. Havia uma dificuldade de articulação interna entre os membros, era difícil definir o melhor caminho para fortalecer o Movimento Homossexual naquele momento. Apesar da cisão, o Somos foi um importante espaço de fortalecimento da identidade homossexual e articulação coletiva. Em 13 de junho de 1980, por exemplo, sob faixas de “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”, ativistas saíram às ruas em uma ação contra as batidas

¹⁸⁴ Ibid., p.339.

¹⁸⁵ GREEN, op. cit, p. 63.

¹⁸⁶ GREEN, op. cit, p. 64.

policiais do delegado Wilson Richetti no centro de São Paulo levando ao fim das rondas.¹⁸⁷ A força gay era real e demonstrava de maneira cada vez mais pública sua cara.

Ao final de 1980, no entanto, apesar da prosperidade de algumas ações, o Somos foi perdendo o fôlego. Um segundo EBGHO não passou de um desejo, os grupos não cresciam e o movimento perdia força. Somado a isso, em 1981, o jornal *Lampião da Esquina*, principal suporte de comunicação entre os grupos organizados de todo o país, encerrava seu ciclo na imprensa alternativa, devido à crise editorial e a insustentabilidade financeira. Silva Júnior reflete que

O jornal começou a sofrer cada vez mais críticas e pressões por um posicionamento claro a respeito dos caminhos que seguiria dentro do ativismo, além de repúdios às suas escolhas editoriais. Aguinaldo Silva, na intenção de preservar uma postura jornalística, respondia que não era possível transformá-lo em uma “espécie de ‘diário oficial’ do ativismo guei” e que pretendia conservar sua neutralidade. Na vigésima quinta edição, alertava-se que o jornal não tinha ligação com nenhum grupo homossexual e nem grupo político, embora se interessasse no surgimento deles e estivesse disposto a recebê-los em suas páginas, visto que era um dos principais responsáveis pelo surgimento desses. Logo, “mais que o ativismo, o jornal se preocupa com o interesse jornalístico do material enviado por estes grupos. O LAMPIÃO, acima de tudo, um jornal de minorias e não um boletim do ativismo homossexual”. Havia, assim, a intenção de noticiar a militância e não necessariamente fazê-la sob um vínculo político-partidário. A postura do jornal, a partir do ano III, escancara a crise editorial. A publicação de fotos com nudez explícita, o certo tom de sensacionalismo e o caráter comercial já não coincidiam com a proposta inicial do projeto (...) as discordâncias sobre os caminhos a serem seguidos renderam a cisão entre os integrantes do periódico que entenderam já ter cumprido o papel ao qual se propuseram.

O *Lampião da Esquina* e o Grupo Somos, para Green, foram um pré-movimento e movimento ao mesmo tempo.¹⁸⁸ Antes do jornal aparecer “não existia nada que pudesse nos dar esperança, criar a possibilidade de um trabalho coletivo. A sobrevivência do Somos depende do LAMPIÃO como canal, e da própria atuação do grupo”.¹⁸⁹ A desarticulação da publicação representou o final do principal espaço de comunicação e articulação nacional dos homossexuais. O Somos, no entanto, chegou ao seu fim em 1983, em razão das cisões internas e a dificuldade de articular ideologicamente os anseios dos seus membros. O declínio do grupo não aconteceu de maneira particular, outros grupos também deixaram de existir, a inconciliabilidade em torno de um programa político era a maior razão para desarticulação do movimento. Além disso, havia uma dificuldade de

¹⁸⁷ Ibid, p.66.

¹⁸⁸ GREEN, op. cit, p. 73.

¹⁸⁹ *O pessoal do Somos (um debate)*. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, n. 16, set de 1979, p 7. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

mobilizar coletivamente aquele grupo que, muitas vezes, vivia sua sexualidade clandestinamente. Assumir-se, a partir da luta pública, incorria no risco de violências que iam desde o abandono familiar à demissão em empregos.

De qualquer forma, cabia aos homossexuais encontrarem o tom do seu próprio fazer político, diante das possibilidades de organização e de combate à ditadura. A despeito do declínio do *Lampião* e da maioria dos grupos organizados, Renan Quinalha compreende entre o fim da década de 1970 e meados de 1980, como um ciclo de afirmação homossexual, isto é, criação de uma consciência em torno daquela identidade, e luta pela redemocratização.¹⁹⁰ Interessa-nos questionar, neste ponto, como essas movimentações em torno de grupos organizados, de uma consciência homossexual e na oposição à ditadura ocorreram fora do espaço geográfico costumeiramente explorado pela historiografia brasileira, isto é, o sudeste.

As temporalidades, as categorias, as reivindicações do que essa literatura tem chamado de Movimento Homossexual Brasileiro dão conta das especificidades de outras regiões do país? Qual a bandeira política deste grupo em Sergipe? Quais os caminhos de militância? Deveria haver ou não conciliação com as organizações de esquerda? Quais os recortes de classe, raça e gênero compuseram essas organizações? Quais as aproximações e os distanciamentos com as experiências da região sudeste? Essas e outras questões nos mobilizam a investigar, a partir do Movimento Homossexual Sergipano, suas possíveis respostas. Afinal, é “legal ser homossexual?”

2.3 - “Gay unido é guei alerta e livre!”: a distensão política em Sergipe e o surgimento do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS)

Navios de guerra ancorados na costa do litoral sergipano em frente à cidade de Aracaju. Foi esta a visão do piloto Walmir Soares enquanto sobrevoava a capital na manhã de 31 de março de 1964. As embarcações estadunidenses de transporte militar aguardavam o comando para entrar em ação no caso de resistência durante o desmonte do governo de João Goulart.¹⁹¹ Paulo Araújo Barbosa, em suas memórias, relembra que a situação em Aracaju era tensa pois vivia-se, há alguns dias, a espera pelo golpe militar ou o avanço social, em função das propostas reformistas do governo Goulart.¹⁹²

¹⁹⁰ Cf. QUINALHA, op. cit, 2024.

¹⁹¹ Cf. ARAÚJO, Paulo Barbosa. Ícones de um terremoto: golpe militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010, p. 163.

¹⁹² Ibid, p. 164.

Diante dessa tensão, a cidade, a partir de 31 de março de 1964, viveu um novo momento político, a partir da “tutela militar”. A nova ordem era marcada pela superposição do poder militar sobre o civil, o estado de direito passava a ser atropelado pela nascente ordem contrarrevolucionária em Sergipe.¹⁹³ Naquele contexto, o então governador de Sergipe, Seixas Dórias, comprometido com as políticas reformistas do presidente Goulart, ao reafirmar sua posição mesmo após a vitória dos militares, foi cassado e preso. O contexto autoritário ia se estruturando e contornava novas dinâmicas de atuação política.

Para Ibarê Dantas, em nível nacional, o novo bloco dominante foi caracterizado pelo tripé: tecnocracia civil-militar, burguesia local e multinacionais.¹⁹⁴ A partir desse, houve mudanças nas diversas unidades da federação. Em Sergipe, para o historiador, essas transformações foram impulsionadas por duas motivações: uma ideológica, baseada no anticomunismo, e outra partidária, provinda da luta político-partidária desenvolvida há anos no Estado. A ditadura, assim, foi responsável por reestruturar toda organização política local dentro de um sistema burocrático-militar:

Inicialmente, a situação de Sergipe adquiriu certa peculiaridade. Enquanto em nível nacional a contrarrevolução vitoriosa significava a ascensão da UDN, na medida que essa agremiação se apresentava como uma das peças principais da coalizão civil-militar, em Sergipe o governador João de Seixas Dória, procedente da UDN, era deposto e seu vice, integrante do PSD, era empossado (...) Não obstante os discursos ideológicos que embalariam o processo dito “revolucionário”, no fundo as disputas partidárias tenderiam a prosseguir, envolvendo civis e militares.¹⁹⁵

A mudança de governador, cargo então assumido pelo vice Sebastião Celso de Carvalho, foi apenas uma das primeiras medidas da “tutela militar” no Estado. Houve, além disso, a cassação de deputados¹⁹⁶, a interferência direta no judiciário, as prisões políticas e as operações repressivas que iam desde a desarticulação de grupos civis à criação da Comissão de Investigação para conduta de servidores estaduais e municipais.¹⁹⁷ A repressão se intensificou, em especial, na perseguição aos movimentos populares e sindicais, além da prática censória que atingia rádios, jornais e outros setores de comunicação e articulação de ideias, como o teatro. Dantas conclui que, em um

¹⁹³ DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 21-22.

¹⁹⁴ Cf. Ibid, p. 27.

¹⁹⁵ DANTAS, op. cit., p. 29.

¹⁹⁶ Cf. CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo, ed. Horizonte, p. 115-141. 2015.

¹⁹⁷ DANTAS, op.cit., p. 34-38.

desmonte do domínio populista, “a mobilização popular de caráter reformista e/ou revolucionário era estancada pela interferência militar, originando uma nova estrutura de poder diferenciada da anterior, embora incorporasse alguns setores vinculados ao governo passado”.¹⁹⁸

Com o golpe de 1964 houve uma desarticulação dos grupos de esquerda e o crescimento da influência conservadora em Sergipe. As decisões presidenciais tinham eco efetivo no Estado, os grupos dominantes, mesmo diante de suas discordâncias, tenderam a se unificar. Com a promulgação do Ato Institucional Nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965, e o fim do pluripartidarismo, a maioria dos políticos sergipanos se aliaram ao ARENA, havia entre esses uma tendência à integração e a manutenção dos poderes, remontando o pacto de dominação.¹⁹⁹

O advento do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, suspendeu garantias constitucionais e ampliou o poder militar. Os “anos de chumbo” foram inaugurados sobre a sombra do AI-5, responsável por recrudescer o regime e, a partir de rastros legais, facilitar prisões e torturas de presos políticos. A partir dele foram registradas ações repressivas responsáveis por aprisionar centenas de pessoas, em todo país, a exemplo da Operação Gaiola.

A operação ocorreu em novembro de 1970, as vésperas da segunda eleição legislativa desde o golpe, na qual se disputava o Senado Federal e a Câmara de Deputados, além das Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios. Segundo a Comissão Estadual da Verdade de Sergipe (CEV/SE), cerca de quatrocentas pessoas foram detidas em todo o Brasil.²⁰⁰ No Estado, a operação levou a prisão de seis pessoas, embora as informações levantadas pelos documentos da CEV/SE não indiquem o porquê essas foram alvos da ação.

Os grupos da esquerda sergipana sempre tenderam a moderação mesmo diante da opção pela luta armada, inflamada em outras regiões do país. Para Barbosa, os “comunistas” sergipanos não passavam, em sua maioria, de civis que defendiam reivindicações trabalhistas, participavam de movimentos associativistas, organizavam

¹⁹⁸ Ibid, p. 41.

¹⁹⁹ Ibid, p. 104.

²⁰⁰ Cf. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe). *Relatório final* [recurso eletrônico]. Organização de Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2020. 426 p. il. Ebook PDF. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/>. Acesso em: 10 de ago de 2025.

trabalhadores rurais e promoviam projetos de alfabetização.²⁰¹ Naquele contexto, no entanto, qualquer luta social era considerada subversiva.

Adiante, Barbosa acrescenta que, entre 1929 e 1964, Sergipe tinha organizações associativistas e universitárias, mas sem a mesma força de centros como Recife ou Rio de Janeiro. A ausência de grandes indústrias, migração significativa e uma universidade estruturada limitou o avanço político e ideológico local.²⁰² O autor então defende um “caminho do meio” para entender a realidade local pois não havia uma força revolucionária tão atuante e mobilizadora quanto em outras regiões. Se as forças de resistência eram dispersas, as forças de repressão, por outro lado, abatiam estudantes, juízes, desembargadores, deputados, prefeitos e vereadores que tinham seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos.²⁰³

Quase uma década após o golpe, esse cenário começou a se modificar. Sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), os militares começaram a ensaiar uma distensão política e a descompressão do regime refletiu na escolha do novo governador do Estado, embora a eleição ocorresse de maneira indireta. Naquele cenário, José Rollemberg Leite (1975-1979) foi eleito como uma solução pacífica e conciliadora que tenderia a estimular o processo de distensão em Sergipe pela sua sensibilidade, prestígio e firmeza.²⁰⁴ Nas eleições diretas para o Senado, o candidato do MDB, João Gilvan Rocha, levou vitória sobre o representante da ARENA, Leandro Maynard Maciel. No conjunto geral dos resultados eleitorais:

No conjunto, verificou-se renovação relativamente elevada dos quadros da representação sergipana na Câmara dos Deputados (...) Na Assembleia Legislativa a ARENA manteve sua predominância. Mas o partido oposicionista ampliou proporcionalmente sua bancada (...) A ARENA continuava como a maior força política sergipana com seus quadros expressivos e sua influência predominante sobre o eleitorado da grande parte do interior do Estado. Entretanto, o movimento oposicionista, antes debilitado, tomava fôlego em plena consonância com os ventos políticos nacionais (...) Para os setores mais identificados com o sistema autoritário, em especial, a linha dura, foi um resultado traumático, difícil de ser assimilado, sobretudo porque a eleição do voto majoritário (Senado) tomou uma feição plebiscitária, como se expressasse o julgamento do regime militar.²⁰⁵

A “distensão” política do governo Geisel evidentemente se equilibrava entre liberações e coibições. A imprensa sergipana começava a dar sinais dos novos tempos,

²⁰¹ ARAÚJO, 2010.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Cf. DANTAS, op. cit.

²⁰⁴ Ibid, p.271.

²⁰⁵ DANTAS, op. cit., p. 279-282

opiniões antes censuradas, ganhavam espaço. Setores da sociedade civil voltavam a se mobilizar, a exemplo do retorno do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na Universidade Federal de Sergipe (UFS).²⁰⁶ Dantas afirma que, em 1976, o PCB possuía representantes na Assembleia e na Câmara de Vereadores, era influente no Sindicato dos Petroleiros, no Sindicato dos Banqueiros, em centros acadêmicos da UFS e no DCE.²⁰⁷ Sua influência na sociedade civil, afirma o historiador, não passava despercebida pelos militares pois desde as eleições de 1974, com o expressivo resultado da oposição, a ação comunista era superdimensionada pelos militares.²⁰⁸

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, está entre as principais lembranças da violência militar na perseguição ao Partido. Morto na cela do DOI-CODI, em São Paulo, Herzog foi acusado de cometer suicídio pelos militares, a despeito das claras manifestações de tortura que sofrera. A perseguição ao PCB era uma atividade nacional, dada sua ilegalidade e ameaça à ordem interna. Ainda em 1975, três membros do PCB sergipano²⁰⁹ foram presos, interrogados e liberados um dia depois da detenção.²¹⁰ O ano seguinte, porém, foi quando a perseguição aos membros do Partido desencadeou no estado um “carnaval de torturas”.²¹¹

A repressão, em Aracaju, ocorreu por meio da Operação Cajueiro as vésperas dos festejos carnavalescos de 1976. O general Adyr Fiúza de Castro mandou para Sergipe um grupo especial, liderado pelo tenente-coronel Oscar Silva, para coordenar a operação. Até mesmo líderes do 28º Batalhão de Caçadores²¹² foram substituídos por oficiais de confiança do general na intenção de preservar o sucesso da Cajueiro, a qual foi realizada em conjunto com a Polícia Federal, o DOPS e DOI-CODI.²¹³ De acordo com a Comissão Estadual da Verdade (CEV/SE):

²⁰⁶ Cf. CRUZ, José Vieira da. Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. 527 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

²⁰⁷ DANTAS, op. cit., p. 286.

²⁰⁸ Ibid., p. 287.

²⁰⁹ Entre os presos, em 1975, estavam Gervásio dos Santos, João Santana Sobrinho e Wellington Manguiera.

²¹⁰ DANTAS, op. cit., p. 285.

²¹¹ Cf. ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 21 out de 2025.

²¹² “Órgão estabelecido no Brasil Império, em 28 de fevereiro de 1838. Em março de 1917, após várias denominações, a corporação é transferida para Aracaju, sendo designada posteriormente, por meio do Decreto nº 15.235/1921, como “28º Batalhão de Caçadores”. O 28º BC é uma unidade do Exército brasileiro responsável por monitorar, coordenar e executar os comandos advindos da 6ª Região Militar, além de atuar, de modo ostensivo, como mantenedor da ordem e da segurança pública” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe). *Op. cit.* p. 79).

²¹³ Cf. DANTAS, op. cit.

A “Cajueiro” se insere em uma série de operações articuladas a partir de investigações que se seguiram à descoberta e quebra das gráficas comunistas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A partir de 1974, quando o PCB se tornou o alvo principal da repressão política, vários dirigentes, em especial os membros do seu Comitê Central, foram presos e/ou mortos. A partir de julho de 1975, ocorreu uma série de prisões no estado da Bahia de pessoas ligadas à Universidade Federal (UFBA), ao MDB e ao PCB. “Operação Acarajé” foi o nome dado a essas ações que tinham por objetivo desarticular, na Bahia, o Comitê Estadual do PCB (ASV/ACE 4229/82, fls. 04). A “Operação Cajueiro” teve o mesmo objetivo e faz parte deste conjunto sequenciado de operações para a neutralização do PCB. Ambas as operações estiveram sob o comando da 6ª Região Militar, tendo à frente o General Adyr Fiuza de Castro.²¹⁴

As prisões tinham por objetivo “documentar o envolvimento dos militantes e montar o processo com acusação de “haverem se articulado para reorganizar, no Estado de Sergipe, o extinto Partido Comunista Brasileiro””.²¹⁵ É fato que houve uma “inteligência” que agiu antes das prisões, investigando os nomes dos principais envolvidos com o PCB no Estado, o que, no entanto, não evitou prisões erradas. Diferente da Operação Gaiola, na qual não houve torturas, a Operação Cajueiro foi extremamente violenta, praticamente todos os prisioneiros foram submetidos às seções de tortura. Sobre isto, Barbosa relembra:

Logo depois que era posta a máscara veneziana, que apertava horivelmente o rosto e fazia com que se perdesse parte da audição e completamente a visão, o preso recebia nos braços algemas-guilhotinas. Estas cortavam os pulsos, pois os presos estavam sentados no chão e tinham de se apoiar nas mãos, necessariamente. Somente o uso das máscaras que feriam o nariz e machucavam os ouvidos, já era uma terrível tortura. Com as mãos presas nas algemas-guilhotinas, não podiam fazer qualquer movimento, pois elas se infiltravam na carne e começavam a destruir a pele dos braços, primeiramente, depois a própria carne. As dores sentidas e a irritação que causava a penetração a cada movimento das algemas, é algo que marcou por toda a vida os que sofreram tais torturas. Depois de libertados, os sobreviventes passaram meses para verem cicatrizadas as feridas no rosto e os profundos ferimentos nos pulsos, o que se tornou o indicativo ou a identidade de todos os que no carnaval de 1976 estiveram em apuros (...) quando chegavam os sequestrados à prisão, negavam-se os fatos, apanhavam e então eram torturados para dizerem o que realmente estava acontecendo em Aracaju, no campo da subversão comunista. Na base do “pau de arara”, todos tinham de falar e dar as informações aos militares, que acreditavam estarem eles esclarecendo, por exemplo, a extensão do movimento das esquerdas em Sergipe e dando o nome de todos os envolvidos.²¹⁶

A Operação Cajueiro representou a reação de parte dos setores militares que relutavam contra a abertura democrática em curso. Em Sergipe, a busca pelos inimigos internos representou o momento mais violento da Tutela Militar no Estado. Em contrapartida, a CEV/SE concluiu que havia uma caracterização exagerada dos

²¹⁴ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “Paulo Barbosa de Araújo” (Sergipe). op cit., p. 192.

²¹⁵ DANTAS, op. cit, p. 289.

²¹⁶ ARAÚJO, op. cit., pp. 247-249.

perseguidos porque os militantes do PCB em Sergipe, bem como os integrantes do Comitê Estadual, apresentavam um baixo nível de organização, além de pobreza de meios materiais.²¹⁷

A representação do inimigo subversivo e ameaçador, todavia, era útil para justificar a operação e legitimar o uso dos mecanismos extralegais de investigação, como a tortura. Ao final da Cajueiro, foram presas vinte e quatro pessoas, além de outras cinco que foram investigadas. Entre presos e investigados, dezenove foram processados criminalmente, embora, mais tarde, tenham sido todos absolvidos.²¹⁸ De acordo com a CEV/SE, isso se deu uma vez que a Justiça Militar reconheceu de que as provas produzidas contra os acusados eram inconclusivas, isto é, foram produzidas fora dos padrões de legalidade e com graves violações aos direitos humanos. Se por um lado, houve a indicação de uma solução conciliadora ao governo do Estado, com a eleição de José Rollemberg. Por outro, Aracaju foi cenário de prisões, espancamentos e torturas. A liberalização, na primeira fase da transição política, não ocorreu sem um intenso controle do processo e com a persistência das forças militares.

A virada para década de 1980 vai ser marcada, por sua vez, por novas esperanças democráticas, com o fim do AI-5, da censura prévia, a lei de anistia e a volta do pluripartidarismo. Sob a presidência de João Batista Figueiredo (1979-1985), que liderou uma segunda fase de transição política, o Brasil viveu seus últimos anos no contexto ditatorial. Em Sergipe, a abertura foi conduzida sob o governo de Augusto do Prado Franco (1979-1982). O chefe do Poder Executivo estadual administrou o processo de transição de maneira centralizadora, dificultando o acesso dos novos atores políticos que emergiam diante da reorganização partidária, mas perante os conflitos sociais não recorreu ao uso da violência.²¹⁹

Diante dessa conjuntura, a população sergipana organizou suas inquietudes, e as demandas há anos resguardadas começaram a ganhar novas perspectivas. O retorno dos valores democráticos possibilitou a organização das minorias sociais em torno de movimentos organizados. Como vimos, o Movimento Homossexual Brasileiro ensaiou os seus passos mais firmes no final da década de 1970, especialmente com uma publicação alternativa e sua articulação com grupos organizados. Dedicamo-nos então a

²¹⁷ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe). Op. cit., p. 193.

²¹⁸ Cf. NUNES, Ronaldo de Jesus. Partido dos Trabalhadores (PT): do núcleo inicial a sua consolidação na política do estado de Sergipe (1976-1987). 2025. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

²¹⁹ DANTAS, op. cit., p. 363.

pensar esse desenvolvimento na capital sergipana sobre a qual a imprensa destacava a força do movimento gay.²²⁰

Em sua quarta edição, em 1978, durante seus primeiros meses de existência, o *Lampião da Esquina*, já noticiava “De Sergipe para o mundo”. Antônio Chrysóstomo relatou que recebeu um jornal alternativo, intitulado *Desacato*, do jornalista sergipano Anselmo Góes o qual na entrega do impresso observou o quão desafiador era produzir o periódico em Sergipe.²²¹ A razão do desafio estava, sobretudo, na circulação de uma entrevista em que se falava livremente a respeito da homossexualidade. Chrysóstomo, diante da leitura, pontuou:

Realmente, sem grande brilho ou profundidade, porém cheio de coragem. João de Barros, o Barrinhos, sob o título “Eu dei. Dou e Darei”, solta o verbo pra valer se encarando e ao seu homossexualismo com total naturalidade, sem medo nem culpa; invisível qualquer necessidade de agredir ou escandalizar. Cronista social do Jornal da Cidade e TV Atalaia, membro da Comissão Estadual de Folclore, relações públicas de empresas particulares, coordenador do concurso de Miss Sergipe, Presidente da Associação Sergipana de Cultura (um sincretismo Cultural vivo, pelo que se vê), o entrevistado diz, por exemplo, sobre o meio em que vive, que “Sociedade (das boas) sem escândalos não é sociedade.”²²²

Certamente o jornal *Desacato* é uma das publicações alternativas que tiveram circulação restrita e não chegaram a ser preservadas posteriormente. Não encontramos pesquisas que se dediquem a investigar suas publicações e sequer tivemos acesso – até o momento – as suas edições. O fato dele ter sido noticiado pelo *Lampião*, contudo, evidencia como o ciclo alternativo foi uma rede de complexa atuação cuja clandestinidade, por vezes, impede sua historicização. De qualquer forma, a posição de Barrinhos, em conceder a entrevista, e do conselho editorial, em publicá-la, demonstram como havia movimentações independentes em Sergipe antes mesmo da chegada de organizações homossexuais.

É certo que as bichas sergipanas já vinham, nos rumos da abertura, dando cada vez mais pinta. A capa do Jornal de Sergipe, em março de 1981, trazia a palavra “gay” em letras maiúsculas ao centro da página. Abaixo as aspas “um movimento muito macho” indicava que o impresso havia promovido um debate no qual foi discutido o local do homossexual na sociedade diante das precariedades que sofriam ao assumir sua

²²⁰ GAZETA DE SERGIPE, nº 6.885, set de 1981, p. 02. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br>. Acesso em: 19 de ago de 2025.

²²¹ CHRYSÓSTOMO, Antônio. *De Sergipe para o mundo*. Lampião da Esquina: Rio de Janeiro, n. 4, mar de 1978, p. 5. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

²²² CHRYSÓSTOMO, Antônio. *De Sergipe para o mundo*. Lampião da Esquina: Rio de Janeiro, n. 4, mar de 1978, p. 5. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

sexualidade. Na mesa estavam reunidos uma professora, uma psicóloga, uma vendedora, um sociólogo e um homossexual, além de um mediador. A matéria intitulada “Movimento Gay: uma luta em busca de um lugar junto a sociedade”, ocupou duas páginas do periódico.²²³

No debate que durou cerca de duas horas, apesar do tom de tolerância entre os convidados, a homossexualidade foi abordada como uma condição anormal e indesejada. O sociólogo Rosemiro, por exemplo, embora reconhecesse os desafios aos quais os gays eram socialmente submetidos, considerava o problema do movimento pequeno frente aos outros problemas nacionais. A discussão, todavia, seguiu na tentativa de compreender qual a melhor estratégia, manifestação e abordagem para a sociedade.

Conforme Lisboa, único homossexual presente, o problema era a maneira como a sociedade enxergava a classe gay e não a própria condição sexual. Quando questionado se gostaria de ser “um indivíduo que faz sexo pelas vias convencionais” e se era um homem feliz, Lisboa é enfático em sua resposta: “não me sinto diferente, hoje eu não me considero uma coisa estranha à sociedade (...) eu não quero ser homem. Hoje eu sou realizado como sou.”²²⁴ A postura de consciência e afirmação em torno da própria sexualidade revela um dos caracteres do movimento homossexual que ia ganhando fôlego naquele período.²²⁵

Darcy Penteado, em fevereiro de 1981, escreve sobre uma viagem ao nordeste e destaca a efervescente cena aracajuana. Sobre Recife, o artista relata sua visita ao Grupo de Atuação Homossexual (GATHO) e o Vivencial Diversiones, núcleos de atuação com diferentes propostas de ativismo, o primeiro mais ligado às ações políticas partidárias enquanto o outro, segundo Penteado, era um grupo artístico. Ao falar sobre a cidade de Maceió²²⁶, no entanto, sai convicto de ser uma cidade que nunca ouviu falar em ativismo sexual. Diferente da capital alagoana, ao tratar de Aracaju ele celebra:

Bem ao contrário, anda fervendo de assumidos e ativistas em embrião, sem falar nos travestis e em algumas minibichas adoráveis – numa agitação geral do nosso jovem e esforçado representante, o Wellington Andrade, que organiza coisas, contrata espetáculos, apresenta pessoas, exige entrevistas, badala, pinta

²²³ *Movimento Gay: uma luta em busca de um lugar junto a sociedade*. Jornal de Sergipe, nº 776, 15 e 16 de março de 1981, pp. 8 - 9. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br>. Acesso em: 19 de ago de 2025.

²²⁴ *Movimento Gay: uma luta em busca de um lugar junto a sociedade*. Jornal de Sergipe, nº 776, 15 e 16 de março de 1981, p 9. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br>. Acesso em: 19 de ago de 2025.

²²⁵ *Movimento Gay: uma luta em busca de um lugar junto a sociedade*. Jornal de Sergipe, nº 776, 15 e 16 de março de 1981, p 9. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br>. Acesso em: 19 de ago de 2025

²²⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre a capital de Alagoas e a presença LGBTQIA+ na imprensa, recomenda-se a leitura de: VERAS, Elias Ferreira; SODÓ, Roberta dos Santos (org.). *In(desejáveis): LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024

e borda. Num encontro organizado por ele para que eu tivesse contato com pessoas, conversou-se durante duas horas sobre sexualidade, repressão, ativismo de grupos, etc. Os sergipanos sem dúvida estão dispostos a levantar bandeiras. Contem conosco: o Lampião está aqui para isso.²²⁷

Entre os ativistas em embrião que Penteado comenta estava o jovem Wellington Andrade. Trabalhando enquanto fotocopiador, ele era o responsável por xerocar e comercializar o *Lampião da Esquina* em Aracaju, chegando a organizar seu lançamento no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS) em 1980. Sua trajetória de militância, no entanto, tem início ainda na década de 1970 quando fundou, junto a um padre, a “Comunidade Católica Homossexual” a qual promovia encontros clandestinos para o acolhimento de pessoas marginalizadas.²²⁸ Sobre a aliança com um líder religioso, Andrade relembra:

Como as Genis do Chico Buarque, os homossexuais mais afetados e cheios de maneirismos não tinham paz. Parece que eram feitos pra apanhar e pra cuspir. Era uma época difícil. Estávamos no final dos anos setenta e nos encontrávamos num bairro de periferia. Mas as criaturas saíam às ruas, me lembro muito bem, lá vinha coiô, vaías e toda sorte de agressões e de humilhações. Xingamentos dos mais diversos. Eu, que vim de um lar cristão e sempre fui revoltado contra as injustiças, me aliei a um sacerdote que abriu as portas da sua casa paroquial, para dar espaço e ministrar aos homossexuais, um conforto espiritual e uma palavra amigas.²²⁹

Apesar de setores mais conservadores continuarem avessos a realidade do país naquele momento, muitos líderes religiosos, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, comprometeram-se com questões sociais e passaram a atuar em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), não só fazendo críticas à ditadura e as violações dos direitos humanos, mas acolhendo a todos indistintamente.²³⁰ D. José Brandão de Castro, arcebispo no município de Propriá, por exemplo, desenvolvia seu trabalho pastoral respaldando as reivindicações de minorias sociais.²³¹ Para Andrade, enquanto secretário da Comunidade Católica Homossexual na década de 1970, o trabalho de acolhimento de travestis e homossexuais foi fundamental como ponto de partida para o seu trabalho político. Nessa conjuntura, Max Wesley Cardoso afirma que:

²²⁷ PENTEADO, Darcy. *Veredas Tropicais*. Lampião da Esquina: Rio de Janeiro, n. 33, fev de 1981, p.3. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

²²⁸ Itinerário do presidente de honra do movimento. In: Melo, Marcos Ribeiro de. Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013. São Cristóvão, 2013, p. 89.

²²⁹ Entrevista concedida a Marcellus Bragg em 2005. In: MELO, 2013, p. 21.

²³⁰ Cf. SILVA, Rosana Oliveira. Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

²³¹ DANTAS, op. cit., p. 339.

Não sendo elevada à categoria de movimento homossexual, ainda assim a comunidade católica homossexual foi uma estrutura de oportunidades que surgiu por baixo dos panos da Igreja Católica e serviu para uma sutil organização de homossexuais que também serviu para um ganho de experiência de práticas organizativas para Wellington Gomes, que, percebendo o poder da sua rede de relações, vai fazer da prática de conexões com vários agentes uma estrutura de oportunidades para o desenvolvimento e a institucionalização do Movimento Homossexual em Sergipe, sendo o jornal *Lampião da Esquina* e o *Somos* essas conexões iniciais que são utilizadas para a fundação do Grupo Dialogay de Sergipe.²³²

A fundação do Dialogay é envolta de contradições e de diferentes narrativas. A disputa em torno dessa memória é latente, visível e intensificada pela escassez de investigações históricas que deem conta do enquadramento dessas memórias. Essas questões serão discutidas mais à frente, em nosso terceiro capítulo. Aqui buscaremos traçar os principais aspectos de sua formação enquanto um grupo organizado frente ao Movimento Homossexual Sergipano e as principais atividades desenvolvidas.

Em uma carta ao *Somos*, ao solicitar endereços de outros grupos no Norte e no Nordeste, o ativista Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia (GGB) informou que iria em comitiva à Aracaju contatar as bichas sergipanas.²³³ Posteriormente, em um boletim do GGB, é ressaltada a sua passagem por Aracaju e o estímulo para a criação de um grupo organizado.²³⁴ De acordo com a versão de um dos fundadores, a presença de seu nome no *Lampião*, como responsável por suas vendas na região, resultou no contato com Mott que estimulou a criação de um grupo organizado.²³⁵ Assim, a reunião de um grupo de amigos, frequentadores dos pontos de homossociabilidade em Aracaju - como a Praça Fausto Cardoso, a Soverteria Yara, a Praia de Aruana e a Praia da Atalaia Nova – deu origem ao Grupo Dialogay de Sergipe, em 14 de março de 1981, tendo como presidente Wellington Andrade.²³⁶

Em abril de 1981, entre as suas primeiras atividades, o Dialogay participou do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), na cidade de Olinda, em Pernambuco. O encontro reuniu os grupos: GATHO, de Olinda, o GGB, de

²³² CARDOSO, op. cit., p. 43.

²³³ MOTT, Luiz. Carta enviada ao *Somos*, 23 de fev de 1981. Fundo documental do grupo *Somos* do AEL/UNICAMP. In: MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. O 'assumir' na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do *Somos* (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). Revista de História Regional, 2017.

²³⁴ MOTT, Luiz. *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011. Boletim, nº1, ago de 1981, p.12.

²³⁵ MELO, op. cit., pp. 80-81.

²³⁶ Cf. Ibid.

Salvador, e o Nós Também, de João Pessoa. Naquele momento foram discutidas questões relativas ao movimento na região nordeste, buscando articular ações intergrupais e editar uma revista sobre o movimento homossexual nordestino, a *Bichana*, além de promover debates e palestras.²³⁷ Aparentemente, a revista nunca chegou a ser lançada, certamente devido ao arrefecimento daquelas movimentações nos anos seguintes.

Entre as decisões tomadas no I EGHON estavam a de fortalecer a relação com outros movimentos sociais - o feminista, o negro e o indígena -, além de decidirem pela autonomia de cada grupo nordestino em relação à aproximação com partidos políticos. Os efeitos da ida do Dialogay à Olinda, representados pelo seu presidente, são visíveis no processo de consolidação do grupo. Ao voltar do evento, no entanto, Andrade escreveu uma carta para o conselho editorial do *Lampião* e confessou as dificuldades enfrentadas:

Ainda estou quebrando a cabeça para conscientizar todo este pessoal, e leva-lo para a Reunião, porque antes do encontro de homossexuais que teve em Recife, era lá em casa, mais depois que eu voltei, voltei mais consciente que este trabalho é sério, e eu arranjei um bom local especial, cedido por um grande Deputado Estadual, muito querido de todos daqui, é uma grande pena que eu não posso revelar o nome dele, só depois, e esta reunião é no Edifício Jangada, aptº 905, 9º andar, centro, muito boa sala.²³⁸

A identidade política do homossexual, como vimos, foi tema de grandes conflitos dentro do Movimento Homossexual Brasileiro, sobretudo na rivalidade com os grupos da esquerda revolucionária. A aproximação com os partidos políticos entre os grupos do Nordeste, no entanto, foi uma questão legada à decisão de cada núcleo. A partir do relato de Andrade, é evidente o apoio de um Deputado Estadual cujo nome e partido não temos notícia, mas cuja ação nos aponta uma reflexão importante.

Apesar da existência do PCB em Sergipe, e da sua presença ter desencadeado a Operação Cajueiro, não houve em Aracaju a articulação de um movimento de esquerda tão intenso. O discurso reformista e antiautoritário aparece, mesmo antes do golpe, nas ações de resistência, mas não há um discurso revolucionário em torno das disputas do movimento homossexual no Estado, como aconteceu em São Paulo com a Convergência Socialista. Apesar da influência do PCB, a força ideológica das esquerdas sergipanas parecia difusa e conciliadora entre grupos minoritários.

²³⁷ FUNDO SOMOS. I Encontro de Grupos Organizados Homossexuais do Nordeste. PI D.003 DOC. 010, abr de 1981. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²³⁸ ANDRADE, WELLINGTON. Carta do Dialogay enviada ao jornal *Lampião da Esquina*. Disponível no arquivo morto do Dialogay localizado na Astra - Direitos Humanos e Cidadania LGBT na cidade de Aracaju. In: CARDOSO, 2021.

O GDS, por sua vez, não se opunha à ligação com partidos políticos, recebendo do um Deputado Estadual o espaço para as reuniões. Certamente essa postura, além de ser uma tendência após a decisão no EGHON pela autonomia de cada núcleo, também se deu pelo fato de que o próprio presidente do GDS tinha alianças com o Partido dos Trabalhadores (PT), estando presente em sua fundação no estado.²³⁹ Ademais, o anonimato do deputado chama atenção, a escolha pela discricção era uma defesa pois um candidato assumidamente apoiador de um grupo gay colocaria à prova seu próprio cargo, além de arriscar seu quociente eleitoral em futuras eleições.

Em um documento de abril de 1981, o GGB orientava como organizar um grupo gay. Para eles, era preciso socializar as experiências formativas e militar por um Movimento Homossexual. Em sua carta aberta, definiam três finalidades para um grupo gay: assumir publicamente a sexualidade, conscientizar e organizar o maior número de homossexuais em torno das demandas do grupo e denunciar as discriminações as quais eram submetidos.²⁴⁰ Sob a afirmação “é legal ser homossexual” esclareciam, “cada grupo tem sua história, sua organização e atuação. Mas todos temos como meta prioritária lutar pela liberdade homossexual, defender nossos direitos e viver como pessoas livres, nunca mais como doentes mentais”.²⁴¹

O texto “Como organizar um grupo gay” foi uma importante diretriz para a estrutura do Dialogay. Em seu convite para comemorar o Dia Internacional do Orgulho Gay, no dia 28 de junho de 1981, havia um trecho do texto escrito pelo GGB. Sob o lema “Gay unido é guei alerta e livre”, o convite anunciava que o encontro comemorativo aconteceria no Ginásio Constâncio Vieira.²⁴² O evento contaria com a eleição do casal gay mais caipira em uma noite intitulada “Forró Xe-Guei” cujo prêmio levaria uma assinatura anual do Lampião.²⁴³ O convite foi encerrado com agradecimentos pelo apoio ao movimento homossexual em Sergipe e eram destinados não só aos grupos GATHO

²³⁹ Cf. MELO, op. cit.

²⁴⁰ FUNDO SOMOS. *Convite do Grupo Dialogay de Sergipe*, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁴¹ FUNDO SOMOS. *Como organizar um grupo gay*. SOMOS PI D.003 DOC 008, 1981. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁴² FUNDO SOMOS. *Convite do Grupo Dialogay de Sergipe*, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁴³ Carta do Dialogay enviada a Almir do grupo Gatho de Pernambuco em 24 de maio de 1981. Disponível no arquivo morto do Dialogay localizado na Astra - Direitos Humanos e Cidadania LGBT na cidade de Aracaju. In: CARDOSO, Max Wesley Santos. *Por uma história do movimento homossexual em Sergipe: a comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do grupo Dialogay (1981-1983)*. 2021.

(PE), GGB (BA) e o SOMOS (SP), mas também a imprensa sergipana.

Figura 1- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 2, 1981.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

Figura 2- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 2, 1981.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

Ainda em seus primeiros passos, em julho de 1981, o Dialogay participou da 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com organizações de todo o país, o MH manifestava a insatisfação diante do discurso médico que condenava práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo e as referia como doença. O GGB, ainda em 1980, escreveu uma carta aberta na qual pedia, durante a 32ª reunião, que no encontro seguinte houvesse uma mesa na qual se discutisse o tema.²⁴⁴ A partir disso, no evento seguinte, foi feito um ato público que reuniu mais de mil pessoas, a “barraca gay” não só recolheu desde assinaturas contra o código de saúde do INAMPS, para o qual a homossexualidade era uma doença, como também promoveu debates sobre sexualidade e perfurou orelhas de homens, manifestando esteticamente um apelo gay.²⁴⁵

Antes da ida ao SPBC, o GDS encaminhou ofícios ao então governador do Estado de Sergipe, Augusto Franco, ao prefeito de Aracaju, Heráclito Rollemberg, e a um proprietário do Café Sul-americano, identificado como Paulo. Na documentação solicitavam a colaboração com medicações, alimentos e roupas de cama, entre outros itens, a serem doados para a obra de caridade da Irmã Dulce.²⁴⁶ Destacando, assim, o caráter filantrópico do grupo que tinha, desde sua origem, o objetivo de angariar fundos em filantropia e ajudar homossexuais que viviam em bairros periféricos da cidade.²⁴⁷

O Dialogay, naquele mesmo ano, também foi eleito para a organização do I Encontro das Minorias, que ocorreria no X Festival de Artes de São Cristóvão (FASC). Apesar do informativo de que foram eleitos unanimemente para organizar o evento, no terceiro boletim revelam apenas que o encontro “por problemas superiores não houve”.²⁴⁸ É possível aferir, a partir da presença de um cartaz de divulgação do X FASC, presente no fundo de documentação do SOMOS, que houve por parte do Dialogay um trabalho de convocação e apesar dos “problemas superiores” alegados, ativistas de outras regiões estiveram presentes. Embora as razões do infortúnio não sejam esclarecidas,

²⁴⁴ FUNDO SOMOS. Carta aberta do Grupo Gay da Bahia aos cientistas e universitários e a população em geral por ocasião da 32ª reunião anual da S.B.P.C. SOMOS PI D.0003 DOC.003, julho de 1980. FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 3, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁴⁵ MOTT, op. cit., pp - 14 e 15.

²⁴⁶ Ofício nº 012, nº 014 e nº 015 de 30 de junho de 1981. Disponível no arquivo morto do Dialogay localizado na Astra - Direitos Humanos e Cidadania LGBT na cidade de Aracaju. In: CARDOSO, 2021, p. 107-109.

²⁴⁷ MELO, op. cit., p. 80.

²⁴⁸ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 03, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

De 23 a 25 de outubro de 1981 realizou-se em Sergipe o X Festival de Artes. O Dialogay convidou a todos os grupos, tendo inclusive alugado uma casa para abrigar os ativistas. Estiveram representantes do GGB, Aquarius, Nós Também, Gathó. Armou-se uma barraca gay para a venda de material bibliográfico. O pretendido ato público (passeata) não se realizou depois que os ativistas dos outros estados fizeram ver aos anfitriões que não havia clima para essas manifestações. Vai e apupos, (“churria”), sim, as bichas levaram pra valer. Entre mortos e feridos, todas se salvaram. Valeu a experiência.²⁴⁹

O grupo, no entanto, resistia e próximos a comemorar do seu primeiro ano de existência trocava correspondências com grupos nacionais e internacionais. De acordo com os registros, a partir do intercâmbio era possível a comunicação com grupos da Dinamarca, da Venezuela e dos Estados Unidos da América.²⁵⁰ Em 22 de julho de 1981, por exemplo, ocorreu uma palestra sobre sexualidade com Rosely Roth, percursora na luta pelo direito das mulheres lésbicas e membro do Grupo de Ação Lésbico Feminista (SP).²⁵¹ O intercâmbio com outros países, por sua vez, se deu na recepção do professor e médico holandês Tijerk Van Den Berg.

A visita de Berg ao Brasil foi noticiada pelo *Jornal da Bahia*, em 11 de setembro de 1981.²⁵² O membro da *Associação de Homens e Mulheres Homossexuais da Dinamarca (Forbundet-48)*, estava no Brasil visitando os grupos gays do país e em contato com ativistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe.²⁵³ A convite do GDS, o médico deu uma palestra em Aracaju, no auditório do Centro de Turismo, intitulada “Movimento da Minoria Internacional”.²⁵⁴ A visita de Berg escancarou a indiferença que o governo brasileiro tinha com o movimento; a força e respeitabilidade que os ativistas gays tinham nos países nórdicos contrastava com a farta repressão da política sexual no país.

Outra importante atividade do GDS era a troca de correspondências. Cartas circulares, ofícios, jornais, revistas e boletins faziam parte da comunicação entre as organizações, a troca era uma forma de manter o Movimento Homossexual informado de

²⁴⁹ MOTT, 2011, p. 29.

²⁵⁰ FUNDO SOMOS. *Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe*, n. 02, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁵¹ FUNDO SOMOS. *Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe*, n. 03, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁵² FUNDO SOMOS. *Os gays buscando espaços*. PI D.00 DOC. 258, 11 de set de 1981. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁵³ Cf. Boletim do Grupo Gay da Bahia. In: MOTT, 2011.

²⁵⁴ Gazeta de Sergipe. Palestra Gay. Aracaju, 15 de setembro de 1981, nº 6.886, p.3. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

como ocorria seu desenvolvimento nas mais diversas regiões do país e articular ações conjuntas.

O Boletim Informativo do Dialogay, nesse sentido, nasce cerca de seis meses depois da criação do grupo. As circulares cumpriram um importante papel na divulgação de discussões sobre sexualidade, notícias sobre o movimento nacional e as próprias atividades locais. A princípio, com poucas folhas, tinham finalidade mais informativa. Impressos em preto e branco, eram produzidos em máquinas de datilografar e tinham um caráter amador. Pressupomos que devido ao custo de produção, o boletim tinha baixo volume de produção e não chegava a ser tão popular, ficando restrito aos seus integrantes e a comunicação intergrupual.

A partir da sua terceira edição, o boletim cresce em páginas – embora mantenha as mesmas limitações produtivas e tenha uma regularidade mais ou menos semestral. Surgem novas seções, como o horóscopo, no qual com uma linguagem própria aconselhavam os leitores, e o troca-troca, espaço para troca de correspondências e flertes entre o público. O novo caráter do boletim se assemelhava em muito a dinâmica editorial do Lampião; a partir 1982, certamente, houve uma tentativa de honrar o legado do alternativo que havia se apagado. Em uma composição editorial limitada, no entanto, os boletins eram preenchidos por textos assinados por outras organizações e detinham poucas passagens autorais.

Figura 3 - Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 3, 1981.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

Figura 4 - Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 4, 1982.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

Sobre o Movimento Homossexual Sergipano (MHS), Ivo A. S. sublinhava a importância de lutar contra os que classificavam a homossexualidade como anormal, bem como compreender que a repressão não atingia somente os gays e, portanto, deveria haver união entre os diversos grupos minoritários.²⁵⁵ Para o Dialogay, entre os objetivos da luta também estava a conquista de maiores espaços e direitos. A partir da união entre os homossexuais, propunham derrubar as barreiras dos preconceitos e discriminações que impediam o avanço por melhores condições de vida e trabalho.²⁵⁶ Havia também uma preocupação com a “luta pela igualdade e liberdade de todos os oprimidos” que é evidente na assinatura da “moção de solidariedade aos índios do Brasil”.²⁵⁷

A luta do Dialogay, naquele momento, estava em consonância com o Movimento Nacional e passava, sobretudo, pela afirmação homossexual. Um jornalista, ao saber da participação dos seus membros no 34º SBPC, publicou uma nota afirmando que o seminário seria “avacalhado em decorrência da pretensão maciça dos gays de Sergipe em

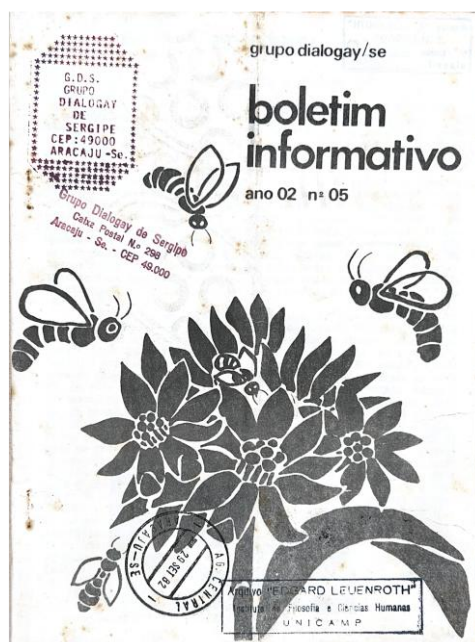
²⁵⁵ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 02, B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁵⁶ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 02, B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁵⁷ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 03, B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

participar”.²⁵⁸ Conscientizar sobre a diversidade sexual, fortalecer as identidades não normativas e politiza-las por meio de um movimento organizado eram, sem dúvidas, as principais agendas do dia.

Figura 5- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 5, 1982.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

Figura 6- Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 6, 1982.

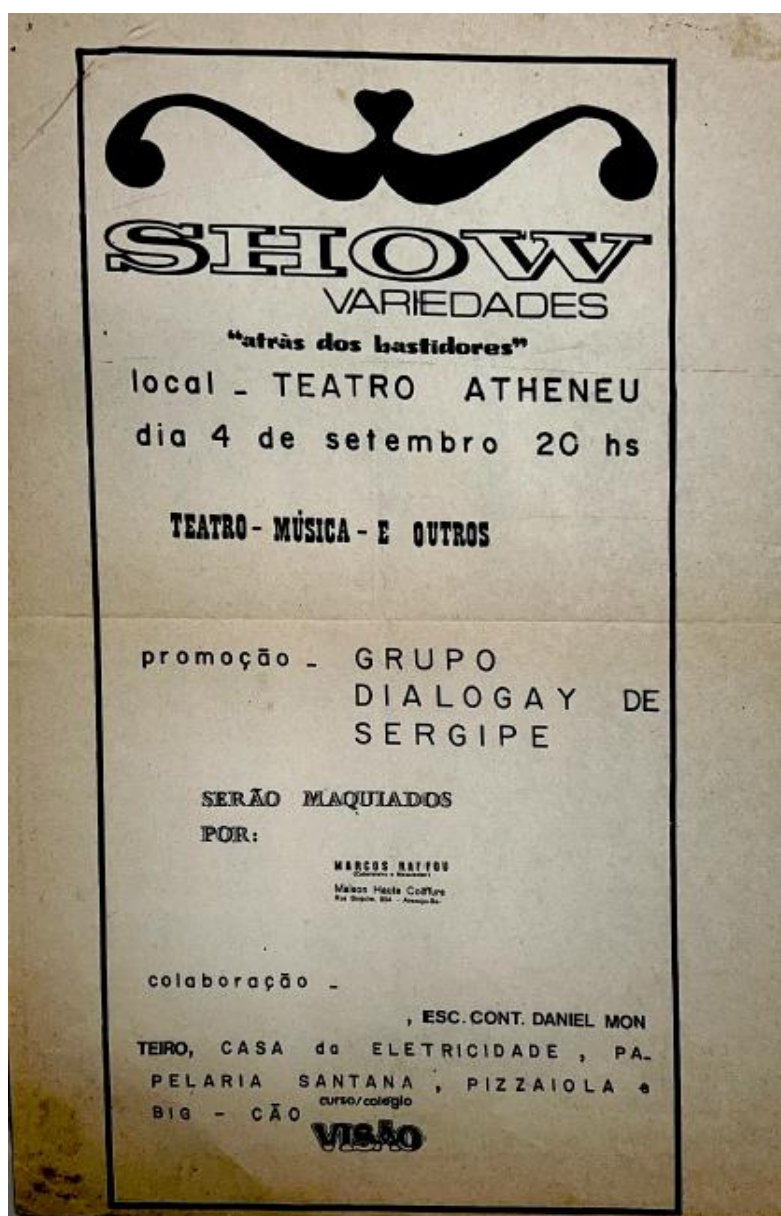


Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

²⁵⁸ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 04. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

A *práxis* do grupo também estava na movimentação da cena homoafetiva de Aracaju. Os aspectos comportamentais eram importantes formas de manifestação, questionamento e resistência homossexual. O GDS, por isso, agitava a cena homoafetiva na cidade a partir da promoção de concursos, shows, peças de teatro e festas. Os eventos ocorriam com o apoio de artistas e casas comerciais, como o espetáculo *Variedades* - um show de teatro, música, piadas e dublagens com artistas da terra”.²⁵⁹

Figura 7– Cartaz do show “Variedades”



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

²⁵⁹ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 02. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

Esses eventos ampliavam os pontos de encontro do gueto homossexual aracajuano o qual era constituído por praças públicas, bares e cinemas onde ocorriam “pegações e livre desmunhecação”.²⁶⁰ A exemplo do *Pleguei*, localizado na Praia de Atalaia, o primeiro bar assumidamente gay de Aracaju. Além de palco para o show de travestis, o bar também foi altar para o casamento entre Cláudio e Martins o qual, segundo boletim do GDS, foi o terceiro casamento gay realizado na capital.²⁶¹ Aquele momento, a despeito das movimentações que vinham ocorrendo no gueto, assumir-se ainda era um problema. O casamento no *Pleguei* é um caso raro pois apesar dessa liberdade, vivida no gueto, não há como perder de vista que esses eventos eram organizados de maneira clandestina, geralmente em locais reservados, distantes e frequentados sob sigilo.

Figura 8– Contracapa do Boletim do Dialogay de Sergipe, nº 5, 1982.



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

²⁶⁰ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 4. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁶¹ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 05. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

Aquele momento, a despeito das movimentações que vinham ocorrendo no gueto, assumir-se ainda era um problema. O segundo boletim informativo do GDS afirmava que o grupo contava, naquele momento, com apenas sete componentes e estendia o convite aos demais interessados, reforçando desde o seu início a dificuldade de cooperação. Não era fácil integrar a participação nas reuniões e, sobretudo, em manifestações públicas visto que a homoafetividade era vivida, de maneira geral, em espaços reservados.

Em uma nota de repúdio, o GDS, expressou indignação com os próprios homossexuais em razão das críticas e deboches que sofriam pelo trabalho desenvolvido e a indiferença com a luta.²⁶² A repressão familiar, religiosa, laboral e policial, no entanto, contribuía para uma baixa politização, afirmar-se era sempre um risco. Além disso, havia o desafio de engajar na luta política uma juventude que havia crescido sob o autoritarismo e tinha pouca maturidade no exercício democrático.

Por volta de abril de 1982, é registrado que o GDS estava reduzido somente a figura de seu presidente e o MHB, de um modo geral, não chegava a uma centena de membros efetivos e atuantes.²⁶³ De acordo com o GGB, dos vinte e dois grupos funcionando, em 1980, restaram apenas oito de 1982 – por volta do início do segundo.²⁶⁴ Contornar uma luta política definitivamente não era uma tarefa fácil ao MHS. Em um cenário de desintegração das associações homossexuais, além da dificuldade de encontrar novos integrantes e as críticas sofridas dentro da própria comunidade, havia também o problema da manutenção financeira. Nos boletins era recorrente a solicitação de selos dos correios, para ajudar nas despesas com as correspondências, e ajuda financeira para construção de uma sede própria e um pequeno centro cultural.

A despeito das dificuldades, as bichas sergipanas insistiam. Em dezembro de 1982, ocorreu um ciclo de conferências que durou três dias, na Associação Sergipana de Imprensa. Foram temas de palestra “História e Antropologia do Homossexualismo”, “A comunicação e o Homossexualismo” e “Os Partidos Políticos e os Homossexuais”. Com as exposições “Arte Postal Gay” e “Imprensa Internacional Gay”, o evento contou com a presença de cento e cinquenta participantes, além da imprensa, TV e rádio, responsáveis pela cobertura e até transmissão de parte dos discursos.²⁶⁵

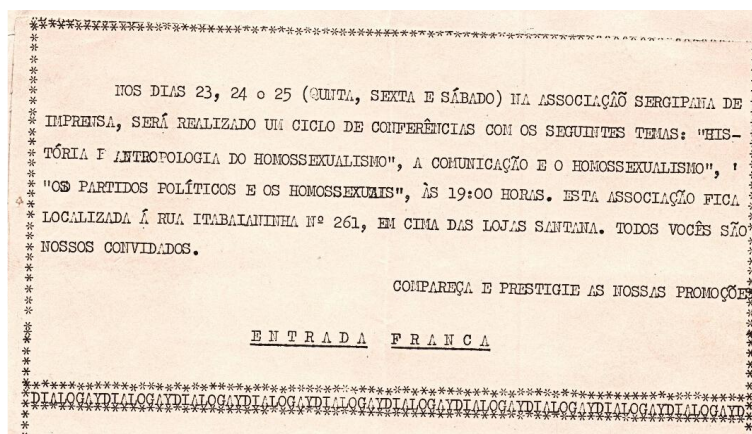
²⁶² FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

²⁶³ MOTT, op. cit., p. 49.

²⁶⁴ Ibid. p. 71.

²⁶⁵ Ibid, p. 82.

Figura 9 - Convite para o Ciclo de Conferências na Associação Sergipana de Imprensa.



Fonte: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott CEDOC LGBTI+, 1982.

Enquanto as duas primeiras palestras foram proferidas pelo professor Luiz Mott, a segunda aconteceu a partir do convite enviado aos representantes de todos os partidos políticos de Sergipe para debaterem como viam os homossexuais. Portanto o objetivo da realização das conferências era “mostrar as propostas e os pontos de vista dos Partidos Políticos com relação aos homossexuais e conscientizar o público em geral os problemas e o papel dos mesmos na sociedade”.²⁶⁶ A ação animou os ativistas do Dialogay que enxergavam na aproximação com os partidos, a partir da participação de militantes e candidatos nos debates, uma maneira de fortalecer o movimento, apesar da crise geral.

Às vésperas da comemoração do seu segundo ano, o GDS escreveu “temos certeza que não vamos parar, vamos avante que venceremos estas barreiras que surgem contra todas as minorias, porque unidos venceremos, levantaremos a nossa bandeira para uma total libertação sexual”.²⁶⁷ A força do movimento gay em Aracaju, todavia, perdia força. O Boletim do GGB, em junho de 1983, lamentou o desaparecimento de mais um grupo, uma circular de Wellington Andrade informava que o Dialogay havia se extinguido pela falta de ativistas.²⁶⁸

O primeiro ciclo do Grupo Dialogay de Sergipe pode ser compreendido entre a sua fundação, em 1981, e sua primeira desapareição, 1983. Apesar disso, o grupo não se

²⁶⁶Dialogay promove ciclo de conferências. Fundo Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 19 jul 2025.

²⁶⁷ MOTT, op. cit., p. 113.

²⁶⁸ Ibid., p. 134.

extingue e ganha novo fôlego nos anos seguintes. De qualquer forma, esse primeiro ciclo do GDS e a sua decadência, compõem um quadro do cenário nacional, onde em todo o país os grupos começaram a se desarticular. Diferente, no entanto, do caso do SOMOS, cujas divisões foram realizadas em razão de diferenças ideológicas, a experiência do GDS não revelou, internamente, grandes debates ideológicos sobre os caminhos da militância. Posição que certamente foi reforçada tanto pela pequena parcela de membros quanto pelo distanciamento das ideologias revolucionárias dos anos 1960. O grupo tinha apreço por partidos políticos, como o PT e não fazia aversão ao partidarismo. Houve, é claro, contradições e divisões internas, que levaram ao desmonte de 1983, mas que estavam mais atidas as questões administrativas.

A organização sergipana era modesta e teve em Wellington Andrade uma importante liderança. Apesar de uma clara movimentação homossexual na cidade, as manifestações políticas eram reservadas a um grupo pequeno de indivíduos. A homofobia repelia a participação política visto que essa exposição poderia levar a desintegração dos laços sociais desses indivíduos. A partir dos boletins, não ficam clara quais as demandas específicas da população sergipana em relação à repressão da política sexual na cidade de Aracaju. Nesse sentido, como a principal conexão do Dialogay se dava com o GGB, o grupo baiano influenciava boa parte da agenda política do MHS e representou uma importante articulação para sua sobrevivência. Luiz Mott ajudou não só contribuindo financeiramente, como também na promoção de eventos em parceria.

Embora os livros de ata da instituição apresentem, segundo Melo, uma lacuna no período de 1983-1985, o Dialogay retoma suas atividades nos anos posteriores.²⁶⁹ Em momento no qual o discurso médico, que criou a homossexualidade, voltava à tona e o prazer se tornava risco de vida. A associação do HIV/AIDS, durante sua epidemia, com práticas sexuais homoafetivas configurou um novo cenário de discriminações. No final dos anos 1980, Sergipe viveu um estranho fenômeno migratório, alguns indivíduos da comunidade homossexual que haviam se mudado para tentar a vida nos grandes centros urbanos, voltavam para morrer em casa.²⁷⁰ A doença, ainda desconhecida e fatal, se espalhava. Coube ao Dialogay ensaiar novas estratégias de reorganização para enfrentar o próximo capítulo da política sexual nas terras sergipanas.

²⁶⁹ MELO, op. cit, p.96.

²⁷⁰ REZENDE JUNIOR, José. *A peleja do Doutor Camisinha contra a aids e o preconceito*. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/blogvidas/>. Acesso em 13 de julho de 2010. In: MELO, 2013.

3 - DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES MASCULINAS EM ARACAJU: FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS

“Para todas que conseguiram envelhecer. E para aquelas que foram dançar em outras boates”

– Euler Lopes, 2024.

3.1 – A “virada testemunhal” e os caminhos possíveis para Arquivos LGBT+

Nos materiais produzidos pelos grupos homossexuais organizados é constante a preocupação com a memória. Os boletins do Grupo Gay da Bahia (GGB) solicitavam, assim, aos seus leitores, que enviassem todo tipo de material relacionado às homossexualidades. Para o GGB, era preciso salvaguardar a “memória gay” pois havia um “complô do silêncio e de destruição” a tudo que se referia aos homossexuais naquele momento.²⁷¹

A mesma preocupação também é aparente nas publicações do jornal *Lampião da Esquina*.²⁷² O conselho editorial pedia a colaboração dos leitores para que enviassem matérias sobre homossexualidades, publicadas em jornais e revistas, a sua caixa postal. A solicitação tinha como intenção organizar uma “memória guei” para que todo aquele material não se perdesse no tempo e no espaço.²⁷³ Havia, portanto, uma consciência sobre a importância do registro e da manutenção das memórias daquele grupo, sobretudo em razão dos silenciamentos aos quais eram submetidos cotidianamente frente à política sexual.

Essa preocupação se dava não só em torno do reconhecimento de um passado silenciado, mas também do próprio caminho que se desenhava no presente. O GGB, por isso, alertava “queremos coletar fotos de gays do passado e do presente” a fim de construir o “Arquivo do GGB”.²⁷⁴ A ideia de um “arquivo gay” surge da consciência não só da importância de resguardar o passado, mas também de enfrentar a destruição a qual aquelas

²⁷¹ MOTT, Luiz (org.). *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora GGB / Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p. 124.

²⁷² As edições do jornal costumavam trazer um pequeno editorial intitulado “memória guei” onde solicitavam o envio de materiais sobre a temática.

²⁷³ Memória Guei. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, n. 26, julho de 1980, p. 16. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br>. Acesso em: 25 de set 2025.

²⁷⁴ MOTT, 2011, p. 124.

memórias tendiam a ser submetidas. Assim, contra a “moral e o bons costumes” que guiavam as políticas sexuais, as experiências no gueto, na imprensa alternativa e nos grupos organizados produziam discursos em primeira pessoa no qual o homossexual não era mero objeto sobre o qual se falava, mas o próprio interlocutor.

Philippe Artières (1998), ao analisar práticas de arquivamento da própria vida, por meio de cartas, diários, correspondências, entre outros papéis, destaca que no processo de arquivamento do eu há sempre uma intenção autobiográfica. Assim, “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.²⁷⁵

A preservação dos arquivos, portanto, passa inevitavelmente pela conservação da identidade dos indivíduos, ao pensar a prática dos “arquivos gays”, podemos identificar uma intenção coletivo biográfica, uma prática de arquivamento do nós. Uma tentativa de preservar as memórias que constituem a história daquela identidade sexual, a partir da sua própria linguagem e autopercepção e, sobretudo, o enfrentamento as representações estigmatizadas produzidas em razão da predominância da política sexual. Se não há um “passado gay” essa categoria tende a ser mais facilmente disputada, pois é ele, em certa medida, que nos oferece legitimidade para existir no presente.

Apesar das preocupações sublinhadas pelos grupos gays, a realidade ainda hoje insiste no esquecimento. Boa parte dos documentos produzidos por grupos minoritários não estão presentes nos acervos dos grandes arquivos. Não porque esses documentos não existam, mas em razão de suas localizações serem dispersas, compondo acervos sem catalogação, em condições de conservação inadequada e/ou inacessíveis. Além disso, a maioria dos grandes arquivos não estão interessados no manejo dessas documentações. Se “arquivar é escolher preservar”²⁷⁶, é evidente como para alguns sujeitos históricos, como destino pretendido, está o esquecimento.

É fato, como vimos, que as memórias de grupos dominados tendem a ser silenciadas em nossa sociedade. Não à toa, Jacques Le Goff (1990) argumenta: “...tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações

²⁷⁵ ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9–34, 1998, p. 11.

²⁷⁶ ARTIÈRES, Philippe; BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. *Arquivos: relações de poder e sensibilidades*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 16, n. 42, 2024, p. 7.

das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.²⁷⁷

Contrariando os “senhores da memória e do esquecimento”, isto é, as classes dominantes que gerenciam desde as políticas de arquivamento às produções intelectuais hegemônicas, é possível construir uma memória dos sujeitos históricos “dominados”. Nesse contexto, ao pensar a política sexual na ditadura civil militar, o testemunho emerge como alternativa uma vez que “...deve ser pensado como um modo poderoso de ruptura dos biombos de esquecimento, das falsas imagens que bloqueiam a inscrição na memória coletiva da sociedade do real teor de violência daquele período”.²⁷⁸

A memória, de acordo com Michael Pollak, é um fenômeno coletivo, submetido a seleções e descartes, cuja organização se dá em função das preocupações pessoais e políticas de determinado grupo.²⁷⁹ Para o autor, por meio da memória tanto é possível salvaguardar sentimentos de pertencimento quanto definir fronteiras sociais.²⁸⁰ Quanto aos usos da memória, em sua manutenção ou silenciamento, ela está em constante disputa porque é um produto fundamental para a interpretação do passado, memórias sobre homossexualidades assim são importantes, por exemplo, na medida em que possibilitam novas perspectivas sobre os acontecimentos da “abertura” e distensão política.

As memórias, por sua vez, demandam um trabalho de “enquadramento”. Ou seja, a produção de um discurso organizado em torno dos acontecimentos, trabalho para o qual é fundamental o ofício do historiador.²⁸¹ Não obstante, Beatriz Sarlo propõe que, ao recorrer ao uso da memória, é necessária atenção crítica pois o testemunho é revestido de uma intensa subjetividade, ordenado em um pressuposto de totalidade e dotado de uma hegemonia moral que, se não problematizada, induz a uma relação incompatível com a produção historiográfica.²⁸² De tal modo, “...no plano dos conteúdos, mede-se [...] não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou

²⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 427, grifo nosso.

²⁷⁸ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022, p. 187.

²⁷⁹ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

²⁸⁰ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

²⁸¹ Ibid., 1989, p. 9.

²⁸² Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.²⁸³

Podemos inferir, por conseguinte, que a memória é parte constituinte do sentimento de identidade. Na medida em que é um fator importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.²⁸⁴ Ao nos referirmos às homossexualidades, no período de emergência da atuação de suas organizações, o sentimento de identidade social daquele grupo ganhava novos contornos que conduziam a uma saída do gueto para a ação política. Ademais, a memorização é importante pois está intimamente ligada à produção da consciência histórica, isto é, a forma da consciência temporal humana, na qual a experiência do passado enquanto história é interpretada para o presente²⁸⁵.

Diante do exposto, destacamos a importância da “virada testemunhal”. A isso, referimos “...as novas sensibilidades desenvolvidas [...] em que o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias”.²⁸⁶ Para Seligmann-Silva, os testemunhos sobre a ditadura civil-militar no Brasil estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” que não conseguimos até agora desmontar. Diante disso, segundo o autor, o testemunho é justamente um elemento de sobrevivência às políticas de memoricídio em sociedades latino-americanas no pós-ditadura.²⁸⁷

Ao se tratar da memória de indivíduos dissidentes em gêneros ou sexualidades é preciso levar em consideração algumas precauções, tanto na produção dos testemunhos quanto em sua instrumentalidade. Em primeiro lugar, a sexualidade é um elemento que, em nossas sociedades, se constitui como elemento de distinção. Em se tratando de sexualidades não normativas, os discursos sobre elas são construídos em espaços clandestinos, circunscritos e codificados.²⁸⁸ Acessá-los, portanto, requer lidar com as barreiras construídas entre esses indivíduos que, muitas vezes, levam seu passado à completa discrição ou sequer o revelam, operando a manutenção do silêncio. Isso porque

²⁸³ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, pp. 7 - 8, grifo do autor.

²⁸⁴ POLLAK, op. cit., p. 5.

²⁸⁵ RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 98.

²⁸⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022, p. 31.

²⁸⁷ Cf. Ibid.

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024.

as marcas conservadoras constroem muros que barram a construção de outras memórias, além de dificultar a inscrição de outras narrativas e a produção de novas subjetividades.²⁸⁹

O não-dito, contudo, é em certa medida um procedimento de salvaguarda da própria memória biográfica que se desassocia do gueto homossexual por motivos diversos, mas que desembocam sempre na fuga da discriminação. Menos do que buscar os testemunhos que se ocultam nessas lacunas, é importante interrogar o não-dito e enfrentar o silêncio como questão. O porquê não se diz? Quais os mecanismos agem em razão dos silêncios?

O trabalho com testemunho oral requer enfrentar a resistência dos entrevistados. Muitas vezes, a testemunha lida não com a pura rememoração, compreendo as lembranças e como essas sobrevivem em suas memórias, mas com um discurso antecedente, que foi elaborado na tentativa de organizar o seu passado e valorizar sua trajetória. O testemunho é, assim, uma moradia para o discurso sobre o passado sobre o qual o historiador lida não com os monumentos, mas suas ruínas. Seu ofício, portanto, requer a capacidade de perscrutar o discurso não somente o que ele diz factualmente, mas as intenções com as quais é produzido. É preciso então incidir o discurso, não pela intenção de negar o testemunho, mas atravessá-lo.

Ademais, ao lidar com os testemunhos alcançados é preciso ressaltar alguns cuidados. As memórias sobre gêneros e sexualidades dissidentes exploram, muitas vezes, experiências traumáticas cujos acontecimentos rememorados passam, pessoalmente, pelo desconforto e, socialmente, pela disputa de um passado conflituoso. De tal modo, constrói-se um “enquadramento” que nos revela os atravessamentos entre os acontecimentos históricos e as experiências pessoais, bem como a elaboração discursiva desse passado em suas mais diversas manifestações. A essas lembranças que envolvem questões referentes à gêneros e sexualidades dissidentes, diante de suas experiências históricas violentas, e em suas possibilidades e limitações, denominamos *memórias transviadas*.

Como aponta Michel Foucault, a sexualidade é um dispositivo histórico, um elemento que, dentro das relações de poder, é dotado de grande instrumentalidade.²⁹⁰ O dispositivo de sexualidade, como uma estratégia de gerenciamento e controle do sexo entre as populações, estrutura uma verdade em torno do sexo que não somente o nomeia,

²⁸⁹ SELIGMANN-SILVA, op. cit., 2022, p. 17.

²⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024, p. 115.

mas também constrói o objeto do qual se fala. Na construção desse arcabouço discursivo sobre o sexo, as sexualidades ilegítimas foram repelidas à clandestinidade. A mecânica do poder, portanto, constrói uma realidade analítica, visível e permanente que é introduzida nos corpos e em suas condutas. A partir dessa realidade de especificações, sua disseminação é semeada no real e incorporada aos indivíduos. O homossexual, portanto, para o filósofo, é uma espécie construída a partir da especificação dos indivíduos.²⁹¹

No que diz respeito às condições de produção das fontes orais, de acordo com Verena Alberti, é preciso levar em consideração sua especificidade. De tal modo, a entrevista é parte de um plano metodológico que requer o planejamento da comunicação entre o entrevistador e o entrevistado, na qual ambos se dedicam ao testemunho com intenções, um ao indagar e o outro ao relatar. O pesquisador ao trabalhar com o testemunho, nos alerta a autora, se depara com a produção de um documento de cunho biográfico que carrega o arriscado caráter seletivo da memória individual e seus atravessamentos morais. Não podendo cair, assim, na desventura de tentar fazer de uma experiência subjetiva o passado definitivo.²⁹²

À vista disso, a oralidade carrega como elemento substancial a subjetividade. Para Portelli, uma fonte oral conta não somente o que foi feito, mas o que se pretendia fazer, o que se acreditava estar fazendo e agora o que se pensa que fez.²⁹³ De acordo com o autor, a subjetividade, se trabalhada dentro dos corretos procedimentos metodológicos, será a maior contribuição que nos chega das memórias e das fontes orais. Logo, o que se recupera são representações (significações do passado) que devem ser lidas simultaneamente aos fatos (acontecimentos em si). Dada a intencionalidade e a subjetividade da fonte oral, ressaltamos a importância do procedimento de crítica à fonte, compreendendo não só quem a produziu e sob que circunstâncias, mas também quem fala e de qual perspectiva se fala, a partir da observação de como essas relações vão constituindo significados sobre o passado, o presente, as expectativas futuras e a própria entrevista.²⁹⁴

²⁹¹ FOUCAULT, op.cit., pp. 47-48.

²⁹² ALBERTI, Verena. *Fontes orais: histórias dentro da história*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

²⁹³ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, pp. 7 - 8.

²⁹⁴ ALBERTI, op. cit, p. 185.

3.2 – Caderno de Memórias Transviadas

O corpo é um refúgio efêmero, as lembranças são encantadas facilmente pelo esquecimento individual. O seu enquadramento, por outro lado, é capaz de resguardá-las e, mais do que saber sobre, transmiti-las. É preciso então ouvir as vozes subalternas que não couberam dentro dos grandes arquivos, perscrutar as esquinas e suas margens, compreendendo que elas nos revelam novas faces dos acontecimentos históricos. Como, contudo, fazê-lo?

Para tanto, criamos um Caderno de Memórias Transviadas, isto é, uma alternativa metodológica para investigação. O caderno é útil, portanto, para documentar, conservar e transmitir elementos contra discursivos que nos ajudam a problematizar e dar novos sentido à história da política sexual em Sergipe durante a ditadura civil-militar. Apesar de documentar trajetórias individuais, o caderno é uma prática de arquivamento do nós. Compreendemos, desse modo, que cada memorialista vincula o singular ao universal, através do seu pertencimento a um grupo social particular, produzindo uma narrativa singular cuja experiência reconstruída ultrapassa o singular e adquire uma dimensão coletiva.²⁹⁵

O caderno presente nesta dissertação conta a trajetória de três homens cisgêneros e homossexuais que viveram suas juventudes na cidade de Aracaju durante o período investigado. A escolha dos entrevistados se deu pela intimidade que os três carregam com o Movimento Homossexual Sergipano, bem como suas diferentes vivências. Os três estão identificados sob codinome, atendendo ao critério de confidencialidade requerido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Do ponto de vista metodológico, o caderno foi desenvolvido a partir de cinco etapas: elaboração do roteiro de entrevista semiestruturado, submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, seleção dos entrevistados, realização e gravação em áudio das entrevistas. Os testemunhos passaram por um processo de reescrita para terceira pessoa, após a transcrição, para melhor organizar as memórias e formalizar o conteúdo, mas os dados originais permanecem preservados. Ressaltamos, por fim, que toda pesquisa foi desenvolvida de acordo com as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa²⁹⁶ (CEP) da

²⁹⁵ CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)* / Lucileide Costa Cardoso. -- Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012, p. 142

²⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFS (CEP/UFS)*. Aracaju: UFS, 2024. Disponível em: https://cep.ufs.br/uploads/page_attach/path/20924/Regimento_CEP.pdf. Acesso em: 3 dez. 2026

Universidade Federal de Sergipe, aprovada sob o Parecer nº 7.484.785, CAAE nº 85585424.9.0000.0383.

3.2.1 – “Em Aracaju a viagem era grande e eu adorava”²⁹⁷

Eronides chegou à Aracaju, no ano de 1981, ainda durante a ditadura civil-militar. Em suas memórias, a mãe falava muito sobre um *negócio* que aparecia na televisão quando ainda moravam em Goiânia, a censura. Diante da palavra desconhecida, ele se questionava: “mas que diabo é isso?”²⁹⁸

Filho de um operário, chefe da elétrica da Fábrica de Tecelagens Confiança, o jovem costumava frequentar o ambiente. De lá, guarda lembranças de Juanita, a única funcionária travesti do local, identidade de gênero que ele só veio a compreender anos depois. Mas foi a mentira que correu entre os corredores, de que o entrevistado havia se relacionado sexualmente com um funcionário do local, que o marcou mais profundamente pois os burburinhos que corriam no local sobre a sua sexualidade, quase levou o pai, envergonhado, a expulsá-lo de casa.

A voz fina e os trejeitos femininos desde cedo o denunciaram de modo que nunca precisou “sair do armário”. O acolhimento familiar, sobretudo da mãe e dos irmãos, e a dedicação aos estudos, que lhe garantiram autonomia financeira, foram fundamentais para sua trajetória. Em um período no qual os homossexuais eram preteridos dos espaços de trabalho, tendo que ocupar vagas no subemprego, à aprovação em concursos e à admissão na Universidade Federal de Sergipe, reservou-lhe um destino diferente.

Muito novo Eronides aprendeu a costurar e era responsável por produzir tanto as suas roupas quanto as da sua mãe. Vestia de tudo, com seu estilo andrógino, e aproveitava os modelos exibidos na televisão como inspiração. O estilo libertário, no entanto, não passava imune. “Na rua, às vezes, eu passava, diziam “viadinho”, aí eu voltava, dava uma pedrada e corria. Eu nunca deixava por menos, eu sempre revidava.”²⁹⁹

A conflituosa relação com o pai ganhou um novo contorno com a segunda ameaça de expulsão, a qual não se concretizou graças a mais uma intervenção de sua mãe. A razão

²⁹⁷ ERONIDES. Narrativa transcrita a partir da entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 16 dez. 2025.

²⁹⁸ Ibid.

²⁹⁹ Ibid.

do conflito foi sua iniciação no candomblé, religiosidade que ia de encontro aos valores religiosos dos pais. O candomblé, contudo, para além das questões espirituais, foi um espaço de acolhimento e socialização homossexual. Os grandes babalorixás com quem Eronides conviveu eram gays, do seu avô ao seu pai de santo. Além disso, muitos relacionamentos floresciam a partir dos encontros nos espaços religiosos, respeitando, é claro, os espaços sagrados.

Quando foi se iniciar na religião, ao saber que era filho de Oxum, ficou receoso pela necessidade de usar saias para receber a *ayabá*. A vestimenta representava um elemento feminino, o mesmo que crescera sendo repudiado pela sua aproximação. Eronides, no entanto, lembra que apesar da confusão interna que aquilo lhe causou – por medo de ter sua masculinidade mais uma vez questionada – sua Oxum vestiu uma saia enorme e saiu dançando belíssima pelo salão do terreiro.

Em Aracaju, ele costumava frequentar a praia de Atalaia, o bar K-titando, o sambão e os carnavais que aconteciam na Praça do Povo, espaços onde se podia desmunhecar livremente. “A viadagem era grande e eu adorava”.³⁰⁰ Apesar de nunca ter frequentado o Iate, sabia que por lá só pintavam as gays da elite. Do mesmo modo que, sem nunca ter frequentado a sorveteria Yara, ouvia falar que era um espaço de muitos flertes gays.

Suas maiores lembranças se passam na Praça Fausto Cardoso, onde ia frequentemente observar o movimento e encontrar os amigos. Era comum que os gays praticassem o *vício*, isto é, os carros paravam, o motorista fazia um sinal e algum dos jovens entrava. Foi assim que começou a sua vida sexual, embora não suspeitasse que se tratava de uma possível prostituição, recebia os agrados que os motoristas costumavam pagar pela pegação. A curiosidade da juventude não calculava os riscos e as primeiras experiências sexuais se deram a partir desses espaços clandestinos, longe do afeto.

Em um desses dias de vício no centro da cidade, quando ainda era estudante, Eronides encontrou Wellington Andrade, fundador do Grupo Dialogay de Sergipe, distribuindo panfletos e preservativos. “Eu pegava para dar as bibas para depois elas não darem o babado e morrer”.³⁰¹ Foi a partir desse encontro com Wellington que o jovem passou a frequentar, nas sextas-feiras à noite, as reuniões do Dialogay, onde era responsável pela escritura das atas. Naquele momento, relembra, preocupavam-se, sobretudo, com as campanhas de prevenção ao vírus do HIV/AIDS.

³⁰⁰ ERONIDES, op. cit.

³⁰¹ Ibid.

3.2.2 – “Mamãe, ali é a AIDS?”³⁰²

André, ainda criança, trabalhava como carregador na feira e frequentava a igreja evangélica. Desde muito jovem, já percebia sua atração por homens. Ainda na adolescência, passou por situações de constrangimento dentro da igreja, quando um pastor o acusou de comportamento inadequado. “Você não tá comportado, você é um pederasta.”³⁰³ O termo pederasta o marcou profundamente, mas não o impediu de experimentar seus desejos afetivo-sexuais. De forma silenciosa, sem o apoio familiar ou religioso, André começou a vivenciar sua homossexualidade, ainda na juventude, e a compreender melhor sua orientação sexual, embora vivesse em constante conflito interno.

Ao completar 18 anos, apresentou-se para o serviço militar, mas optou por não seguir carreira pelo medo de conviver em ambientes predominantemente masculinos, receio que já demonstrava o impacto do preconceito em sua vida. Dispensado do exército se dedicou a trabalhos informais e começou a se envolver com ações voluntárias. Durante a década de 1970, atuou como secretário da Comunidade Católica Homossexual que acolhia homossexuais, travestis, mulheres e idosos. Junto com líderes religiosos, realizava ações de acolhimento, especialmente com travestis em situação de vulnerabilidade. Esse trabalho marcou o início de sua atuação contínua em ações sociais e voluntárias, que já ultrapassam quatro décadas.

Entre as suas lembranças como ativista, destaca sua participação no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na cidade de Salvador, onde lembra de ter tido o primeiro contato com o jornal *Lampião da Esquina*. Ao caminhar pelo evento, encontrou uma banca do Grupo Gay da Bahia (GGB) que comercializava exemplares do jornal que despertou seu interesse em leva-lo para Aracaju. Assim, em 1980, o *Lampião da Esquina* foi lançado no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) com o apoio do ex governador do Estado Marcelo Déda (2007-2013), que aquela época era presidente do DCE.³⁰⁴ Ele era responsável por entrar em contato com o conselho editorial e negociar a compra dos exemplares, bem

³⁰² ANDRÉ. Narrativa transcrita a partir da entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 10 dez. 2025.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Sobre a trajetória política de Marcelo Déda (1960-2013): DANTAS, José Ibarê Costa. *Marcelo Déda na construção da democracia*. Aracaju, SE: Criação, 2023.

como distribuí-los para as bancas responsáveis pelas vendas. Além do Lampião, lembra e destaca também a comercialização do *Journal Gay Internacional*.

Como distribuidor do jornal na capital sergipana, seu nome e endereço passaram a constar no periódico, a partir das publicações de novembro de 1980, o que levou Luiz Mott, fundador do GGB, a entrar em contato com ele e incentivar a criação de um grupo gay organizado em Sergipe. Assim, em 1981, André participou da fundação e fortalecimento do Grupo Dialogay de Sergipe, que se tornou referência na luta pelos direitos LGBT+ no estado. O grupo enfrentou forte resistência da sociedade, mas foi responsável por ações pioneiras, como campanhas de prevenção ao HIV/AIDS nos carnavais da Praça do Povo, em parceria com a Sociedade Civil do Bem Estar Familiar (BEMFAM). André relembra da repressão policial, das agressões físicas e das constantes perseguições em espaços públicos. Para ele, as lembranças mais difíceis são após o surgimento da AIDS pois o preconceito só aumentava. “Uma vez estava no ônibus e uma criança perguntou: mamãe, ali é a AIDS, né?”³⁰⁵

André esteve envolvido na organização de palestras, debates, shows e eventos de homossexuais em Aracaju contando com a participação de intelectuais e artistas importantes da época, como Elke Maravilha e Leão Lobo. Também atuou politicamente, destacando o seu papel no Partido dos Trabalhadores (PT) que, apesar do preconceito vigente no próprio partido, foi o primeiro a aceitar homossexuais como pré-candidatos a vereadores. Ao longo de sua trajetória, o ativista enfrentou ameaças, agressões e profundas crises emocionais, chegando a relatar pensamentos suicidas. Ainda assim, resistiu e manteve-se firme na militância: “Eu arrastava todos os homossexuais da praça para as reuniões do Dialogay (...) eu que dei essa carinha à porrada pra lutar por todas”.³⁰⁶

André destaca que, se antes os homossexuais eram invisibilizados, hoje há maior presença em espaços públicos, profissionais e políticos. Reconhece os avanços trazidos pela internet, pelas redes sociais e pela ampliação dos grupos organizados, mas reforça que a luta continua, especialmente contra a violência, o machismo, a LGBTfobia e a exclusão social. Atualmente, defende a criação de grupos LGBT+ em todos os bairros e municípios, para acolher quem ainda vive “no armário” e fortalecer a luta por direitos. Ressalta que as paradas LGBT+ não são festas, mas atos políticos de resistência e reivindicação. Por fim, André celebra cada encontro com gays, lésbicas, pessoas trans e

³⁰⁵ ANDRÉ, op. cit.

³⁰⁶ Ibid.

casais homoafetivos, incentivando todos a viverem sua verdade, a se unirem e a continuarem lutando por dignidade e respeito.

Figura 10 - Lançamento do "Lampião da Esquina" em Aracaju/SE (1980)



Fonte: MELO, 2013, p. 81.

Figura 11 - Lançamento do "Lampião da Esquina" em Aracaju/SE (1980)



Fonte: MELO, 2013, p. 81

3.2.3 – “Papai dizia: se eu tiver um filho viado, mato ou expulso de casa”³⁰⁷

Roberto começa as suas memórias regressando à infância, em Aracaju, tentando compreender quando e como passou a reconhecer em si mesmo uma diferença que ainda não sabia nomear. As lembranças surgem ligadas a cenas simples: as idas à feira com o pai, ainda criança, quando observava figuras como a travesti Magnólia, que vendia meias e cuecas, e outros homens considerados “diferentes” na cidade. Na vizinhança do bairro Santo Antônio, recorda personagens marcantes como Florinda, que se vestia de mulher, e Carlinhos, conhecido em um antigo cabaré. Essas figuras, ainda que marginalizadas, funcionavam como referências importantes num contexto em que a identidade gay não era discutida abertamente. Mesmo sem conseguir verbalizar, sentia-se atraído por aquelas presenças que escapavam às normas, identificando-se com elas.

Roberto lembra que as refeições familiares seguiam sempre o mesmo ritual de todos se alimentarem juntos. Eram nesses momentos, no entanto, que o pai declarava frases violentas. “Se alguém puxasse um assunto que caísse na questão da homossexualidade, papai dizia “se eu tiver um filho viado, eu mato ou expulso de casa””.³⁰⁸ Naquele contexto, um episódio traumático marcou sua infância: ainda com oito anos, durante uma brincadeira com primos, foi exposto e acusado de agir como um viado. “Papai me deu só uma chinelada, mas isso me traumatizou de um jeito... Aí fui procurar informações com outras pessoas sobre o realmente é ser viado”.³⁰⁹ A compreensão do que era a homossexualidade, contudo, era muito difícil pois não havia com quem conversar.

Já na adolescência, tomou coragem e contou à mãe que era gay, termo aprendido com um professor de dança do Colégio Estadual Atheneu Sergipense. A mãe evangélica interpretou inicialmente como uma provação espiritual, mas respondeu com acolhimento e amor, reafirmando que ele continuaria sendo seu filho, independentemente de qualquer coisa. Esse apoio materno contrastava com o silêncio e a vigilância do pai, que observava atentamente seus gestos, amizades e interesses.

O show de Caetano Veloso no Teatro Atheneu, no final da década de 1970, marcou sua juventude. Admirador fervoroso do cantor, conseguiu ir ao espetáculo com a conivência do pai que trabalhava no teatro aquela época. Durante a apresentação, num

³⁰⁷ ROBERTO. Narrativa transcrita a partir da entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 6 de fev. 2026.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Ibid.

gesto impulsivo e carregado de significado, invadiu o palco e entregou uma rosa a Caetano, beijando-o diante do público. A cena foi registrada e publicada em um jornal da época e no dia seguinte, a escola inteira comentava a fotografia do “jovem anônimo” que havia beijado o cantor. Para ele, aquele gesto foi também um anúncio público de quem era.³¹⁰

A repercussão acelerou a conversa que ele vinha ensaiando com o pai. Planejou então cuidadosamente o momento, combinando com a mãe e as tias um possível acolhimento caso fosse expulso de casa. Na noite escolhida, enquanto assistiam ao Jornal Nacional, revelou ao pai que era gay. A conversa foi tensa, atravessada por preconceitos e perguntas carregadas de estereótipos, mas o pai emocionado confessou que sempre soubera que ele era diferente e o medo da violência do mundo o havia levado a agir com dureza. A partir daí a relação entre os dois mudou profundamente. O pai passou a respeitar seus afetos sem necessidade de explicações explícitas, sendo lembrado pelo filho como um homem complexo, marcado por contradições, mas capaz de amá-lo e respeitá-lo. “Ele faleceu sendo meu confidente. Pouca gente sabia que o meu pai fazia parte do Partido Comunista. Ele era da velha guarda que comprava a feira para as famílias dos presos políticos”.³¹¹

No início da década de 1980, Roberto passou a servir ao exército. Apesar de, a princípio, não querer, foi pressionado pelos pais. Para ele, o fato de ser mais “durinho” o ajudou a passar despercebido pelo quartel. “Quem era desmunhecado demais era visado, quem era discreto não era visado. Lá eu fui caso de soldado, de tenente, de capitão.”³¹² Segundo Roberto, as relações homoafetivas aconteciam naturalmente no sigilo. Ele lembra de fazer sexo nos armários, nos banheiros, nas escadas e até mesmo na caixa de água. A homofobia, no entanto, ordenava a instituição militar e a declaração aberta da própria sexualidade podia render problemas, lembra de um amigo que chegou a ser expulso em razão da sua evidente desmunhecação. Diante das diversas experiências lembradas sobre o serviço militar, conclui: “até hoje eu não acredito que o Brasil é uma democracia”.³¹³

Ao longo da juventude e da vida adulta, Roberto esteve intensamente envolvido com o carnaval, o teatro, a militância política e os movimentos culturais de Aracaju.

³¹⁰ Apesar das tentativas realizadas, não foi possível identificar o ano nem o jornal em que a notícia foi publicada.

³¹¹ ROBERTO, op. cit.

³¹² Ibid.

³¹³ Ibid.

Conviveu com figuras importantes da cena artística e LGBTQ+ local, como o cabelereiro Lisboa e o jornalista Barrinhos. Participou da organização de escolas de samba, foi presidente de associações culturais, militante político e defensor de projetos sociais. Mesmo durante a ditadura civil-militar e o serviço obrigatório no Exército, viveu a homossexualidade como um campo de observação e resistência, percebendo as violências, mas também as solidariedades possíveis. Sua história é atravessada pela educação, pela arte e pela política, sempre mediadas por um profundo desejo de existir com dignidade.

3.3 – Os pavões na terra das araras: homossexualidades masculinas na capital sergipana

O historiador que se dedica à oralidade, consciente de que o esquecimento é mais forte e contínuo do que a lembrança, constrói sua fonte a partir dos resquícios. Trabalhar com memória é lidar com uma totalidade perdida, buscando reconstituir não o passado como foi, mas o que dele se origina e é conservado, perscrutando os seus porquês. As trajetórias apresentadas no Caderno de Memórias Transviadas são reminiscências cheias de lacunas e mistérios para os quais não pretendemos lançar hipóteses, mas admiti-las em suas incompletudes. O caderno, assim, não constitui uma imagem final sobre a política sexual na ditadura civil-militar em Aracaju, mas lança novas cores sobre a paisagem, contornadas a partir de suas ruínas.

A capital sergipana, da década de 1980, se revela uma cidade conservadora e pacata. A política local, como vimos no capítulo anterior, tendia ao pacto de dominação, a partir da integração e manutenção dos poderes frente a uma oposição de postura moderada.³¹⁴ Em termos econômicos, durante o período, a capital foi contemplada com investimentos que aceleraram seu crescimento populacional e urbano, diante do processo de industrialização que ocorria no Nordeste brasileiro.³¹⁵ Nesse sentido, destaca-se a mudança da sede administrativa da Petrobrás da Região Nordeste de Maceió para

³¹⁴ Cf. ARAÚJO, Paulo Barbosa. Ícones de um terremoto: golpe militar, repressão e resistência política. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010, p. 104

³¹⁵ VIANA, Viviane Rocha. Júnior, Coriolano P. da Rocha. O Cotinguiba Esporte Clube como Espaço de Lazer e Sociabilidade em Aracaju – SE: Décadas de 1980 e 1990. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, 2022. P. 267.

Aracaju, no final de 1960, e os investimentos que impactaram positivamente no setor imobiliário e comercial.³¹⁶

O aceleração do processo de urbanização contribuiu diretamente para a fortalecimento da classe média aracajuana que tinha, entre seus pontos de lazer e sociabilidade, frente à abertura política, clubes esportivos, como o Cotinguiba, a Associação Atlética e o Iate Clube. Os clubes eram responsáveis por promover festas, campeonatos esportivos, bingos, matinês e eventos afins. Era recorrente a afirmação de que os clubes esportivos se fortaleciam, sobretudo, nas comemorações carnavalescas e dominavam a animação dos festejos.³¹⁷

A capa do *Jornal da Cidade*, em 1981, constatava sobre aquele ano: “Nas ruas de Aracaju o carnaval praticamente não existiu, restringindo-se a animação aos clubes sociais, principalmente Vasco e Cotinguiba”. Um dos destaques do período era o Baile dos Artistas, organizado pelo jornalista João de Barros (1949-2001)³¹⁸, o Barrinhos, onde havia a presença de gays e travestis que “abrilhantavam a festa com suas fantasias excêntricas!”.³¹⁹ Não podemos perder de vista que o carnaval é a oportunidade para uma intensificação das experiências de indivíduos que transgridem papéis de gênero e fronteiras sexuais socialmente aceitáveis o ano inteiro.³²⁰ Noticiado pelo *Lampião da Esquina*, em abril de 1981, a 9ª Edição do Baile, com o tema “Só elas são capazes” recebeu artistas, como Elke Maravilha, bem como o seu aguardado concurso de fantasias. Assim,

Discriminados durante o ano todo, porém naquele momento festivo eram aplaudidos e as pessoas que não entravam no baile, ao menos iam para a porta dos clubes para vê-los exibindo suas fantasias extravagantes. Eram realizados ou no Vasco ou no Cotinguiba, clubes que toleravam a condição sexual da maior parte dos participantes do baile; ao contrário do Iate e da Atlética que negavam seus espaços para esse tipo de baile.³²¹

O carnaval era um momento de trégua no qual os associados de alguns clubes se permitiam a vinculação ao desbunde, mas não sem resistência. Embora alguns

³¹⁶ Ibid. p. 267.

³¹⁷ Cf. Gazeta de Sergipe, 04 de março de 1981, ano XXXII, nº 6.724.

³¹⁸ Cf. COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; OLIVEIRA DOS PASSOS, Gladston; RIBEIRO DE MELO, Marcos. *Folia, arte e militância em terras sergipanas: do Baile dos Artistas à Parada do Orgulho LGBT. Revista TOMO*, [S. l.], v. 42, e18777, 2023.

³¹⁹ Entrevista da associada Arminda Rocha. In: VIANA, Viviane Rocha. Júnior, Coriolano P. da Rocha. 2022, p. 275.

³²⁰ GREEN, op. cit., p. 349.

³²¹ MELO, Lucas Martins Santos. *Diversão nunca é demais: um estudo acerca dos clubes sociais de Aracaju no século XX*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013, p. 52.

organizadores sugerissem que o baile deveria assumir sua verdadeira “sexualidade guei”³²², o seu espaço de realização era dominado pelas artimanhas da política sexual. Uma edição do *Jornal da Cidade*, publicada durante os festejos de 1983, evidencia o discurso repressivo. Entre as matérias sobre o carnaval na cidade de Aracaju, uma reflexão pontuava que a orgia, o desequilíbrio e a luxúria eram as bagagens necessárias a um bom folião.³²³

A reflexão concluía que os antigos carnavais de Aracaju preservavam a moralidade que deve haver entre a sociedade, mas que, naquele momento, os festejos ameaçavam a ingenuidade desfrutada pelas famílias da capital em décadas anteriores. Não é difícil concluir, sobretudo após nossa reflexão sobre a matriz cisgênera e heterossexual da ditadura civil-militar brasileira, debatida anteriormente, que a homossexualidade aparece entre as possíveis irregularidades.

Em um dos seus boletins, o Dialogay compartilhava a máxima: “gay se assuma o ano inteiro, só em carnaval é muito pouco”.³²⁴ O “assumir-se”, portanto, estava entre as principais demandas do Movimento Homossexual em seu primeiro momento. Nas memórias de Eronides, apresentadas em nosso caderno, o assumir-se era uma questão delicada. Embora para ele, houvesse a independência financeira e o acolhimento por parte de alguns familiares, a realidade da maioria dos homossexuais era diferente frente aos artifícios repressivos da política sexual. Não são raros, em suas lembranças, os amigos que, embora vivessem a homoafetividade, não assumissem publicamente suas relações sexuais afetivas.

Em um documento produzido pelo Grupo Adé Dúdú, da Bahia, intitulado “Diga aí, bicha!”, os ativistas chamam atenção justamente para esse caráter silenciador da política sexual no qual a expressão pública da própria sexualidade era uma das formas de contrapor a repressão: “...é forma importantíssima de militância, aliás bem revolucionária, na medida em que não obedece àquela ordem de silêncio, na medida em que não aceita os dogmas sociais, na medida em que deixa bem visível a existência de seres homossexuais”.³²⁵

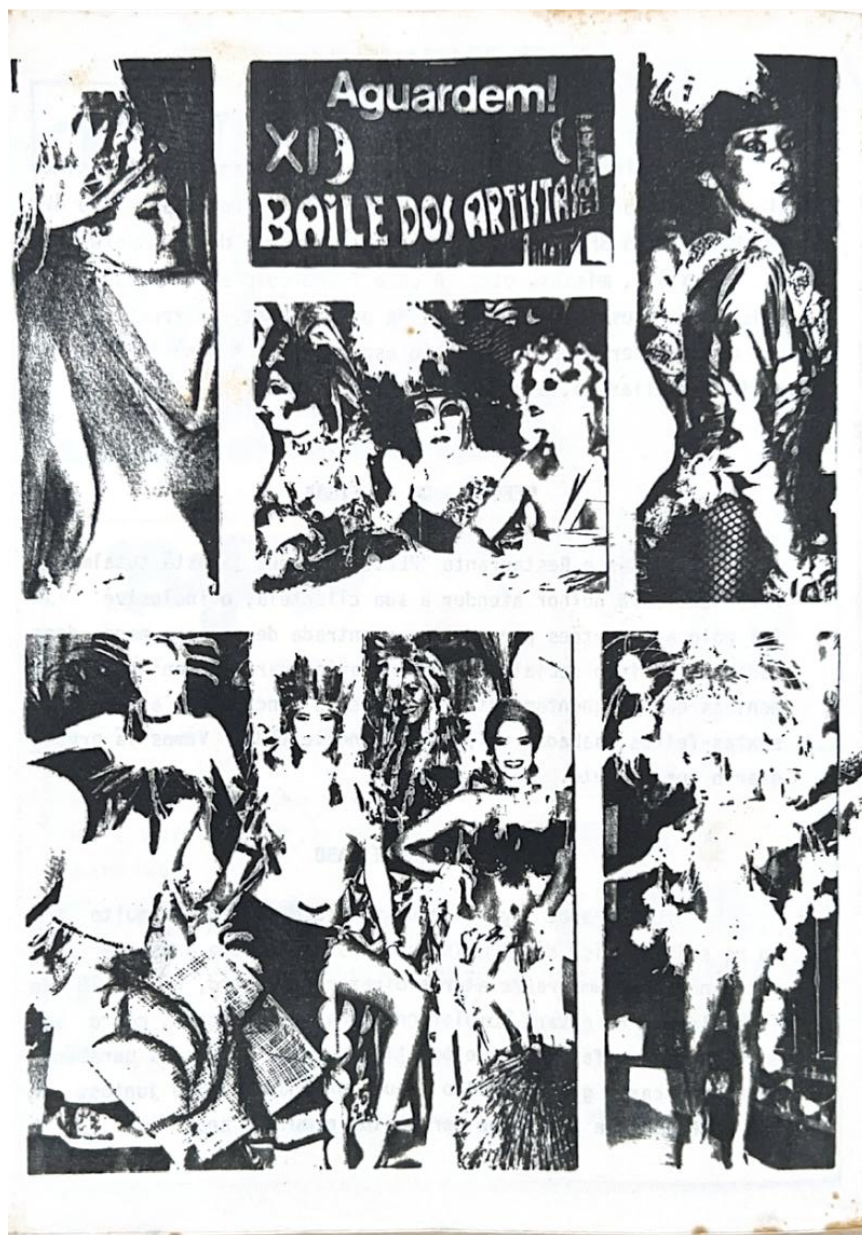
³²² Em Aracaju elas são capazes. Lampião da Esquina. Rio de Janeiro, n. 35, abril de 1981, p.11. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br>. Acesso em: 25 de set 2025.

³²³ MENDONÇA, Josert. *CARNAVAL. Jornal da Cidade*. Aracaju, 17,18,19 e 20 de fevereiro de 1985, ano XIII, Nº 3.927, p. 6.

³²⁴ Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 5, 1982, p. 21.

³²⁵ GRUPO ADÉ DÚDÚ. “Diga aí, bicha”: depoimentos de ativistas homossexuais. Salvador: Grupo Adé Dúdú, s.d. (pp. 3-4).

Figura 12 - Contracapa Boletim Informativo do Grupo Dialogay de Sergipe, nº 6, 1983



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP.

O Baile dos Artistas, apesar de seu caráter dissidente frente aos clubes esportivos, era reservado aos que dispunham de mais recursos, o que não representa os testemunhos presentes em nosso Caderno de Memória. Para os entrevistados, era nos espaços periféricos que se formavam as principais redes de socialização. Nesse contexto, inclusive, os terreiros de candomblé foram parte integradora do gueto homossexual aracajuano. Se os valores judaico-cristãos fundamentam a condenação às homossexualidades, como vimos no primeiro capítulo, as religiões afro-brasileiras permitiram o encontro com um sagrado que acolhe ao invés de condená-los. A recepção,

além de permitir o cuidado espiritual, também contribuiu para que os terreiros se tornassem redes alternativas de solidariedade gay naquele momento. De tal modo, em seu estudo, Peter Fry (1982) identifica que

Foram constatados três desses casos de rapazes que trocaram sua casa pelo terreiro declaradamente para "desenvolver" sua mediunidade, mas também para escapar de situações familiares intoleráveis. (...) No caso de pais-de-santo bem-sucedidos, eles eram capazes de adquirir considerável prestígio dentro e fora do culto (...) Isso sugere que as casas de culto oferecem oportunidades de carreira às "bichas", que recebem retornos importantes em termos políticos, econômicos e de prestígio (...) Mesmo para aqueles que não fazem carreira como médiuns, os terreiros representam uma das instituições capazes de absorver os homens jovens definidos como "desviantes" sexuais pelos seus familiares.³²⁶

Isso nos leva a um apontamento fundamental sobre *o Grupo Dialogay de Sergipe*, em sua origem, o recorte social de seus principais membros. Em um levantamento de Melo (2013) os primeiros líderes do grupo tinham como grau máximo de escolaridade o Ensino Médio completo³²⁷, além de serem pessoas não brancas. Mesmo que houvesse uma agenda comum à comunidade naquele momento, a luta contra a discriminação de um modo geral, os recortes de raça e classe influenciavam o *modus operandi* de cada grupo. Isto é,

A prioridade de certas questões pode variar de grupo para grupo, segundo divisões de classe. Certos grupos de classe média, dessa maneira, usariam uma maior parte de seus recursos na luta pelo reconhecimento da parceria entre pessoas do mesmo sexo ou por benefícios trabalhistas derivados do reconhecimento de tal parceria. Grupos de classe mais baixa, usariam seus recursos na luta contra questões que afetam essas camadas da sociedade, mais direta e urgentemente, como violência e discriminação social.³²⁸

O Movimento Homossexual Sergipano foi forjado a partir de uma intelectualidade própria da classe trabalhadora e no gueto. Foi no gueto - nos encontros pelas esquinas da Praça Fausto Cardoso, nas areias da Praia de Atalaia, nos inferninhos, nos vícios cotidianos, nos terreiros - que a identidade homossexual pode ser apropriada e mobilizada enquanto identidade política na capital. O movimento social homossexual organizado, em Aracaju, surge por meio de uma classe trabalhadora que não pertencia a elite cultural e intelectual do Estado, como era comum aos movimentos ocorridos no Sudeste do país, mas que construíram e compartilharam no gueto seus próprios códigos.

³²⁶ FRY, Peter, 1982, p. 74.

³²⁷ MELO, 2013, pp. 85-86.

³²⁸ MARSIAJ, J. P. P. *Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL, [S. l.], v. 10, n. 18/19, 2010, p. 144.

O surgimento do Grupo Dialogay de Sergipe, em 1981, representa o primeiro passo do movimento sergipano em termos de organização. As ações do grupo foram responsáveis por inserir os homossexuais na luta política. Em seu programa, lutavam para derrubar as barreiras dos preconceitos e discriminações que tentavam impedir o avanço por melhores condições de vida e trabalho.³²⁹ Apesar da desmobilização do primeiro ciclo do Dialogay em 1983, período no qual os grupos organizados do país inteiro passavam por um processo de desintegração, o que se destaca, é a sua revitalização e continuidade em 1985.³³⁰ Especialmente no trabalho com as campanhas de prevenção, a partir de 1987, durante a epidemia do vírus HIV/AIDS. De acordo com o médico Almir Santana (s.d.),

Em 1987, chegou ao nosso Estado, uma pessoa oriunda de São Paulo e que foi considerada a primeira pessoa com aids. Foi um pânico na cidade do interior onde ele foi morar. A pessoa tinha aids e tuberculose pulmonar. Na época, muitos médicos rejeitaram o atendimento a esta pessoa, alegando medo de “se contaminar por essa nova doença”. Em uma das unidades de saúde onde foi atendido, os funcionários incineraram até a cadeira em que a pessoa sentou. Fui convidado pelo Secretário de Saúde para acompanhar este paciente. prontamente aceitei. Tentei internar o paciente e os hospitais também rejeitaram. Infelizmente, ele foi a óbito. Sofri muito com a sua morte e decidi encarar um novo desafio: A luta contra o preconceito e a discriminação com relação àquela doença nova.³³¹

Nesse contexto, o Dialogay foi fundamental junto à Secretaria do Estado da Saúde e o Programa Estadual DST/AIDS, para a lutar contra a proliferação do vírus, distribuindo preservativos e panfletos informativos. Ainda em 1987, segundo Melo (2013), o grupo articulou parcerias com o Grupo Gay da Bahia, o BEMFAM (Bem-estar Familiar no Brasil) e o Movimento de Libertação Homossexual os quais realizaram o 1º Seminário sobre DST e AIDS no Estado de Sergipe no mesmo ano.³³²

Se o surgimento do Dialogay de Sergipe, em 1981, é marcado pela emergência do movimento organizado no qual se destacava a afirmação em torno da identidade homossexual. A partir de 1987, com a confirmação do primeiro caso de HIV/AIDS no estado, o grupo se mobiliza em torno de estratégias para conscientização popular e desenvolvimento de políticas públicas de saúde diante da repatologização aos quais os

³²⁹ FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 3, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

³³⁰ Segundo Melo (2013), os livros de ata da instituição apresentam uma lacuna no período de 1983-1985. In: MELO, 2013, p. 96.

³³¹ Apud.: MELO, 2013, p. 98.

³³² MELO, 2013, p. 97.

homossexuais eram submetidos.³³³ De tal modo, Sergipe foi um dos primeiros Estados a criar o Programa de DST/AIDS.³³⁴

O impacto da epidemia do HIV/AIDS é tão profundo na vida dos entrevistados em nosso Caderno de Memórias que as temporalidades se confundem. Ao falar do Dialogay, mesmo ao pensar suas origens, a doença aparece contrariando a cronologia das lembranças pois as campanhas de prevenção, marcaram a agenda de compromissos da organização. Além disso, a epidemia também é razão de luto, frente aos amigos perdidos, e as lembranças traumáticas de quem viu a liberdade sexual, conquistada a duras penas, ser ameaçada pelo risco de uma doença incurável cujo tratamento ainda era desconhecido.

Diante deste cenário, as memórias relatadas em nosso Caderno servem para balizar as experiências, embora o pano de fundo da narrativa seja a rememoração de acontecimentos passados, o presente lhes imprime uma marca singular.³³⁵ Cada entrevistado, ao revisitar suas memórias, narraram mais do que suas trajetórias, mas a história de um movimento coletivo e as marcas não só da política sexual enquanto instrumento de repressão, mas da sua força relacional, isto é, as redes de solidariedade e afeto construídas e o fortalecimento da identidade compartilhada.

Enquanto Eronides viveu a descoberta da sexualidade de forma espontânea e pública nas ruas e praças de Aracaju, com forte presença no gueto homossexual. André, por sua parte, construiu sua trajetória de forma mais politizada e institucional, envolvendo-se desde cedo com as comunidades de acolhimento, a imprensa, os partidos políticos e os grupos organizados. Roberto, por seu turno, apresentou um percurso mais íntimo e familiar, marcado por conflitos domésticos e posteriormente pela militância cultural e política.

As três experiências, embora enveredem por diferentes posições e trajetórias, carregam, em comum, a marca das violências originadas pelas políticas sexuais LGBTfóbicas da ditadura. Se a família, a igreja, a escola e o exército aparecem como instituições disciplinadoras dentro das quais se reproduz um modelo de gênero e

³³³ Para Renan Quinalha (2024), por haver mais incidência entre homossexuais no início da epidemia, o HIV/AIDS foi um vetor de repatologização das sexualidades não normativas. In: QUINALHA, 2024, p.113.

³³⁴ COSTA, Patrícia R. Salvador Moura. *Aracaju dos anos 90: [tese]: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2012, p. 184.

³³⁵ CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012, p. 153.

sexualidade para o qual a homossexualidade aparece como desvio. É pelo desvio, no entanto, que a homossexualidade encontra nessas instituições suas formas de subversão e resistência, evidenciando o caráter paradoxo dessas relações de poder.

As homossexualidades e suas manifestações, portanto, passaram pela negociação com a complexa rede de poderes (gênero, sexualidade, classe social, raça, religião, relações familiares, envolvimento político, grau de escolaridade, adequação as expectativas de gênero) que compunham o ambiente urbano de Aracaju e suas regulações em torno da sexualidade. O Movimento Homossexual Sergipano, enfim, cuja primeira expressão foi o Grupo Dialogay de Sergipe, em suas mais diversas formas de manifestação coadunou um mosaico de resistências frente às políticas sexuais, e elaborou uma questão fundamental: quem nos assegura o direito à vida?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debruçamo-nos sobre aqueles nos quais o esquecimento insiste: invertidos, pervertidos, sodomitas, pederastas, entendidos, bichas, viados, homossexuais. Diferentes nomeações que, desde a colonização, tentam circunscrever a experiência de indivíduos cuja orientação sexual não correspondem às expectativas sociais e para os quais as políticas sexuais, de controle e extermínio, vêm sendo mobilizadas. Esta pesquisa, assim como os estudos que a antecedem, pretendeu contribuir para a escrita de uma historiografia mais democrática frente às políticas de esquecimento. Compreendemos, para tanto, a partir dos processos de resistência e de repressão, a relação entre as homossexualidades e as políticas sexuais da ditadura civil-militar na cidade de Aracaju (1974-1985), evidenciando a diversidade de culturas homossexuais no país, ampliando o recorte territorial dos estudos, bem como seus meios de resistência e os efeitos políticos de suas táticas discursivas e organizacionais.

O discurso científico que emergiu no século XIX criou categorias sexuais, em suas terminologias, como conhecemos hoje. Ao nomeá-las e classificá-las, a homossexualidade foi construída como um desvio, uma patologia que poderia ser submetida ao tratamento médico. Não mais como um pecado, o qual era condenado juridicamente pela inquisição durante o período colonial, a homossexualidade passa então a ser um sintoma. Dos tribunais da inquisição às clínicas médicas, a transformação das “verdades” sobre o sexo evidencia um sintoma que afetava a produção de saber no período: a sobreposição da moralidade sobre a cientificidade. Ao nomeá-las e classificá-las, a homossexualidade foi construída como um desvio, uma patologia que poderia ser submetida ao tratamento médico.

Esses discursos produzidos sobre a homossexualidade consolidaram práticas políticas ao longo do século XX. No Brasil, isto é evidente na matriz cisgênera e heterossexual que influenciou ideologicamente a ditadura civil-militar. O regime não inaugurou a homotransfobia no país, mas intensificou e sistematizou mecanismos de repressão às homossexualidades, articulando moral, política e segurança nacional. A matriz cisgênera e heterossexual foi mobilizada como fundamento moral da ordem autoritária, associando homossexualidades à subversão, degeneração e ameaça à família,

entendida como pilar da nação. A política sexual, assim, operou tanto por meio dos aparelhos repressivos do Estado quanto pela vigilância difusa da sociedade civil, evidenciando que o controle das “dissidências” sexuais extrapolava o campo institucional.

Se por um lado as políticas sexuais perseguiram e violentavam corpos “dissidentes”, por outro, esses foram capazes de produzir suas próprias armas de resistência, sobretudo por meio da afirmação e politização identitária. A modernização socioeconômica, a consolidação da indústria cultural, a ampliação do acesso ao ensino superior contribuiu para a efervescência da cultura homossexual brasileira e sua consequente afirmação. Além disso, com as oportunidades que emergiam com a desestruturação do autoritarismo - iniciada no governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada com seu sucessor João Figueiredo (1979-1985) - e a consolidação dos movimentos sociais no país, houve a politização de uma identidade que passou a denominar não apenas uma prática sexual, mas práticas sociais, culturais e políticas.

O surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, é um dos marcos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro. Por meio da imprensa alternativa, ativistas de todo o país puderam se comunicar e articular diversas ações. A chegada deste jornal a Sergipe e o contato com Grupo Gay da Bahia, animaram um grupo de jovens aracajuanos que, liderados por Wellington Andrade, articularam uma organização local, o Grupo Dialogay de Sergipe. A formação do grupo representou a politização das homossexualidades no estado, articulando identidade e ação coletiva frente à repressão militar. Se a experiência dos grupos sudestinos, como o Somos, é marcada por lideranças brancas, acadêmicas, de classe média cujo conflito ideológico se travava na articulação com as esquerdas. Em Aracaju, o movimento homossexual já nasce articulado à esquerda, composto por uma classe trabalhadora não branca cuja intelectualidade foi forjada nas vivências do gueto.

Em Aracaju, a organização de uma afirmação homossexual se inicia no gueto e sua condução, em termos de movimento social, deu-se não como desdobramento de organizações em regiões centrais, mas a partir de um contexto com caráter diverso. A abertura democrática possibilitou a organização em termos políticos, mas já existiam movimentações desestruturadas e experimentais no gueto. Por meio dele, gerou-se uma identidade homossexual a qual culminou em uma identidade política. A apropriação de uma identidade, pelo movimento homossexual na cidade, se deu menos pela ação de uma classe média intelectualizada do que pela própria vivência marginal.

O Movimento Homossexual Sergipano é, portanto, fruto das movimentações que aconteciam nos espaços de sociabilidade, que iam desde praças públicas à espaços religiosos. Não foi possível pensar a sexualidade, nesse sentido, desarticulada de classe social e raça, interseccionalizando as demandas. As memórias analisadas evidenciam que a resistência se deu tanto em práticas cotidianas de afirmação identitária, quanto na construção de estratégias discursivas e organizacionais de enfrentamento à política sexual vigente, sobretudo com a epidemia da AIDS, na segunda década de 1980, que impactou profundamente as experiências homossexuais, produzindo novos estigmas, medos e reconfigurações políticas.

A resistência das homossexualidades aracajuanas se deu em dois aspectos principais. Primeiro, as experiências identitárias vividas no gueto que subverteram o discurso normativo. E, em segundo, as organizações, a partir de 1981, com intenções político-partidárias e denunciando publicamente a patrulha sexual moralista. Essa vocalização, contudo, não passou imune à repressão militar em Sergipe que se manifestou articulada à própria sociedade civil, a qual também cumpriu um papel de vigia e de repressão.

Produzir uma historiografia que dê conta da experiência homossexual frente às políticas sexuais em Sergipe, contudo, foi um desafio. Tanto pela carência bibliográfica quanto pela dificuldade de acesso à arquivos com potencial investigativo. Contornamos os obstáculos das fontes, no entanto, recorrendo à História Oral, a partir da construção de um Caderno de Memórias, o qual foi desenvolvido como uma prática de arquivamento do nós. O que nos permitiu, portanto, ampliar nosso *corpus* documental e aprofundar as discussões propostas.

A realização da pesquisa, no entanto, ao tratar especificamente da homossexualidade masculina de homens cisgêneros, sendo um recorte necessário diante das condições de sua produção, não deu conta da complexidade de gêneros e orientações sexuais dos sujeitos que eram afetados pela repressão militar. A homossexualidade feminina e a transexualidade/travestilidade são recortes que carecem de investigação. Como essas estiveram inseridas no gueto homossexual? Quais as influências dentro do Movimento Homossexual Sergipano? Quais as suas demandas específicas diante das políticas sexuais? São algumas das questões que se levantam para investigações posteriores. Além disso, uma vez que nos debruçamos apenas sobre o recorte dos anos finais da ditadura e emergência do Movimento Homossexual Sergipano, cuja expansão ocorrerá nas décadas seguintes, é preciso expandir a temporalidade dos estudos.

Esta dissertação, por fim, é um pequeno passo diante dos caminhos possíveis para os quais os estudos históricos sobre as homossexualidades em Sergipe nos conduzem. Apesar de avançarmos nos debates sobre a ditadura civil-militar, bem como sobre a História do Movimento LGBTQ+ no Brasil, apostamos na continuidade do debate. Confiamos, assim, que o trabalho com memórias transviadas continuará a nos apontar novas perspectivas sobre os acontecimentos históricos.

REFERÊNCIAS

Entrevistas

ANDRÉ. *Memórias sobre homossexualidades na cidade de Aracaju durante a ditadura civil-militar (1964-1985)*. Entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 16 dez. 2025. 1 arquivo (33min).

ERONIDES. *Memórias sobre homossexualidades na cidade de Aracaju durante a ditadura civil-militar (1964-1985)*. Entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 10 dez. 2025. 1 arquivo (46min).

ROBERTO. *Memórias sobre homossexualidades na cidade de Aracaju durante a ditadura civil-militar (1964-1985)*. Entrevista concedida a Romero R. da S. Júnior. Aracaju, SE, 6 de fev. 2026. 1 arquivo (65min).

Fontes jornalísticas

Gazeta de Sergipe, Aracaju: mar de 1981, nº 6.724.

Gazeta de Sergipe. Aracaju: set de 1981, nº 6.886.

Gazeta de Sergipe. Aracaju: set de 1981, nº 6.885.

Jornal da Cidade. Aracaju: 17,18,19 e 20 de fevereiro de 1985, nº 3.927.

Jornal de Sergipe. Aracaju: 15 e 16 de março de 1981, nº 776.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro: nº 15, ago de 1979.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro: nº 25, junho de 1980.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 16, set de 1979

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 16, set de 1979

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 33, fevereiro de 1981.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 35, abril de 1981.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 10, mar de 1979.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 10, mar de 1979.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 13., jun de 1979.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 26, jul. 1980.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 26, jul. 1980.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 32, jan. 1981.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: nº 07, dez. 1978.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: nº 07, dez. 1978.

Lampião da esquina. Rio de Janeiro: nº 28, set de 1980.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: nº 4, ago de 1978.

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: nº 4, ago de 1978.

Lampião da esquina. Rio de Janeiro: nº zero, set de 1980.

Lampião da Esquina: Rio de Janeiro: n. 06, nov de 1978

Lampião da Esquina: Rio de Janeiro: n. 09, fev de 1979

Lampião da Esquina: Rio de Janeiro: n. 33, fev de 1981,

Lampião da Esquina: Rio de Janeiro: n. 4, mar de 1978,

Lampião da Esquina. Rio de Janeiro: n. 32, jan. 1981

Outras fontes

Coleção Grupo Dialogay. Fundo Grupo Gay da Bahia. Dialogay promove ciclo de conferências, 1982. Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott CEDOC LGBTI+

Coleção Facção Homossexual da Convergência Socialista. Fundo Grupo Gay da Bahia. Boletim da Facção Homossexual. São Paulo: nº 01, abr de 1981. Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott CEDOC LGBTI+

FUNDO SOMOS. *30 homossexuais cortam os pulsos em pacto de morte*. PI D.001 DOC. 011, 26 de nov de 1978. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n 03. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 01. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 02. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe*, n. 03, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 04. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 05. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe, n. 06. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Carta aberta do Grupo Gay da Bahia aos cientistas e universitários e a população em geral por ocasião da 32ª reunião anual da S.B.P.C.* SOMOS PI D.0003 DOC.003, julho de 1980.

FUNDO SOMOS. *Como organizar um grupo gay.* SOMOS PI D.003 DOC 008, 1981. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Convite do Grupo Dialogay de Sergipe*, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Convite do Grupo Dialogay de Sergipe*, 1981. B/0937. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Homossexuais.* SOMOS PDE DH D.001 DOC. 001 [s/d].

FUNDO SOMOS. *I Encontro de Grupos Organizados Homossexuais do Nordeste.* PI D.003 DOC. 010, abr de 1981. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. *Matou irmão porque era homossexual.* PI D.001 DOC. 525, 27 de jan de 1983.

FUNDO SOMOS. *Moacir Coelho veda DPF aos homossexuais.* SOMOS PI D.001 DOC. 497, 1983.

FUNDO SOMOS. *O que o brasileiro pensa do homossexualismo?* SOMOS PI D.001 DOC 252, [s/d].

FUNDO SOMOS. [s/t]. PI D. 001 DOC 506, 1983. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, SP).

FUNDO SOMOS. Saiu “Lampião”. Alegre, mas provocador, 19 de abr de 1978. PI D. 001 DOC 002.

FUNDO SOMOS. *Por que Maluf prende tanto homossexual? – Porque ele é um homossexual enrustido.* FUNDO SOMOS PI D.001 DOC. 594, 12 de ago de 1984.

FUNDO SOMOS. *Suicidou-se porque era homossexual.* PI D. 001 DOC 485, 27 jan de 1983.

FUNDO SOMOS. *Teses para libertação homossexual* [s/d].

FUNDO SOMOS. *Travestis querem providencias no caso do silicone*. SOMOS PI D.001 DOC. 490, 7 de fev de 1983.

Requerimento da gravadora RCA para aprovação das letras, 1982. BR DFAN BSB NS CPR MULLMU. Arquivo Nacional (Brasil)

Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4 AGR PES 0193 D0001DE0001. Arquivo Nacional (Brasil)

Processo GAB nº 100.045. Rio de Janeiro, 18 jan 1978. Arquivo Nacional (Brasil)

Processo GAB nº 100.853. Rio de Janeiro, 28 nov 1978. Arquivo Nacional (Brasil)

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Fontes orais: histórias dentro da história*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

APOLINÁRIO, João. *Primavera nos Dentes*. Intérprete: Secos & Molhados. In: SECOS & MOLHADOS. São Paulo: Continental, 1973.

ARAÚJO, Paulo Barbosa. *Ícones de um terremoto: golpe militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9–34, 1998.

ARTIÈRES, Philippe; BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. *Arquivos: relações de poder e sensibilidades*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 16, n. 42, 2024.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Suspende garantias constitucionais e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970*. Dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 577, 26 jan. 1970.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1964). *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Acesso em: 17 de março de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1964). *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Acesso em: 17 de março de 2025.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas. Vinhedo, ed. Horizonte, p. 115-141. 2015.

CARDOSO, L. C.; MOREIRA, B. de O. *1964 e o debate que não terminou*: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura. *Crítica Histórica*, UFAL, ano 15, v. 15, n. 29, jan. 2024.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória*: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985) / Lucileide Costa Cardoso. -- Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012.

CARDOSO, Max Wesley Santos. *Por uma história do movimento homossexual em Sergipe*: a comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do grupo Dialogay (1981-1983). 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe). Relatório final [recurso eletrônico]. Organização de Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE, 2020. 426 p. il. Ebook PDF. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/>. Acesso em: 10 de ago de 2025.

COSTA, Patrícia R. Salvador Moura. *Aracaju dos anos 90: [tese]: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2012.

COWAN, Benjamin. *Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar*. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFScar, 2021.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática*: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. 527 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRUZ, José Vieira da. “*Tempos difíceis*”: os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe (1969-1976). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

D’EMILIO, John. *O capitalismo e a identidade gay*. Tradução de Gustavo Guimarães. Republished in LGBT Comunista, 7 jun. 2021. Disponível em: <https://lgbtcomunista.org/2021/06/07/o-capitalismo-e-a-identidade-gay/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DANTAS, Ibarê. *A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

Discurso de Posse de Arthur da Costa e Silva como Presidente da República em 15 de março de 1967.

Discurso de posse de Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da república em 15 de abril de 1964.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERRANTE, Elena. *A amiga genial*. Tradução de Maurício Santana Dias. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2015.

FICO, Carlos. *"Prezada censura": cartas ao regime militar*. Rio de Janeiro: Topoi, 2002. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2024.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GASTALDI, Alexandre; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. *Revista brasileira de Educação*, v. 16, 2011.

GREEN, James N. *Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970*. *Revista anistia política e justiça de transição*, 2012.

GREEN, James N. QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFScar, 2021.

GREEN, JAMES. *"Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis*. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 15, p. 271–295, 2015.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

GREEN, James. *Escritos de um viado vermelho: Política, sexualidade e solidariedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

GREEN, James. *O Grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura*. GREEN, James N. QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFScar, 2021.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KATS, Jonathan Ned. *A invenção da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LINN da Quebrada. Oração [vídeo online]. YouTube, 2017? (data aproximada). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 24 fev. 2026.

LOPES, Euler. *Mariconas*. Belo Horizonte: Caos e Letras, 2024.

LEMBEL, Pedro. Manifiesto (Hablo por mi diferencia). In: LEMBEL, Pedro. *Loco afán: crónicas de sidario*. Santiago: LOM Ediciones, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. *O 'assumir' na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE)*. Revista de História Regional, 2017.

MARAÑÓN, Gregório. *Una clasificación de los homosexuales desde el punto de vista médico legal*. Revista de criminología y policía científica / órgano oficial de la Dirección de Investigaciones, Identificación y Pasaportes. Santiago: La Dirección, 1937-1955. 13 volúmenes, año 1, número 2, (diciembre 1937-enero 1938).

Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Cf. D'ARAUJO, M. C. et al. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MARSIAJ, J. P. P. *Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL, [S. l.], v. 10, n. 18/19, 2010.

MATOGROSSO, Ney. *Vira-lata de raça: memórias*. São Paulo: Tordesilhas, 2021.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Discurso de posse na Presidência da República*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

MELO, Lucas Martins Santos. *Diversão nunca é demais: um estudo acerca dos clubes sociais de Aracaju no século XX*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e "lutas": o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)*. 2013. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: Fundesc, 1989.

MOTT, Luiz. *Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011. Boletim, nº1, ago de 1981.

MOTT, Luiz. *Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colônia*. Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 5, nº 10, pp. 99-122, 1985.

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023.

NUNES, Ronaldo de Jesus. *Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, [S. l.], v. 1, n. 54, 2024.

NUNES, Ronaldo de Jesus. *Partido dos Trabalhadores (PT): do núcleo inicial a sua consolidação na política do estado de Sergipe (1976-1987)*. 2025. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025.

OCANHA, Rafael Freitas. *As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982)*. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. H. (Eds.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O direito de curar: a homossexualidade e a medicina legal no Brasil dos anos 30*. In: HERSCHMANN, Micael. PEREIRA, Carlos Alberto. A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos*. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

REZENDE JUNIOR, José. *A peleja do Doutor Camisinha contra a aids e o preconceito*. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/blogvidas/>. Acesso em 13 de julho de 2010. In: MELO, 2013.

RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 13, n. 3, 2010.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Um lampião iluminando as esquinas escuras da ditadura*. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFScar, 2021.

ROGÉRIO, Fábio. *Operação Cajueiro: um carnaval de torturas*. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 21 out de 2025.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA JÚNIOR, Romero Romulo da. *Lampejos de resistência: o Jornal Lampião da Esquina frente a censura do Regime Militar (1978-1981)*. Boletim do Tempo Presente, [S. l.], v. 12, n. 05, p. 14–30, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/19369>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SILVA, Rosana Oliveira. *Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Rafael de. *"Saindo do gueto": o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TREVISAN, Joao Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, Elias Ferreira; SODÓ, Roberta dos Santos (org.). *In(desejáveis): LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (século XX)*. Maceió: Edufal, 2024

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. *Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil*. Florianópolis: Revista Tempo e Argumento, v. 6, n.13, p. 90-109, set./dez. 2014.

VIANA, Viviane Rocha. Júnior, Coriolano P. da Rocha. *O Cotinguiba Esporte Clube como Espaço de Lazer e Sociabilidade em Aracaju – SE: Décadas de 1980 e 1990*. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, 2022.